

UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO/FCH
MESTRADO EM SOCIOLOGIA

ROSEMEIRE DA SILVA

**MULHERES NOS SERVIÇOS PÚBLICOS NOS
ASSENTAMENTOS ITAMARATI I E II: POLÍTICAS PÚBLICAS QUE
TRANSFORMAM VIDAS DE ASSENTADAS.**

Dourados/MS

2024

UNIVERSIDADE FEDERAL DA GRANDE DOURADOS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO/FCH
MESTRADO EM SOCIOLOGIA

ROSEMEIRE DA SILVA

**MULHERES NOS SERVIÇOS PÚBLICOS NOS
ASSENTAMENTOS ITAMARATI I E II: POLÍTICAS PÚBLICAS QUE
TRANSFORMAM VIDAS DE ASSENTADAS.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Federal da Grande Dourados (FCH/UFGD), como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestra em Sociologia.

Área de concentração: Cidadania, Diversidade e Movimentos Sociais.

Orientadora: Profa. Dra. Alzira Salete Menegat

Dourados/MS

S586m Silva, Rosemeire Da

MULHERES NOS SERVIÇOS PÚBLICOS NOS
ASSENTAMENTOS ITAMARATI I E II: POLÍTICAS
PÚBLICAS QUE TRANSFORMAM VIDAS DE
ASSENTADAS. [recurso

eletrônico] / Rosemeire Da Silva. -- 2024.

Arquivo em formato pdf.

Orientadora: Profa. Dra. Alzira Salette Menegat.

Dissertação (Mestrado em Sociologia)-Universidade Federal

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a)
autor(a).

©Direitos reservados. Permitido a reprodução parcial desde que citada a fonte.

BANCA EXAMINADORA

ROSEMEIRE DA SILVA

**MULHERES NOS SERVIÇOS PÚBLICOS NOS
ASSENTAMENTOS ITAMARATI I E II: POLÍTICAS PÚBLICAS QUE
TRANSFORMAM VIDAS DE ASSENTADAS.**

Profa. Dra. Alzira Salete Menegat (Presidente/Orientadora). FCH /UFGD

Prof. Dr. Losandro Antonio Tedeschi. (Membro Titular Interno). FCH/UFGD

Profª Drª Marisa de Fátima Lomba de Farias. (Membro Titular Interno). FCH/UFGD

À minha mãe Josefa Maria da Silva.

Ao meu filho Guilherme da Silva Chagas.

A todas às mulheres e homens que lutam e lutaram pela
Reforma Agrária e por políticas públicas.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente ao nosso criador, por permitir mais esta etapa na minha formação pessoal e profissional. A minha mãe, filho, irmãs, irmão e cunhada pela compreensão e incentivo para este importante momento, que não é só meu, mas de toda uma construção coletiva.

As pessoas da minha comunidade pelo incentivo e compreensão pelas ausências nas atividades, devido estar em aula, em momentos de leitura e/ou na realização das atividades do mestrado, em especial a Irmã Olga Manosso.

As mulheres que aceitaram participar das entrevistas, sem elas esta pesquisa não aconteceria.

Ao Mateus Melquisedeque, por registrar as fotografias do campo da pesquisa e fazer sua cedência para este trabalho. Cabe destacar que os dias dos registros das fotografias foram produtivos e de colheitas, capturando importantes imagens e também voltamos para casa com o carro cheio de milho verde, colhido pelas estradas por onde passamos.

Aos amigos Elisandra Tomascheski e Luís Fernando Teixeira Nobre, pelo incentivo e parceria no decorrer do mestrado.

Ao Altair Lopes, pela cedência das fotos aéreas.

Aos colegas da turma, por ter compartilhando este importante momento de aprendizagem, revendo algumas pessoas da turma do PRONERA no mestrado, Joenilza Santos da Silva, Marialves Conceição e Sonia Regina Tomichá, turma que deixou saudades e amigos que seguiremos nas lutas por um mundo melhor para se viver, na defesa da ciência, da reforma agrária, da educação pública e outras pautas sociais.

Aos professores e professoras do programa, que não mediram esforços para termos os encontros e momento de muita partilha e aprendizado durante as aulas e disponibilidade para nos atender nesta tão importante formação acadêmica, em especial as professoras: Alzira Salete Menegat, minha orientadora, Marisa Lomba de Farias, que estiveram ministrando aulas no mestrado e no PRONERA, quando foram as coordenadoras pedagógicas do curso.

Gratidão aos membros da banca por terem aceitado o convite, contribuindo neste momento tão especial na minha vida pessoal, acadêmica e profissional Professora Marisa Lomba de Farias e Professor Losandro Antonio Tedeschi.

Aos meus colegas de trabalho por permitir a organização da minha carga horária, para eu participar das aulas e atividades presenciais que o mestrado requereu, na pessoa do diretor José Carlos de Brito.

A todas as mulheres e homens que lutaram e lutam pela reforma agrária no Brasil, condição que me levou a hoje estar morando, trabalhando como professora num assentamento e alcançando mais esta conquista acadêmica.

RESUMO

As mulheres ao longo da história da humanidade estiveram invisibilizadas em suas atuações, sendo até mesmo esquecidas e ou negadas em sua existência, visto que os relatos historiográficos falam sobre os homens e seus feitos e suas conquistas. Das mulheres pouco a literatura falava. A invisibilidade das mulheres se torna maior quando se trata das mulheres no meio rural, e/ou especialmente daquelas de assentamentos da Reforma Agrária, espaços oriundos da ação de movimentos sociais, organizações da sociedade com forte presença e atuação feminina. Por isso podemos ainda dizer que na produção literária, quando se fala das mulheres, esta se volta ao meio urbano e com recorte de classe e raça, com predomínio de reflexões sobre mulheres brancas e de classe social mais elevada financeiramente. Para diminuir as desigualdades sociais as políticas públicas se fazem necessárias, com presença efetiva do Estado para dar respostas aos problemas existentes, bem como contribuir no desenvolvimento local colaborando para a geração de renda e vida digna da população em situação de vulnerabilidade social. Nos assentamentos rurais, oriundos da Reforma Agrária as políticas públicas possuem um papel de suma importância para as famílias lograrem êxito na terra conquistada. Com o propósito de ampliar as discussões sobre a atuação de mulheres assentadas, buscamos ouvir as mulheres que foram acampadas e que passaram a condição de assentadas e hoje são servidoras públicas nos Assentamentos Itamarati I e II, localizados no município de Ponta Porã, estado de Mato Grosso do Sul. Ouvimos as vozes femininas deste processo, usando como metodologia de pesquisa a História Oral e fundamentando nossos pensamentos nas referências bibliográficas disponíveis sobre o tema, fundamentais para compreendermos os movimentos e a ascensão das mulheres nos serviços públicos nos espaços dos Assentamentos Itamarati I e II. Os dados nos mostraram que as políticas públicas lá incorporadas, a começar pelo processo de criação do assentamento por meio da reforma agrária, transformou a vida das mulheres entrevistadas, contribuindo para uma vida digna, mudando toda a trajetória de suas famílias. Isso comprova que quando uma mulher ascende socialmente, toda a sua família ascende junto. Os dados da pesquisa demonstraram que o acesso à educação e sua continuidade proporcional foi fundamental para que elas acumulassem condições para se submeterem a concursos públicos e obterem aprovação. Suas histórias nos mostram como foi para voltaram a estudar após a conquista da terra, especialmente nos cursos oferecidos pelo Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária/ PRONERA, uma política pública para pessoas de assentamentos, a qual os dados da pesquisa mostraram ser fundamental para o protagonismo das mulheres do Itamarati I e II. Os resultados demonstram que as mulheres entrevistadas se destacando na prestação de serviços públicos para as pessoas assentadas, sendo elas as ocupantes da maioria dos cargos, acenando para mudanças na condição histórica delas, visto que buscaram a profissionalização para construir meios para a autonomia, não só a financeira, mas de condução de suas vidas e reflete no conjunto das famílias dos próprios assentamentos. A conquista desses trabalhos significa para elas, servidoras públicas, vindas de acampamento e assentamento de reforma agrária, um misto de realização e superação, de tantas jornadas, de batalhas enfrentadas para hoje conseguirem ter uma profissão e uma carreira, resultando no empoderamento delas. Ao assumirem postos como servidoras públicas estão potencializando as demandas da comunidade, porque convivem com os problemas locais, compartilham das mesmas dificuldades e dilemas, ultrapassando a dimensão de um simples atendimento no ambiente do trabalho.

Palavras-chave: Políticas Públicas, Mulheres assentadas, Serviço Público, Assentamentos rurais.

RESUMEN

Las mujeres a lo largo de la historia de la humanidad han sido invisibles en sus acciones, llegando incluso a ser olvidadas o negadas su existencia, ya que los informes historiográficos hablan de los hombres y sus hechos y logros. La literatura hablaba poco de las mujeres. La invisibilidad de las mujeres se hace mayor cuando se trata de mujeres de zonas rurales, y/o especialmente de asentamientos de la Reforma Agraria, espacios surgidos de la acción de movimientos sociales, organizaciones de la sociedad con fuerte presencia y acción femenina. Por tanto, también podemos decir que, en la producción literaria, cuando se habla de mujeres, se centra en el entorno urbano y con un enfoque de clase y raza, con predominio de reflexiones sobre mujeres blancas y de clase social más alta económicamente. Para reducir las desigualdades sociales son necesarias políticas públicas, con una presencia efectiva del Estado para responder a los problemas existentes, así como contribuir al desarrollo local, contribuyendo a la generación de ingresos y una vida digna para la población en situación de vulnerabilidad social. En los asentamientos rurales, surgidos de la Reforma Agraria, las políticas públicas juegan un papel sumamente importante para que las familias logren el éxito en las tierras conquistadas. Con el objetivo de ampliar las discusiones sobre el papel de las mujeres asentadas, buscamos escuchar a mujeres que acamparon, se asentaron y hoy son servidoras públicas en los Asentamientos Itamarati I y II, ubicados en el municipio de Ponta Porã, estado de Mato Grosso do Sul. Escuchamos las voces femeninas de este proceso, utilizando la Historia Oral como metodología de investigación y basándonos en las referencias bibliográficas disponibles sobre el tema, fundamentales para comprender los movimientos y ascenso de las mujeres en los servicios públicos en los espacios de los Asentamientos Itamarati I y II. Los datos nos mostraron que las políticas públicas allí incorporadas, a partir del proceso de creación del asentamiento a través de la reforma agraria, transformaron la vida de las mujeres entrevistadas, contribuyendo a una vida digna, cambiando toda la trayectoria de sus familias. Esto demuestra que cuando una mujer asciende socialmente, toda su familia crece junta. Los datos de la investigación demostraron que el acceso a la educación y su continuidad proporcional fue fundamental para que acumularan condiciones para presentarse a concursos públicos y obtener aprobación. Sus historias nos muestran cómo fue volver a estudiar después de la conquista de la tierra, especialmente en los cursos que ofrece el Programa Nacional de Educación en Reforma Agraria/PRONERA, una política pública para personas de asentamientos, que según datos de investigaciones fue fundamental para el protagonismo de las mujeres de Itamarati I y II. Los resultados demuestran que las mujeres entrevistadas se destacaron en la prestación de servicios públicos a los asentados, siendo las ocupantes de la mayoría de los cargos, señalando cambios en su condición histórica, pues buscaron profesionalizarse para construir medios de autonomía, no sólo la financiera, sino la forma en que conducen sus vidas y se refleja en todas las familias de los propios asentamientos. La consecución de estos empleos significa para ellos, servidores públicos, provenientes de campos y asentamientos de reforma agraria, una mezcla de conquista y superación, de tantos viajes, de batallas enfrentadas para poder tener hoy una profesión y una carrera, que resulte en su empoderamiento. Al asumir cargos como servidores públicos, están potenciando las demandas de la comunidad, porque viven con problemas locales, comparten las mismas dificultades y dilemas, yendo más allá de la dimensión de la simple asistencia en el ámbito laboral.

Palabras clave: Políticas Públicas, Mujeres colonas, Servicio Público, Asentamientos rurales.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

LISTA DE TABELA

Tabela - 1 As mulheres da pesquisa	22
Tabela - 2 A totalização de mulheres no atendimento público	106

LISTA DE MAPAS

Mapa - 2 Dimensão dos Assentamentos Itamarati I e II - áreas dos lotes e núcleo urbano. ..	59
Mapa - 3 Divisão da área por movimento social da parte I e II.....	60

IMAGENS FOTOGRÁFICAS

Foto - 1 Programa Saúde da Família Emerson José Hartmann	75
Foto - 2 Unidade de Saúde da Família Geraldo Garcia	76
Foto - 3 ESF Espaço Saúde Familiar Anastácio Basilio Pires.....	77
Foto - 4 Unidade Básica de saúde – Dr. Carlos Augusto Pissini Sobreiro.....	78
Foto - 5 Escola Estadual Professor José Edson Domingos dos Santos	79
Foto - 6 Escola Estadual Professor Carlos Pereira da Silva	80
Foto - 7 Escola Estadual Professor Carlos Pereira da Silva	82
Foto - 8 espaço improvisado na quadra de esportes.....	82
Foto - 9 Escola Municipal Rural Nova Conquista.	83
Foto - 10 Escola Estadual Nova Itamarati.....	84
Foto - 11 Grupamento da Policia Militar – Assentamento Itamarati.....	87
Foto - 12 Subprefeitura Assentamento Itamarati.....	88
Foto - 13 Espaço destinado ao núcleo urbano.....	90
Foto - 14 Espaço destinado ao núcleo urbano.....	91
Foto - 15 Imagens do núcleo urbano	91
Foto - 16 Imagens do núcleo urbano	92
Foto - 17 Imagens noturna do núcleo urbano	92
Foto - 18 Roda de Conversa em diferentes momentos	120
Foto - 19 Roda de Conversa em diferentes momentos	120
Foto - 20 Roda de Conversa em diferentes momentos	121
Foto - 21 Roda de Conversa em diferentes momentos	121

LISTA DE SIGLAS

AAIGV-ASSOCIAÇÃO ASSENTAMENTO ITAMARAATI GERANDO VIDAS;
AGRAER-AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO E EXTENSÃO RURAL;
AMFFI-ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES E FUNCIONÁRIOS DA FAZENDA ITAMARAATI;
ITA- BANCO COMUNITÁRIO;
CAF- CADASTRO NACIONAL DA AGRICULTURA FAMILIAR;
CAM- CENTRO DE ATENDIMENTO A MULHER;
CIMI- CONSELHO INDIGINISTA MISSIONÁRIO;
CONTAG-CONFERENCIA NACIONAL DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA;
COOPERAFI-COOPERATIVA DOS AGRICULTORES FAMILIARES DA ITAMARATI;
COOPERAI-COOPERATIVA DOS PRODUTORES DO ASSENTAMENTO ITAMARATI II;
COOPERLEITE- COOPERATIVA DO LEITE DO ASSENTAMENTO ITAMARATI;
COOPERPORÃ- COOPERATIVA AGRÍCOLA DOS PRODUTORES DE LEITE DE PONTA PORÃ;
CPT- COMISSÃO PASTORAL DA TERRA;
CRB – CONFERÊNCIA DOS RELIGIOSOS SO BRASIL;
CRAS- CENTRO DE REFERENCIA DE ASSISTENCIA SOCIAL;
CUT- CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES;
DAP- DECLARAÇÃO DE APTIDÃO AO PRONAF;
EF- ENSINO FUNDAMENTAL;
EJA- EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS;
EM- ENSINO MÉDIO;
FAF- FEDERAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR;
FAFI-ASSOCIAÇÃO DOS FUNCIONÁRIOS ASSOCIADOS DA FAZENDA ITAMARATI;
FETAGRI- FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA;
IDATERRA- INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO E EXTENSÃO RURAL DE MS;
IBGE- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA;
IFMS- INSTITUTO FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL;

INCRA- INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA;
INSS- INSTITUTO NACIONAL DE SEGURIDADE SOCIAL;
MPA- MOVIMENTO DOS PEQUENOS AGRICULTORES;
MMC- MOVIMENTO DE MULHERES CAMPONESAS;
MS- MATO GROSSO DO SUL;
MST- MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RUAIS SEM TERRA;
ONG- ORGANIZAÇÃO NÃO GOVERNAMENTAL;
PAA- PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS;
PDA- PLANO DE DESENVOLVIMENTO DE ASSENTAMENTO;
PNAE- PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR;
PRONAF-PROGRAMA NACIONAL DE FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR;
PRONERA- PROGRAMA NACIONAL DE EDUCAÇÃO NA REFORMA AGRARIA;
PSF- PROGRAMA DE SAÚDE DA FAMÍLIA;
PT- PARTIDO DOS TRABALHADORES;
SENAR- SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM RURAL;
SENAR- SERVIÇO NACIONAL RURAL;
UBS- UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE;
UFMS- UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL;
ULTRAB- UNIÃO DOS LAVRADORES E TRABALHADORES AGRICOLAS DO BRASIL;

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	14
CAPÍTULO I.....	20
OS REFERENCIAIS TEÓRICOS, A METODOLOGIA E AS MULHERES DA PESQUISA	20
1.1 A metodologia e as mulheres da pesquisa	21
1.2 Apresentando as mulheres da pesquisa e sua chegada aos assentamentos.....	24
1.3 As categorias da pesquisa: gênero e políticas públicas	34
CAPITULO II.....	47
OS ASSENTAMENTOS ITAMARATI I E II E A CONSOLIDAÇÃO DE PERTENCIMENTOS SOCIAIS	47
2.1 A luta pela terra no Brasil.....	47
2.2 Serviços públicos e as novas demandas sociais nos Assentamentos Itamarati I e II.....	57
CAPITULO III -	94
ATUAÇÕES FEMININAS NOS ESPAÇOS DE SERVIÇOS PÚBLICOS NAS TERRAS CONQUISTADAS	94
3.1 A vida no acampamento e a formação escolar das nossas entrevistadas.....	94
3.2 A vida após o concurso e início no serviço público	105
3.3 A roda feminina: espaço para compartilhar dilemas e possibilidades.....	119
CONSIDERAÇÕES FINAIS	123
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	128

INTRODUÇÃO

A escolha da pesquisa, que tem como título “Mulheres nos serviços públicos nos assentamentos Itamarati I e II: políticas públicas que transformam vidas de assentadas”. se deu em virtude de minha identificação pessoal com as histórias e as trajetórias de vida das mulheres desses dois assentamentos. Sou filha de agricultores familiares, minha mãe é assentada pela CUT, em um lote no assentamento Itamarati I. Meus pais e avós são analfabetos, tendo eles saído do Estado de Pernambuco para o Paraná, fugindo da seca nordestina ainda crianças. Realidade esta que, eles não desejavam para nós, os filhos e netos e por esse motivo, quando ainda éramos crianças, para podermos estudar, meus pais venderam o sítio, que era nosso único meio de vida e fomos morar na cidade, naquele tempo era a única maneira de se ter acesso à educação escolar. Sacrifício feito para os filhos estudar. Falavam: “*meus filhos vão aprender a ler e escrever*”. Na época, década de 1970 éramos 03 em idade escolar. Assim iniciamos a vida escolar na cidade de Brasilândia/PR.

Com o dinheiro do sítio eles compraram uma casa na qual havia um espaço de comércio e dessa forma meus pais iniciaram uma nova função, como comerciantes. Passados alguns meses, foram convidados a compor uma sociedade em outro comércio, de restaurante, churrascaria e hotel, e sem pensar muito, passaram a condição de sócios. A parceria deu certo financeiramente, sendo o movimento de clientes muito bom. Com o novo serviço meus pais passavam a maior parte do tempo trabalhando fora, minha mãe na cozinha, meu pai no espaço do salão e bar, saindo de casa muito cedo e voltando tarde da noite.

Todas nós estudávamos na parte da tarde, de manhã fazíamos as tarefas e ajudávamos lavar as louças do restaurante. Minha irmã mais velha aprendeu a fazer contas e escrever rápido, passando a ajudar no caixa e no balcão. Foi uma mudança muito drástica em nossas vidas. Meus pais não tinham mais tanto tempo para nós, pois sempre estavam muito atarefados e com pessoas interagindo com eles, visto que quando não eram os clientes, eram os vendedores, mas estavam sempre de olho no que estávamos fazendo. Até das peraltices davam conta de ver e ainda sobravam castigos.

Com o passar do tempo e abertura de novas estradas naquela região, o movimento de clientes no comércio local foi caindo e meus pais sentiram a vontade de voltar para a roça, como sempre diziam: “*lá tem comida e é mais fácil a vida*”. Assim venderam tudo e voltamos para a roça, desta vez no Paraguai, em Capitão Bado, cidade que faz fronteira seca com o Brasil, com a cidade de Coronel Sapucaia/MS. Passamos a viver num sítio, distante a 15 quilômetros

da cidade. O sítio ficava em meio à mata fechada, a qual passou a ser derrubada para dar lugar à plantação. Ficamos lá por 03 anos sem estudar e com isso o que tínhamos aprendido, já quase não lembrávamos mais. Após algumas colheitas, meus pais compraram uma casa na cidade de Coronel Sapucaia/MS, e voltamos a estudar. Á época éramos 04 irmãos para estudar e mais uma irmã ainda pequena. Foi difícil o retorno e como não era a única na turma nesta situação, com dificuldades de aprendizado, a professora convidou todos com a mesma realidade para irem à sua casa na parte da tarde, para aulas de reforço. Assim, por alguns dias, todas as tardes, estávamos nas aulas de reforço. Valeram a pena, pois para orgulho dos meus pais, em pouco tempo reaprendi a leitura e a matemática básica. Pediam para lermos para eles bulas de remédios, manuais de embalagens de venenos, contratos de compra e venda, etc, provocando o exercício pela leitura. Nesta trajetória rompemos o analfabetismo em nossa família. As minhas irmãs todas tem cursos de graduação, apenas meu irmão não quis estudar, mesmo com toda a insistência da minha mãe. Da família serei a primeira das filhas a chegar à etapa de formação com o grau de mestrado.

Foi esse fio condutor da história de minha vida que me levou a formação escolar, chegando à docência em 1986, na cidade de Coronel Sapucaia, na mesma escola onde havia estudado o fundamental e cursava o Magistério e, posteriormente, atuei em escolas públicas. Desde o ano de 2006 estou como professora nas escolas dos assentamentos Itamarati I e II, atualmente trabalho na Escola Estadual Nova Itamarati, localizada na parte II. Nesses assentamentos também sou filha de assentada, convivendo com as histórias de mulheres, homens, jovens e crianças, que fazem o dia a dia do lugar. Nessa convivência, o que tem chamado a minha atenção é o protagonismo que as mulheres assentadas têm manifestado no decorrer dos anos, atuando desde liderar demandas para a organização dos assentamentos, bem como construir caminhos para melhoria de suas vidas e de seus familiares.

Isso suscitou em mim a curiosidade em desenvolver uma pesquisa para compreender e também lançar visibilidade sobre as atuações de mulheres que atualmente ocupam postos de trabalho no serviço de atendimento público na área dos Assentamentos Itamarati I e II, dentre elas professoras e administrativas nas escolas, enfermeiras e agentes de saúde nos postos de saúde, dentre outras que apresentamos no capítulo I. São mulheres que chegaram como assentadas e após formação escolar e aprovação em vagas de concursos públicos, assumiram postos de trabalho em diferentes segmentos de atendimentos em órgãos públicos inseridos nas áreas dos assentamentos da pesquisa.

As políticas públicas, como apresentamos ao longo dos capítulos, favorecem o acolhimento das demandas das pessoas assentadas, sendo meios necessários para reduzir as desigualdades sociais no todo da sociedade, especialmente nas comunidades pobres (urbanas ou rurais) e, principalmente, nas áreas dos assentamentos de reforma agrária, sendo, portanto, indispensáveis para a permanência das pessoas nesses lugares.

Nos assentamentos Itamarati I e II, nos seus primeiros anos de formação, diversos cargos para o atendimento de serviços públicos foram ocupados por pessoas que não eram pertencentes àqueles lugares, e lá exerciam funções de servidoras públicas. Eram pessoas que em sua maioria residiam na cidade de Ponta Porã e para desenvolverem suas funções se deslocavam diariamente da cidade de Ponta Porã, para o Itamarati I e o II, para neles exercerem trabalhos de prestação de serviços públicos. Algumas dessas pessoas desconheciam o processo de formação dos assentamentos e o percurso dos assentados e, pelo fato de pouco conhecerem a história da luta pela terra, se manifestavam até mesmo contrárias à Reforma Agrária, aspectos que dificultavam o pleno atendimento das necessidades das pessoas que demandavam pelos serviços.

Com o passar dos anos de instalação dos assentamentos, as pessoas que haviam sido assentadas, buscaram capacitação/profissionalização em diferentes áreas de formação e após se capacitarem, concorreram a processos seletivos ingressando em cargos no serviço público. Isso ocorreu nas diferentes áreas de atendimentos nos assentamentos, especialmente na saúde e no sistema educacional. Dentre as pessoas assentadas que passaram a assumir os serviços públicos de atendimento nos assentamentos, estão as mulheres assentadas, que ocupam a maioria dos cargos, o que demonstra mudanças na condição histórica delas, visto que buscaram a profissionalização construindo meios para autonomia, não só a financeira, mas de condução de suas vidas e que reflete no conjunto de suas famílias.

O fato das pessoas assentadas, especialmente as mulheres, assumirem espaços de atendimento no serviço público demonstra a força da comunidade para o atendimento de suas próprias necessidades. Nesse sentido a importância em compreender os espaços ocupados pelas mulheres assentadas no serviço público oferecido nos assentamentos Itamarati I e II, entendendo como isso mudou na vida delas e das comunidades atendidas. Evidenciamos com a pesquisa que as políticas públicas podem transformar vidas em diferentes direções.

Cabe destacar que ao analisar atuações das mulheres assentadas percorremos caminhos historicamente esquecidos, dentre eles aqueles que tratam do exercício delas nos espaços públicos e decisórios, aos quais elas foram excluídas, ficando restritas aos afazeres e cuidados

com os trabalhos da casa e cuidado com as crianças, os doentes e os idosos da família, sendo as decisões nos espaços públicos delegadas aos homens de suas famílias e as elas acatarem o que foi decidido por eles. As mulheres eram responsáveis pelo trabalho com os afazeres domésticos e os homens pelos espaços públicos. Esta situação é ainda mais excludente em se tratando de mulheres oriundas da reforma agrária, onde o esquecimento e a invisibilidade social são ainda mais significativos, visto que enfrentam situações nas quais necessitam travar jornadas árduas em busca de independência, tanto financeiras como da resistência à dominação masculina.

Assim sendo, nossa pesquisa permeou pela vontade de revisitar histórias de mulheres assentadas, compreendendo suas dificuldades, problemas, os modos de superação e seus protagonismos, evidenciando com isso que nos assentamentos pode haver muitas histórias e que dentro disso estão as vivências e experiências femininas.

Tratar do tema mulheres, atrelado às políticas públicas, se fez necessário e urgente principalmente no atual cenário que se apresenta em nosso país, no qual presenciamos os descasos políticos em vários quesitos, com reformas administrativas que exterminam políticas públicas, as quais se entendiam como políticas conquistadas e consolidadas, como o caso da reforma agrária. Os créditos para o financiamento da agricultura familiar, fica em total desproporção dos créditos destinados ao grande latifúndio, o agronegócio.

Associadas a outros procedimentos retrograda como os ataques constantes a política vacinal, tem contribuindo para a volta de doenças já erradicadas, tais como o sarampo e a paralisia infantil.

Outra política pública que passou a sofrer ataques constantes foi à educação pública, tanto a educação básica como nas universidades. Com finalidades de descredibilizar os serviços oferecidos, aos profissionais que atuam nestes espaços e a qualidade do serviço prestado, com falas ideológicas alegando existir espaços a doutrinação de crianças e de jovens. Fazem as alegações sem apresentar provas materiais que indicam esta prática nas escolas ou universidades, ficando no discurso político ideológico, muitas vezes proferidas por pessoas que tiveram sua trajetória escolar e acadêmica nas instituições públicas. Os serviços públicos sofreram cortes consideráveis em seus recursos financeiros, deixando os espaços inviabilizados financeiramente sem poder ter sua manutenção e contas pagas essenciais ao bom funcionamento do espaço tais como água, luz, limpeza, material de expediente. Diante deste cenário, a reforma agrária foi totalmente paralisada, deixando de ser pautada nos espaços de decisões política e orçamentária para dar continuidade às indenizações das terras para a reforma agrária.

Outra política que teve várias interferências foi a de preservação ambiental, praticamente destruída, com o avanço do desmatamento e queimadas em todos os biomas brasileiros. A autorização de garimpo em espaços de terras indígenas, deixando um rastro de destruição nestas áreas e comunidades. Junto a isto tivemos também a liberação indiscriminada de agrotóxicos os quais muitos são proibidos em outros países, passando no Brasil a ser permitido na produção de grãos.

Diante desse cenário social que intenta impor silenciamentos e dominações tendo a desinformação como fio condutor, se espraiando pela sociedade em geral, tanto urbana como rural, buscamos entrevistar mulheres assentadas ou filhas de assentadas, apresentadas no capítulo I, as quais ocupam cargos públicos nos Assentamentos Itamarati I e II, atentando para suas trajetórias na busca pela formação e profissionalização. Evidenciando seus esforços por melhores condições de vida na terra conquistada, enfrentando dificuldades, empreendendo realizações, superando frustrações na vida pessoal e profissional.

Como aporte para a compreensão dos dados coletados na pesquisa de campo utilizamos a metodologia da História Oral com ênfase na memória, referenciais elucidados no capítulo I, quando apresentamos os referenciais teórico-metodológicos, bem como apresentamos as mulheres com as quais dialogamos no processo de pesquisa.

Em relação à composição de nossas reflexões no texto, essas estão organizadas e apresentadas em três capítulos. No primeiro capítulo intitulado “Os referenciais teóricos, a metodologia e as mulheres da pesquisa”, trazemos análises sobre os referenciais teóricos que tratam sobre políticas públicas, em interface com discussões de gênero, bem como analisamos a formação do assentamento Itamarati I e II.

No segundo capítulo, denominado “Os assentamentos Itamarati I e II e a consolidação de pertencimentos sociais”, trazemos reflexões sobre as políticas públicas, algumas considerações sobre a luta pela terra no Brasil, os movimentos sociais na organização dos trabalhadores e trabalhadoras para terem acesso à reforma agrária, a constituição dos Assentamentos Itamarati I e II e os serviços públicos oferecidos àquelas comunidades.

No terceiro capítulo, com o título “Atuações femininas nos espaços de serviços públicos nas terras conquistadas”, analisamos a chegada das novas personagens nas terras conquistadas, trazemos a trajetória das mulheres entrevistadas que foram acampadas, assentadas e hoje são servidoras públicas atuando no atendimento as pessoas no assentamento Itamarati.

Com esta pesquisa pretendeu-se conhecer dilemas e possibilidades vividos pelas mulheres assentadas e servidoras públicas, empreendendo uma investigação da importância do investimento em políticas públicas como a reforma agrária, acessada por mulheres que atualmente ocupam os espaços de serviços públicos nos assentamentos onde vivem.

Nesse sentido, os assentamentos, que em si foram formados em virtude da implementação de uma política pública, decorrente da política de reforma agrária, estão promovendo outras possibilidades, como a de empoderamento de mulheres que buscaram formação acadêmica e técnica, aprovação em concurso público e passaram a ocupar cargos em órgãos estatais, destacando-se na prestação de serviços públicos para as pessoas assentadas.

CAPÍTULO I

OS REFERENCIAIS TEÓRICOS, A METODOLOGIA E AS MULHERES DA PESQUISA

No presente capítulo analisamos o percurso metodológico, apresentando os referenciais teóricos que subsidiam nossas análises, bem como as mulheres da pesquisa. Iniciamos defendendo a ideia de que as políticas públicas são necessárias para dar respostas aos problemas existentes na sociedade, bem como contribuir para o desenvolvimento local, colaborando para a geração de renda e de vida digna. Nos assentamentos rurais, as políticas públicas possuem um papel de suma importância para as famílias lograrem êxito na terra conquistada. Este é o exemplo dos Assentamentos Itamarati I e II, localizados no município de Ponta Porã, em Mato Grosso do Sul, onde a destinação de recursos públicos transformou a vida de famílias, especialmente das mulheres que lá foram assentadas, lugares onde construíram a possibilidade de trabalho com a terra, mas também tiveram acesso à educação pública, e, posteriormente, se tornaram agentes públicas do Estado, atuando no atendimento as pessoas assentadas.

O assentamento Itamarati I foi criado no ano de 2001, onde foram assentadas 1.145 famílias. Já o assentamento Itamarati II, foi implantado no ano de 2004, assentando 1.680 famílias. Trataremos de sua criação no capítulo II, visto que em ambos, o que a pesquisa propõe é ouvir as mulheres que chegaram naqueles lugares como assentadas e posteriormente passaram a atuar na prestação de serviços públicos para famílias assentadas, especialmente nas escolas, no atendimento de saúde e na segurança.

Nesse sentido, estruturamos o presente capítulo com reflexões que subsidiam a pesquisa, procurando organizá-lo em duas partes: na primeira parte debatemos os referenciais metodológicos que norteiam nossa investigação, apresentamos as mulheres da pesquisa, bem como as análises dos dados de campo, especialmente os referenciais envolvidos na História Oral, na discussão sobre os procedimentos com as entrevistas e a coleta de documentos referentes ao tema. Na segunda parte, apresenta-se um debate sobre o tema, dialogando com diferentes autores, estabelecendo uma compreensão sobre as principais categorias da pesquisa, especialmente da categoria gênero e de políticas públicas.

1.1 A metodologia e as mulheres da pesquisa

Como metodologia central, fizemos uso da história oral aplicada, adotando o viés das pesquisas qualitativas nas Ciências Sociais, fundamental para o levantamento de dados de campo, quando da realização das entrevistas com mulheres assentadas, bem como na busca por documentos e investigações sobre o tema. Para Bourdieu a pesquisa biográfica é:

Os acontecimentos biográficos se definem como colocações e deslocamentos no espaço social, isto é, mais precisamente nos diferentes estados sucessivos da estrutura da distribuição das diferentes espécies de capital que estão em jogo no campo considerado... O que equivale dizer que não podemos compreender uma trajetória (isto é, o envelhecimento social que, embora o acompanhe de forma inevitável, é independente do envelhecimento biológico) sem que tenhamos previamente construídos os estados sucessivos do campo no qual ela se desenrolou e, logo, o conjunto das relações objetivas que uniram o agente considerado. (BOURDIEU, 1986, p. 190).

A História Oral utilizada na pesquisa bibliográfica deu suporte para análise das fontes. Sem o reconhecimento e uso desta metodologia estas histórias não seriam levadas a uma maior dimensão, atentando para os espaços de vivências das mulheres entrevistadas, que foram escolhidas previamente pela pesquisadora, usado como critério para a escolha o fato de terem elas acampado na primeira etapa de formação dos assentamentos e hoje estarem no serviço público, após aprovação em concurso.

A História Oral nos possibilitou dar visibilidade às suas histórias individuais, nas quais no contexto geral e nas histórias oficiais não aparecem, são esquecidas ou ignoradas, e, em se tratando de mulheres de assentamentos, dificilmente temos os seus relatos nas histórias oficiais. O uso desta metodologia tem contribuído com as pesquisas qualitativas, associadas ao uso das tecnologias de informação e comunicação, uma vez que é possível gravar a entrevista e após a sua transcrição, ir associando outras metodologias, conforme destaca Branco:

A História oral, na avaliação de Carneiro (2012) deve ser vista como importante ferramenta por buscar compreender as transformações ou mudanças que ocorrem na sociedade, em um grupo social ou mesmos no modo de vida das pessoas. Assim, permite o entendimento de valores culturais, espirituais e sociais cultivados por um agrupamento humano. (BRANCO, 2020, p. 13).

Para o levantamento dos dados na pesquisa de campo realizamos entrevistas gravadas com mulheres assentadas e que se encontram ocupando cargos em instituições de serviços públicos na área dos assentamentos Itamarati I e II. Para isso, fizemos um recorte na definição

de quais mulheres, como dissemos anteriormente, sendo elas de diferentes faixas etárias, que foram acampadas ou filhas destas, hoje assentadas e servidoras públicas efetivas, compreendendo assim, quais caminhos trilhados para chegar até a esta conquista. A escolha destas mulheres se deu após o levantamento nos espaços de serviços nos Assentamentos Itamarati I e II, de quais servidoras atendiam aos critérios estabelecidos no projeto de pesquisa, chegando as nossas entrevistadas, sendo elas: 03 Professoras de escolas nos assentamentos, que após formação acadêmica prestaram concurso público e trabalham nas Escolas Estaduais Nova Itamarati, Professor José Edson Domingos dos Santos e Escola Municipal Rural Nova Conquista; 01 administrativa da limpeza; 01 agente de merenda escolar, ambas trabalham na Escola Estadual Nova Itamarati; 02 agentes de saúde.

Na segurança pública da Polícia Militar, no concurso do ano de 2020 tivemos a aprovação de uma mulher do assentamento, ela é nascida na então Fazenda Itamarati, sendo seus pais assentados no grupo da FAFI, constituído por ex-funcionários da Fazenda Itamarati. Esse grupo não passou pela etapa de acampamento até chegar aos lotes, visto que eram pessoas empregadas na fazenda e por isso já se encontravam naquelas terras. Dessa forma, essa entrevistada não passou pela situação de acampamento como as demais. No entanto, consideramos importante trazer seu relato, por ser a primeira mulher do assentamento aprovada no concurso da Polícia Militar, uma atividade tida como predominantemente masculina. Para a identificação das entrevistadas usamos nome de flores, em lugar de seus nomes, mantendo assim o anonimato sobre suas identidades.

As mulheres ocupam os seguintes espaços públicos nos assentamentos Itamarati I e II:

Tabela - 1 As mulheres da pesquisa

Nome fictício	Idade	Escolaridade	Número de filhos	Atividade que ocupa
1-Hortência	34 anos	Doutora	0	Professora de História e Sociologia
2- Tulipa	54 anos	Superior com Pós Graduação	02	Professora de Geografia
3- Crisântemo	38 anos	Graduanda	02	Agente de Limpeza
4- Manacá	46 anos	E. Médio	05	Agente de Merenda
5- Azaleia	57 anos	Superior	02	Agente Saúde Posto Geraldo Garcia
6- Jasmim	63 anos	Superior com Pós Graduação	03	Professora Ed. Infantil,
7- Flor de Lotús	27 anos	Superior e estudante de direito	0	Polícia Militar- Ponta Porã/MS
8- Carmélia	41 anos	Superior	2	Agente Espaço Saúde Familiar Anastácio Basílio Filho

Fonte: Dados organizados pela autora da pesquisa.

No processo com as entrevistas elaboramos roteiro com perguntas semiestruturadas, procedendo à gravação das mesmas e com o material gravado fizemos a transcrição na íntegra,

respeitando a linguagem formal da normativa da língua portuguesa. Destacamos que as entrevistas antes de serem utilizadas na dissertação foram apresentadas para a aprovação das pessoas entrevistadas, obtendo o consentimento das mulheres. Mantivemos o anonimato das entrevistadas, como dissemos anteriormente, nomes fictícios, usando nomes de flores, preservando as pessoas entrevistadas, respeitando as individualidades e suas memórias.

Entendemos as entrevistas como meio importante para compreensão da vida de mulheres assentadas e funcionárias públicas inseridas em áreas de assentamentos, por ser um procedimento metodológico que dialoga com os documentos escritos, conforme aponta Menegat:

Existem inúmeras vantagens no trabalho com essas perspectivas, dentre elas, o fato de o pesquisador e o entrevistado poder realizar a construção de documentos. No momento em que o pesquisador elege os informantes da história, bem como os relatos que pretende estudar, construirá documentos partindo das pessoas e das visões que pretende trabalhar. (MENEGAT, 2009, p. 27).

Atentamos, ainda, para o histórico de luta pela terra e os processos de conquista da Educação do Campo na formação escolar das e dos assentados da Reforma Agrária, principalmente porque foi por esse caminho, da política pública, a defesa da educação no campo, que as mulheres entrevistadas passaram a ter acesso na formação básica e posteriormente acadêmica, as levou aos requisitos necessários para concorrerem a cargos no serviço público. Cabe elucidar que as mulheres, ao assumirem esses espaços, não deixaram sua condição de assentadas ou filhas destas, permanecendo trabalhando e morando na mesma comunidade. Isso significa dizer: ampliaram as possibilidades de autonomia da própria comunidade, visto conhecerem as vivenciam os dilemas e potencializam as demandas que permeiam o todo da comunidade.

O percurso dessas mulheres nos mostra, após a conquista da terra as necessidades foram se somando, se antes a demanda era por terra, após sua chegada aos lotes, outras foram sendo a ela associadas, especialmente aquela de políticas públicas básicas para o desenvolvimento humano e social, como a criação de escolas para as crianças, atendimento de saúde, fomento agrícola, dentre outras.

Nesse sentido a importância da história oral, porque através dessa metodologia compreendemos essa construção na vida das mulheres dos assentamentos Itamarati I e II, conhecendo suas trajetórias, de como as mesmas passaram de assentadas a servidoras públicas, sem deixar a identidade que as levaram aqueles assentamentos. Combinaram atuações, como

assentadas servidoras públicas. Por isso concordamos com Branco (2020) quando diz que a História Oral pode ser entendida:

Como técnicas de coleta de informações que, ao serem transcritas, constituem importantes fontes para a compreensão de temáticas e objetivos de estudo, especialmente se combinadas com outras fontes, a exemplo de documentos escritos, materiais sonoros. Tais entrevistas são realizadas a partir da iniciativa do pesquisador, que procura o entrevistado para tal fim. O uso do aparelho gravador – que atualmente pode ser substituído em face de oferta de aplicativos para gravação de áudio em celular – ganha reflexões a partir do pensamento de Maria Isaura de Queiroz (1991). A autora desmitifica o uso da tecnologia como forma de garantir a objetividade. Afirmar que as subjetividades permeiam todo o processo, desde o registro os usos. Por mais que não haja interferências durante a gravação, quando o estudioso se volta para o aproveitamento do material que colheu, a subjetividade e as emoções se fazem presentes. (BRANCO, 2020, p. 21).

O uso da metodologia da História oral possibilitou conhecer a trajetória destas mulheres, os desafios e superações para hoje serem assentadas e servidoras públicas. Sem o reconhecimento desta importante ferramenta metodológica não seria possível trazer estes relatos e memórias da construção coletiva em um espaço de consolidação de reforma agrária, pois na história oficial as memórias e os registros resultam de relatos oficiais, às vezes relatos de lideranças constituídas em geral por homens, sendo as mulheres e suas vivências excluídas desses registros. Temos assim na pesquisa qualitativa com o uso da história oral a possibilidade de trazer a cena suas histórias e contribuir para melhor compreensão de como se deu a reforma agrária nos Assentamentos Itamarati I e II.

1.2 Apresentando as mulheres da pesquisa e de sua chegada aos assentamentos

A professora Tulipa, uma das nossas entrevistadas chegou às terras do Itamarati no período do pré-assentamento. Ela não participou de toda a etapa do acampamento, apenas seu companheiro que esteve presente desde o início. Ela optou por ficar na cidade de Eldorado, na qual passou sua juventude quando os pais mudaram de Teófilo Antoni/MG, para o Mato Grosso. O pai derrubava mato e Tulipa trabalhava nas casas de famílias, atuando como empregada doméstica ou babá, assim como suas outras irmãs. Quando do acampamento no Itamarati, ela permaneceu em Eldorado com os seus 02 filhos ainda pequenos, visto que naquela cidade conseguiria melhor estrutura para manter os filhos até ter o sorteio do lote no Itamarati.

Para seu sustento e de seus filhos, fazia diárias em casas de famílias. Passou a morar na casa de seus pais na cidade de Eldorado, visto que com a saída do marido do emprego para

assumir o acampamento na área do Itamarati, não teve como continuar pagando o aluguel da casa que anteriormente dividia com o companheiro. E assim fizeram o arranjo familiar, ele acampado em Ponta Porã e ela cuidando do sustento da família em Eldorado. No entanto, quando foi para abrir a primeira escola estadual, ainda na etapa do pré assentamento, a Secretaria Estadual de Educação de MS iniciou as buscas por professores e administrativos junto às pessoas que constituíam o acampamento e seriam assentadas na área que demandavam. Conforme nos conta Tulipa, isso a motivou a também mudar para o acampamento, antes mesmo de ter a sua terra sorteada.

Recebi a ligação do meu marido, falando que a escola ia abrir e que a diretora estava em busca de pessoas para trabalhar. Que eu podia vir que tinha aulas garantidas. Aí pensei: a situação agora é outra, já terei um emprego. E ao mesmo tempo a insegurança, por não ter experiência como professora. No curso do magistério tinha a regência, mas achava que era pouco, que não ia dar conta. Por outro lado, fazia diárias para comprar os alimentos, gás, pagar a luz, água e nada mais. Assim, aceitei vir pro acampamento. Era início de 2002, precisava me inteirar de como era o lugar e o trabalho. Não foi fácil chegar ao acampamento, ver a situação das pessoas nos barracos. Bateu uma insegurança de como vou morar aqui com os meus filhos pequenos e sair para trabalhar? Antes contava com a minha mãe que ficava com as crianças. Meu marido já conhecia tudo por aqui. A escola abriu as portas e comecei a trabalhar, de manhã e à tarde, tudo era novidade. Muitas famílias começaram a chegar ao acampamento, às salas logo ficaram cheias e não tinha ainda todos os professores. Todos se ajudavam a gente cuidava de duas ou três salas. Com a chegada de mais pessoas para trabalhar tudo foi se ajustando. (TULIPA, entrevista concedida em 20/05/2023).

O início da profissão de Tulipa se deu num momento de muita esperança e perspectivas de ter a sua terra, uma mudança na sua trajetória de vida e de sua família. Até então essa esperança não era destinadas às pessoas de baixa renda, que tinham na venda de sua mão de obra sua única expectativa de vida, e dificilmente teriam mudança na sua estrutura social. É fato que o assentamento trouxe junto às dificuldades e as disputas políticas e ideológicas, mas veio permeado pela esperança de dias melhores, de terem terras e novas oportunidades, como aquelas de trabalharem no serviço público. Situações bem diferentes das vivenciadas até aquele momento por Tulipa. A luta que era para conquistar a terra passou a oferecer outras oportunidades a estas mulheres, que passam a ter outras perspectivas, oportunidades e novos sonhos.

Nas contribuições de Fernandes, “O acampamento é lugar de mobilização constante. Além de espaço interativo e comunicativo” (2012, p. 23). Nestas interações novos moradores começam a chegar no acampamento, alternativa encontrada pelas pessoas diante da ausência

de suporte do Estado. Sobre isso vejamos o relato de outra entrevistada, ao acompanhar o marido no acampamento.

Eu morava no Paraguai, vizinha de Aral Moreira em Ybi Jaú, isso até os 09 anos, depois mudamos para a cidade de Aral Moreira, para estudar. Nascida no assentamento Santa Catarina em Aral Moreira. Quando a gente veio para a cidade, meus pais venderam as terras que tinham no Paraguai para a gente estudar. Em Aral Moreira fiquei por uns 20 anos. Lá estudei, casei, tive dois dos meus filhos. Meu marido se inscreveu para pegar terra, eu falei que não ia para o acampamento. Nesta época tinha 02 filhas pequenas, a menor era muito doente, eu vivia para baixo e para cima, atrás de médico: Amambai, Dourados, Campo Grande, tudo que mandava fazer eu fazia. O meu marido foi para o acampamento, eu fiquei em Aral Moreira, dependia de ajuda das pessoas, nem as faxinas conseguia fazer mais. A turma me mandava embora por ficar faltando muito, devido o problema de saúde da minha segunda filha. Ir para o acampamento não dava, com a minha filha sem nem saber que doença era. Quando saiu a terra, que meu marido falou pra vir logo, que seja o que Deus quiser, pois tudo o que podia ter feito pela filha já tinham feito. Assim, fomos para o assentamento Nova Era, num lote que não tinha casa ainda e ficamos no barraco demorou um tempo para sair a nossa casa. (MANACÁ, entrevista concedida em 06/06/2023).

Na história de Manacá, se repetem outras tantas histórias de mulheres as quais as responsabilidades são atribuídas e cobradas com os afazeres da casa, não poupam se tem pouca idade ou não. Sempre são cobrados das mulheres que assumam os cuidados com os menores, os doentes, os homens da casa, os idosos. A mesma cobrança não ocorre com os homens, sendo a eles exigido continuar exercendo seu trabalho, visando prover o sustento e/ou dando continuidade em sua escolaridade. Nas palavras de Rago, “as mulheres trazem uma experiência histórica e cultural diferenciada da masculina, ao menos até o presente, uma experiência que várias já classificaram como das margens” (1998, p. 03). Sempre deixadas em segundo plano, na divisão social do trabalho as mulheres primeiramente precisam aprender a serem cuidadoras da casa, dos outros, para depois irem à busca de outras realizações pessoais e profissionais. Para Bourdieu, apud Tedeschi,

[...] é a divisão social do trabalho, distribuição bastante estrita das atividades atribuídas a cada um dos dois sexos, de seu local, seu momento, seus instrumentos; é a estrutura do espaço, opondo o lugar de assembleia ou de mercado, reservados aos homens, e a casa, reservada às mulheres; ou, no interior desta, entre a parte masculina, como o salão, e parte feminina, como o estábulo, a água e os vegetais; é a estrutura do tempo, a jornada, o ano agrário, ou o ciclo de vida como momentos de ruptura, masculinos, e longos períodos de gestação, femininos. (BOURDIEU, 1999, p. 18, *apud* TEDESCHI, 2019, p. 83).

Romper esta estrutura social construída historicamente em favor dos homens requer deles e das mulheres uma compreensão muito maior da sociedade, perpassada pelo respeito ao outro em condições de igualdade, sem a superioridade masculina julgada e imposta como a única verdade a ser aceita, acatada por todos e obedecida nas imposições sociais. Requer reconhecer diferenças históricas e levar em conta as contribuições das outras pessoas, em especial as vozes e atuações das mulheres.

No acampamento para a conquista das terras dos assentamentos Itamarati I e II, as mulheres estiveram presentes e atuantes, compondo o conjunto de pessoas vindas de diversas cidades do Estado de Mato Grosso do Sul, de outros estados brasileiros e mesmo os brasiguaios, pessoas que haviam ocupado lugares no Paraguai. Compuseram diferentes personagens e histórias, somando nova realidade social na comunidade acampada, e com isso iniciaram a luta pela reforma agrária na fronteira Brasil-Paraguai. Uma dessas pessoas foi AZALEIA, assentada na Itamarati I.

Nasci na Bahia e com 15 dias de vida meus pais mudaram para o Paraná, com 14 anos vim para o Amambai/MS, sempre trabalhando em fazenda. Moro no assentamento há 21 anos, me mudei quando iniciou a parte I. Sempre morei em área rural. Só mudei para a cidade quando os meus filhos precisaram continuar os estudos. Na fazenda onde morávamos, a escola oferecia até a 4ª série. Foi quando mudei para a cidade, compramos uma casa e fui com as crianças, o meu marido continuou trabalhando na fazenda. Até vir para o assentamento eu sempre trabalhei para os outros, de empregada. Daí saiu umas conversas de assentamento de sem-terra e nesta época meu marido estava filiado ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais. Começou isto por volta de 02 anos, esperando essa terra, toda turma que estava junto no sindicato vieram para cá para ver o lugar onde iam acampar na primeira etapa. Eu não vim, meu marido quem veio. Quando foi para virmos de vez, o patrão não o liberou, falava: 'onde já se viu você tem uma vida boa aqui! Ir para sem-terra passar fome? Vão ficar trancando estrada? Vão passar dificuldades. Vocês têm uma vida boa aqui'. Com isto ficamos assim mais uns 02 meses. Daí formou a equipe de 20 famílias, ficamos na suplência. Não viemos na primeira leva. Um dia meu cunhado ligou falando que teve uma desistência, que era para nós virmos logo. Desta vez o marido não conversou com o patrão, falou com os filhos dele. E veio para o assentamento com um dos filhos, ficou junto com o seu irmão que estava aqui no barraco. Neste período cada um já tinha o seu lugar, conforme definido pelo sorteio. Daí foi no INCRA para regularizar o cadastro na vaga. Pelo INCRA tínhamos preferência por sempre termos sido da lavoura. Só que teve mais pessoas interessadas, fomos para o sorteio. Que feito no assentamento na reunião do nosso grupo. Saiu o nome do meu marido no sorteio. Após o sorteio, logo mudamos para o lote, já estava tudo cortado. Fizemos o barraco e começamos a fazer as outras coisas, poço, os créditos demoraram um pouco para sair, não foi logo. O primeiro crédito que pegamos foi o fomento, que é o da ajuda de custo, depois devagar todos os créditos foram saindo. A gente ficou aqui na lona, trouxemos uns materiais de Amambai e construímos uma peça de alvenaria, onde hoje é a minha cozinha, era onde eu morava. A mudança toda só trouxe depois que saiu a casa do

governo. No início o plantio era coletivo. Tentaram de tudo, até cana, mas o coletivo em si, no nosso grupo não funcionou. (AZALEIA, entrevista concedida em 25/05/2023).

Ao chegar ao local, às pessoas contempladas com lotes demandaram do estado à continuidade das assistências, até terem os recursos liberados, para que pudessem construir condições de uma vida digna nas novas terras. No entanto, esse não foi um processo rápido porque houve demora na liberação dos recursos para construírem suas casas, ter poços d'água, darem início a criação de animais, efetuarem a plantação de alimentos, e assim precisaram adiar os sonhos iniciais. No acampamento estavam um próximo do outro, o que os fortalecia, já no lote precisaram reaprender a lidar com dificuldades, mas puderam contar com o grupo e seu movimento como suporte.

Para construir a nova morada, compuseram sonhos e esperanças, como mistos para superar dificuldades iniciais, nas longas esperas pela liberação dos recursos públicos para construção das casas, para fazerem os plantios das roças, elementos presente na história de cada uma de nossas entrevistadas.

Jasmim nos conta como foi sua vinda para o acampamento e o início da vida neste novo lugar, com ênfase as adaptações necessárias para organizar o seu espaço no acampamento e depois, chegar a sua nova morada no assentamento.

Nasci em Mutum/MT, tenho 03 filhas, não moram no assentamento, não moraram no acampamento. Estou na educação há 21 anos, desde quando cheguei ao acampamento em 2002. Tinha dois objetivos: ter minha terra e ser professora. No acampamento o grupo era unido, existiam muitas regras, algumas eram duras para serem cumpridas. São regras que até hoje existem no MST. Eram de distribuição de serviços com todos, nas rondas tinha uma equipe que cuidava para que se houvesse algum ataque este avisava aos demais. Na época tínhamos muito medo de ter algum ataque no acampamento. No acampamento tinham regras. Uma das regras é que tudo o que era do acampamento tinha que permanecer ali. A gente recebia cesta básica do governo, tinha o mercadinho onde fazíamos nossas compras também. Era é uma época muito boa. (JASMIM, entrevista concedida em 21/04/2023).

A educação sempre esteve presente nos acampamentos de luta por reforma agrária, sendo a escola de lona improvisada uma ação para não deixar as crianças sem aprendizagem. Eram salas de aula constituídas de turmas multisseriadas, com professores que estavam iniciando suas atividades profissionais, bem como a luta para que o serviço público das secretarias municipais e estaduais assumissem realmente o processo educacional, com a contratação de professores e fornecimento dos materiais necessários para um melhor funcionamento das escolas nos acampamentos e nos assentamentos. Estas vivências estão

presentes nas palavras acima destacadas de Jasmim, a qual iniciou sua vida na docência, enquanto servidora pública na escola do acampamento. Por isso concordamos com Marschner (2009, p.70), quando destaca que:

O direito à escola no assentamento é uma das bandeiras fundamentais da reforma agrária. É algo tão importante como à conquista da terra mesma. Isso porque a escola local é uma das primeiras reivindicações dos agricultores na constituição do assentamento, sendo uma das demandas mais recorrentes do seu plano de desenvolvimento[...] A demanda por educação nos assentamentos não se limita à escolarização, mas diz respeito a todo o esforço dos movimentos sociais do campo em dar um novo significado ao espaço que conquistaram. Com a terra conquistada e a escola no assentamento, a educação do campo foca o campo e o seu contexto como espaço pedagógico.

A busca de uma vida melhor movimenta as pessoas para os acampamentos, acreditando que, com a conquista da terra, poderão alcançar uma vida financeira adequada e o atendimento às suas necessidades materiais mais rápida do que permanecer onde estão, muitas vezes em fazendas, como empregados e/ou vivendo de serviços temporários entre o campo e as cidades. Assim, de cidades próximas, ou mais distantes, ou voltando para o seu país, as famílias começam a chegar aos acampamentos dos assentamentos Itamarati I e II, conduzidas pelas organizações de movimentos sociais diversos, entre eles o MST, a CUT, a FETAGRI, a AMFFI, em busca de conquistar terras para viver e produzir. Uma dessas pessoas foi a Carmélia, quando foi para o acampamento junto com a sua mãe e os irmãos já tinha terminado o Ensino Médio.

Nasci em Sete Quedas/MS, ainda pequena mudamos para Eldorado/MS. Em Eldorado passei a minha infância e juventude. Da infância lembro de meus pais saírem para trabalhar fora e ficávamos em casa eu e os 04 irmãos, fazíamos as atividades de casa e íamos para a escola. Quando meus pais se separaram, todos ficaram morando com a mãe, o meu pai morava numa cidade próxima mantinha contato com a gente. A mãe trabalhava na prefeitura, saía para trabalhar e distribuía as tarefas dentro de casa entre os filhos, todos nós tínhamos o que fazer. Sempre estudei à tarde, não gostava de levantar cedo. A escola era perto de casa, íamos e voltávamos a pé. Saímos da cidade de Eldorado para o acampamento do MST, primeiro em Itaquirai, depois para a Itamarati. A minha mãe quem queria terra, como eu já estava maior de idade, também consegui um lote. Na Itamarati, quando chegamos já estava bem adiantada para a distribuição dos lotes. No acampamento foi até tranquilo para morar, como já existia há um tempo estava tudo organizado quando mudamos para cá. Já tinha a cesta básica, o transporte para levar os alunos de ônibus para as escolas de Ponta Porã. Eu já tinha o Ensino Médio, não cheguei a estudar no período de acampamento. No acampamento era tudo organizado por grupos, por família, tinha as reuniões, as festas, as pessoas que trabalhavam fora, iam e voltavam todos os dias. Era como se fosse uma cidade, só que de lona. Todos aguardando a terra que estava para ser distribuída. Conheci meu ex-marido no acampamento, ele trabalhava na Fazenda Santa

Virginia. Se conhecemos em uma das festas que teve no acampamento, começamos a namorar. Ele queria que eu fosse morar na fazenda, não aceitei, pois vim para cá para ter minha terra também. Depois de um tempo de namoro, fomos morar juntos. Ficamos juntos por 11 anos. Temos 02 filhos, nos separamos. Ele foi embora para Dourados e eu continuo no meu lote. (CARMELIA, entrevista concedida em 07/08/2023).

Outra entrevistada, a Crisântemo, chegou ao acampamento na Itamarati junto com o seu marido, a sogra, os cunhados e as cunhadas, após passarem por outros dois acampamentos, Itaquiraí e Ahandui. Sua narrativa perpassa os vários caminhos por acampamentos até conquistar o seu lote:

Nasci em Navirai/MS e quando pequena morava no sítio dos meus avós. Era uma chácara na beira da estrada, isto era em Naviraí, depois que conheci meu esposo, fui morar num lote de Reforma Agrária, que era do meu sogro. Assentamento Boa Sorte, no município de Itaquiraí. Mas, um dos sobrinhos da minha sogra, matou um rapaz lá e a família começou a ser ameaçada, tiveram que vender o lote. Foi aí que junto com meu marido, cunhados/as, sogro/a fomos para o acampamento. Primeiro ficamos 06 meses em Itaquiraí, depois fomos para Ahandui mais 01 ano, de lá viemos para a Itamarati, pois tinha a conversa de sair terra logo. Juntamos tudo e todos da família e viemos para cá. Ficamos 01 ano do outro lado da represa, até sair nosso sítio. Hoje sou assentada pela FAF – CUT, em Ahandui era acampada pelo MST. Antes meu sogro ficou acampado 08 anos pelo MST, foi quando conseguiu o 1º lote na Boa Sorte, em Itaquiraí, foi fruto da luta junto com o MST. Como meu sogro teve que vender, aqui conseguimos pela FAF. O grupo é formado por 150 famílias. (CRISÂNTEMO, entrevista concedida em 06/06/2023).

Crisântemo fala de sua volta ao acampamento após terem de vender a terra conquistada por ameaças à família. Terra que foi conquistada após 08 anos de acampamento do sogro, tendo que sair do lugar e começar tudo novamente e a se readaptar na vida no seu novo acampamento. Desta vez a terra saiu mais rápido, em dois anos e meio, todos conseguiram seu espaço no Assentamento Itamarati. Para quem viveu no campo com todas as peculiaridades, mesmo mudando durante algum tempo para a cidade, o campo não saiu da memória da pessoa, e por meio da reforma agrária, ocorreu à realização do sonho de cada família, ter seu espaço, mesmo quando os lotes de terra são pequenos e, a depender do tamanho da família, não assegura a autônoma financeira esperada. No assentamento a nova vida tem início, se constitui a nova morada, iniciam a plantação, a criação de animais, novos convívios sociais com a vizinhança. Nesse sentido de acordo com Ghedini:

Os indivíduos que têm sua origem no campo têm, em sua subjetividade, a necessidade ou à vontade em manter uma relação direta ou indireta com o campo. Essa questão está ligada à cultura camponesa, na qual há um jeito

articular de falar, de vestir, de alimentar-se, de produzir, enfim, há sentimentos, há uma temporalidade, há um jeito único de estabelecer relações com a natureza, com o outro e consigo. Nesse contexto, a terra e a vida são elementos fundamentais. (GHEDINI, 2009, p. 27).

Diferente da realidade da vida nos acampamentos, quando o pai ainda era empregado num latifúndio, aquele que formava o todo da Fazenda Itamarati, nossa outra entrevistada Flor de Lótus, nos conta como foi a sua infância na área quando ainda era a antiga Fazenda que deu origem ao assentamento Itamarati. Fala também de sua vida com a criação do assentamento, uma nova composição agrária, sendo ela filha de assentado.

Nasci em Ponta Porã, sempre morei na Itamarati. Meus pais já moravam na Fazenda Itamarati. O meu pai era funcionário da subestação de energia, a minha mãe era administrativa da educação, depois, professora. O meu pai também é barbeiro, profissão que exerce até os dias de hoje. A minha infância na Itamarati foi maravilhosa. As casas não tinham cercas ou muros, brincávamos bastante, tinha bastante vizinhos, crianças, era um lugar muito mais seguro que é hoje em dia. Ia a pé para a escola. Quando começou o assentamento estava com 11 anos, pensa como foram às mudanças! Em casa as questões financeiras que mudou. Ficou mais o salário da minha mãe. Uma época recebemos cesta básica. Vinha para todos os que receberam terra. Eu ia ao ginásio de esportes buscar. Lembro até hoje das bolachas que vinham na cesta. Com a Reforma Agrária, recebemos a casa, em que sempre morei e a terra. Com o fim da fazenda e início do assentamento na parte II, o meu pai passou a trabalhar só na barbearia. Antes tinha emprego fixo ganhava bem na época da fazenda, quando passou a trabalhar de barbeiro a renda diminuiu. Muitos que moravam na Itamarati não acreditavam na Reforma Agrária, falavam que aqui não ia para frente. Das vizinhas e amigas de infância, as que brincávamos juntas quase todas foram embora. Vejo hoje as mudanças que aqui tiveram e como cresceu e vem crescendo muito rápido. Tanto que o pai continua trabalhando como barbeiro e está bem financeiramente. Com a profissão do meu pai e da minha mãe de professora, pagaram a minha faculdade e do meu irmão. Temos também a renda do lote que é mais uma fonte que temos proveniente da Itamarati. (FLOR DE LÓTUS, entrevista concedida em 21/04/23).

A opção dos pais da Flor de Lótus, em continuar morando na Itamarati, agora junto aos sem terras foi assertiva para eles. A nova organização no lugar, que de início causou estranhamento e até recusa, visto que houve profundas mudanças financeiras nos rendimentos familiares, anteriormente asseguradas pelo salário, quando empregado da antiga fazenda e por isso acreditavam que o assentamento não daria certo, atualmente tem as suas transformações e a fala da entrevistada demonstra contentamento pela condição de filha de assentado.

As lembranças da etapa da fazenda ainda estão em sua memória, mas como momentos bons vividos nas brincadeiras de criança. É inegável em seu rememorar o toque de lamento, quando fala do momento do encerramento das atividades da fazenda, porque isso envolveu sua

família como um todo, seu pai perdeu o emprego e a vida que acreditavam ser confortável, acomodada em uma rotina de trabalho que parecia tranquila e sossegada, pois tinha casa, salário, comércio, comodidades que não mais seriam sustentadas com o assentamento.

Como titular de lote, precisaria fazer o gerenciamento e não mais vender a força de trabalho. Por isso o estranhamento inicial, porque a vida no assentamento provocou quebra de rotina em um grupo de empregados da fazenda, que não haviam construídos projetos de luta pela conquista da terra, apenas vendiam sua força de trabalho. Passado o susto inicial, a fala da entrevistada aponta o contentamento em sua família ter permanecido no lugar, que é próspero o que é possível de se notar em todos os pontos do Itamarati I e II, tanto nos sítios que formam as pequenas comunidades de ambos os assentamentos (I e II), como no espaço destinado aos núcleos urbanos da antiga Vila e da Vila do Secador.

Os Assentamentos Itamarati I e II, que na prática cotidiana acabam sendo entendidos como uma única área, mesmo tendo sido criados em diferentes momentos, vem se desenvolvendo como um todo, abrindo oportunidades para vários trabalhos, tendo a agricultura como sua maior fonte de investimentos na fronteira entre o Brasil e o Paraguai.

Outra entrevistada, a Hortência, nos fala como eram suas idas e vindas entre o Paraguai e Brasil, relatando sua vivência nas tantas mudanças que a sua família fazia. Isso porque a ausência de políticas públicas para atender as necessidades da população que vivia da pequena produção no Brasil, nas décadas de 1970 a 1980, levaram muitos brasileiros a buscarem no país vizinho, o Paraguai, o espaço e acolhida necessários para o seu sustento e de sua família. No país vizinho muitos puderam adquirir um pedaço de terra e passaram a cultivar, muitas vezes como arrendatários, meeiros ou outras formas de trabalho nas grandes fazendas.

A história de Hortência se insere nesse bojo, quando sua família buscou o país vizinho para nele construírem suas vidas. No entanto, lá nem todos os brasileiros conseguiram conquistar a melhoria de vida, adquirir um pedaço de terra, ou o que buscavam que era suprir às suas necessidades materiais e ter uma vida digna com sua família. Por isso alguns brasileiros continuaram trabalhando com sua família para os proprietários de terra. Outros buscaram trabalho nas cidades, ou voltaram para o seu país de origem em busca da tão sonhada terra. Assim, Hortência, passou parte de sua infância e juventude, entre as idas e vindas do Paraguai, para os espaços de acampamentos em MS.

Nasci em Santo Antonio do Sul/PR, sou filha de brasiguaios, meus pais são gaúchos. No período de expansão agrícola foram do RS para o PR, depois foram para o Paraguai. Sempre ficaram nas idas e vindas do Brasil para o Paraguai, sempre na perspectiva de uma vida melhor, financeiramente

falando. Eu cresci no Paraguai, até os 11 anos fiquei no Paraguai, essa foi a primeira vez que participei do retorno para o Brasil. Os meus irmãos já tinham ido várias vezes. Então meus pais decidiram ir para o Rio Grande do Sul, era nos anos dois mil. Tenho uma irmã especial e foram em busca de tratamento de saúde para ela e aposentadoria também. Ficamos de maio a janeiro no RS, daí, voltamos para o Paraguai na mesma região, só que agora na cidade, chamada Troncal Quatro, Nova Esperança, perto de Salto Del Guaira. Meu pai ficou sabendo do acampamento, por uns vizinhos, que os pais foram assentados no Assentamento Dorcelina. Nisso eles ficaram sabendo dos sem-terra e queriam muito virem também. Falaram para meu pai que tinha sem-terra no Mato Grosso, que iam vir pegar um pedaço de terra. Daí o pai falou que ia junto conhecer. O pai veio conhecer o acampamento, era final de 2002. A minha família ficou louca. O que ia fazer no sem-terra? Naqueles baderneiros? Eu adolescente só chorava, não queria sair do Paraguai. Aí meu pai veio, era final de 2002, gostou muito daqui, pois é apaixonante esse lugar. Fez o barraco ficava um pouco no acampamento, outro pouco no Paraguai em casa com a gente, dava uns 300 km daqui. O pai ficava nestas idas e vindas, daí a mãe resolveu vir também. O meu pai alugou uma casa em Ponta Porã, ficava eu, minha mãe e minha irmã que é especial. O meu pai no acampamento, que ficava perto da fazenda Santa Virginia, grupo Bafo da Onça. O pai tinha uma motinha e ficava indo e vindo nesta rodovia. Nos finais de semana a gente ia para o acampamento, era nosso lazer. Tinha os bailes, dançava e ia embora. Depois disso meus pais resolveram ir para o Paraguai de novo, já era o ano de 2003, ficamos 04 meses aqui, o meu pai ficou mais um pouco. Teve uns desentendimentos no acampamento que desencantou, e eles decidiram ir embora para o Paraguai. Então voltamos para a mesma cidade, eu acabei indo para a Cidade Del Leste. Fui trabalhar com minha irmã. Fiquei lá 02 anos e meio. Nisto meus pais decidem voltar para o acampamento, era o ano de 2004, eles voltaram, meu irmão veio junto com minha cunhada e minha sobrinha ainda pequena. Eu continuei com minha irmã. Meu pai no acampamento, minha mãe e os demais em Ponta Porã, numa casa alugada na cidade. No final do ano de 2004, meu pai me ligou se eu não queria vir para cá, pois meu irmão ia começar a trabalhar numa fazenda e a mãe não podia ficar sozinha ou mesmo ir para o acampamento, por conta da minha irmã que é especial. Falei que não, pois estava muito bem lá não queria vir. Diante disto, minha mãe mudou para o acampamento, para não ficar sozinha na cidade com a filha especial, não se sentia segura. No início de 2005, voltei para o acampamento. Foi quando vivenciei um acampamento de sem-terra. Era fevereiro de 2005, nesse período o governo federal já tinha feito à compra da outra parte da fazenda Itamarati. Ficamos acampados atrás da Escola Municipal Rural Nova Conquista, não mais na rodovia. (HORTÊNCIA, entrevista concedida em 12/09/2023).

A história de Hortênsia se mistura as muitas histórias de brasileiras, com a busca pautada na esperança de alcançar um lugar melhor para viver, onde fosse possível suprir as necessidades básicas da família e a busca incessante de uma vida melhor. Isso move as pessoas das periferias para os acampamentos. Nas cidades ou nas fazendas como trabalhadores, a vida não é nada fácil. Para isso vivenciam situações diversas trazendo esperanças de melhoras, o que os faziam permanecer nos acampamentos a beira das rodovias, um lugar que tem suas

limitações, sendo a maior delas as necessidades materiais, a ausência dos serviços públicos como o atendimento à saúde, para esta população de beiras das rodovias.

Fora a escassez material, o acampamento é o lugar onde todos trazem os sonhos, a solidariedade, o compromisso e cuidado com o outro, com o espaço e lugar do outro que tem os mesmos sonhos e esperanças de um futuro melhor e vida digna após conquistar a sua terra. Ter um lugar para chamar de seu, sua casa, suas plantas, frutas, animais, sem precisar se preocupar em mudar de lugar, como o fez Hortência, que passou sua infância e juventude mudando de um lugar a outro, até criar raízes no assentamento Itamarati II.

1.3 As categorias da pesquisa: gênero e políticas públicas

Para a compreensão das categorias de análises da pesquisa, utilizamos as obras que tratam sobre o tema, dentre elas destaco as obras de: Menegat (2009), Faisting (2011), Menegat (2013), Terra (2009). Buscou-se ainda, dados das instituições públicas de prestação de serviços no assentamento, para compreender a sua dinâmica no cotidiano destas mulheres as quais participaram da dissertação.

Nesses referenciais teóricos, algumas categorias se mostraram centrais para a presente pesquisa, dentre elas fez-se uso da categoria de gênero, tendo como referência Menegat (2009, 2012); Tedeschi (2011, 2012); Farias (2009, 2013); Louro (1997), Taborda (2020).

Nas análises dos referenciais teóricos se faz uma reflexão sobre o conceito de política pública é uma categoria que subsidia nossas análises. Com base na constituição de 1988, a constituição cidadã, que tem entre os seus princípios fundamentais e objetivos:

Artigo 1º: A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos[...] III- a dignidade da pessoa humana. No seu artigo, 3º constituem objetivos fundamentais da república Federativa do Brasil: I- construir uma sociedade livre, justa e solidária; II- garantir o desenvolvimento nacional; III- erradicar a pobreza e marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais; IV- promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação. (CONSTITUIÇÃO FEDERAL, 1988, p. 03).

Para atender a estas previsões o Estado tem poder de fato e direito para consolidar políticas públicas. Algumas vezes estas políticas são pontuais, não atingindo o atendimento da mesma situação na sua totalidade, ou se restringindo a um local, quando poderia de forma gradativa ser estendida a todas as pessoas que necessitam do mesmo serviço ou atendimento. Assim os descontentamentos e situações de conflito entre quem detém o capital e os

trabalhadores seriam menores, pois o Estado seria para todos. Como exemplos de demandas não atendidas na sua totalidade temos: moradia, saúde, segurança, educação, emprego, previdência, reforma agrária. Nas contribuições de Brand,

O Estado e seus aparelhos são, então, um conjunto heterogêneo e uma condensação material de relações de força específicas. Por exemplo, no Brasil coexistem um projeto político de reforma agrária e outro de agronegócio, que não apenas se contradizem em muitos aspectos, como também se encontram em uma relação assimétrica. Isso significa que diferentes aparelhos estatais concentram diferentes relações de força, em que entram em cena a burguesia agrária, a população urbana, os camponeses, os sem-terra e outros. As políticas públicas são parte de um processo próprio, que têm o objetivo de formular e implementar “projetos de Estado” (como o neoliberalismo, que, apesar de “diminuir” o Estado, foi e é um projeto de Estado) que permeiam os diferentes aparelhos com suas próprias lógicas e tarefas. (BRAND, 2016, p. 134).

Cabe aos cidadãos a organização para pautar suas demandas e necessidades, junto às instituições públicas, municipais, estaduais ou federais de forma que o Estado as assumam e as coloque em prática, atendendo as reivindicações e necessidades apresentadas. O atendimento será feito ao grupo que iniciou a demanda, se a legislação assim permitir e as demais pessoas que por ventura fazem parte do grupo a serem atendidas dentro desta política.

O Estado é um terreno de luta estruturado de uma maneira determinada, em que competem as diferentes forças sociais e políticas que tentam promover seus próprios interesses, identidades e valores. O objetivo de cada grupo é conseguir que seus interesses particulares se convertam em “interesse geral”, que sejam promovidos pelo próprio Estado. (BRAND, 2016, p. 128).

Existem várias definições sobre o que é política pública, sendo um tema que desperta interesse em diversas áreas do conhecimento, não restrito a área econômica. Souza nos diz em seus primeiros registros enquanto disciplina se iniciaram nos Estados Unidos. Assim diversos teóricos trazem definições:

Não existe uma única, nem melhor, definição sobre o que seja política pública. Mead (1995) a define como um campo dentro do estudo da política que analisa o governo à luz de grandes questões públicas e Lynn (1980), como um conjunto de ações do governo que irão produzir efeitos específicos. Peters (1986) segue o mesmo veio: política pública é a soma das atividades dos governos, que agem diretamente ou através de delegação, e que influenciam a vida dos cidadãos. Dye (1984) sintetiza a definição de política pública como “o que o governo escolhe fazer ou não fazer”. A definição mais conhecida continua sendo a de Laswell, ou seja, decisões e análises sobre política pública implicam responder às seguintes questões: quem ganha o quê, por que e que

diferença faz. Outras definições enfatizam o papel da política pública na solução de problemas. (SOUZA, 2006, p. 24).

Para Höfling (2001) políticas públicas representam o Estado em ação, e como o Estado não tem vontade própria, cabe a seus cidadãos pautar as demandas para que o Estado possa atuar. Para a autora, nem sempre as políticas públicas resultam como o esperado, pois as necessidades e demandas são variadas e isso requer ao estado, a organização para seu atendimento. Assim, podemos dizer que política pública é a presença do Estado, o gerenciador dos recursos dos tributos e recursos naturais, junto a sua população, estando confirmada junto aos serviços oferecidos a sua população com o atendimento: a educação, assistência à saúde, a segurança pública, a política habitacional, a reforma agrária, outras necessidades que só o Estado pode resolver, como nas catástrofes naturais como vem ocorrendo com mais intensidade no Brasil. O Estado é o responsável pelo gerenciamento de sua estrutura, para que o país possa garantir o bem estar de sua população e os cuidados com o seu território.

Políticas públicas são aqui entendidas como o “Estado em ação” (Gobert, Muller, 1987); é o Estado implantando um projeto de governo, através de programas, de ações voltadas para setores específicos da sociedade. Estado não pode ser reduzido à burocracia pública, aos organismos estatais que conceberiam e implementariam as políticas públicas. As políticas públicas são aqui compreendidas como as de responsabilidade do Estado – quanto à implementação e manutenção a partir de um processo de tomada de decisões que envolvem órgãos públicos e diferentes organismos e agentes da sociedade relacionados à política implementada. (HÖFLING, 2001, p. 31).

Para Saravia política pública é um fluxo de decisões públicas, que movimentam a sociedade e provocam reações diversas:

Trata-se de um fluxo de decisões públicas, orientado a manter o equilíbrio social ou a introduzir desequilíbrios destinados a modificar essa realidade. Decisões condicionadas pelo próprio fluxo e pelas reações e modificações que elas provocam no tecido social, bem como pelos valores, ideias e visões dos que adotam ou influem na decisão. (SARAVIA, 2006, p. 28).

Nesse sentido compreendemos que as políticas públicas podem transformar realidades, dando um novo sentido a tantas histórias de vida permeadas por dor e sofrimento, causados pela escassez de recursos e bens materiais, assim como as mulheres participantes da pesquisa, conseguiram superar a escassez material, após a conquista da terra com a reforma agrária e, posteriormente, atuando no serviço público em instituições presentes nos Assentamentos Itamarati I e II. Esse fato evidencia-se nas palavras de Jasmim: “Hoje eu tenho uma casa boa,

um carro bom, emprego, não teria tido estas conquistas se não fosse à coragem de enfrentar essa luta no acampamento”. (JASMIM, entrevista concedida em 21/04/2023).

Dessa forma, as políticas públicas são fundamentais para a equidade de pertencimentos sociais e acesso a direitos, como pessoas possuidoras de direitos. Há pouco tempo às mulheres não detinham seus direitos sociais e políticos reconhecidos, aliás, nem eram consideradas cidadãs. As mudanças históricas pelas quais passamos, uma delas foi o direito ao voto no Brasil para as mulheres, só conquistado em 1930, sendo uma conquista do movimento feminista, o sufrágio feminino. Em 1933 o Brasil teve a sua primeira mulher eleita para o parlamento, apesar da conquista do direito de votar e ser votada, mesmo sendo a maioria da população brasileira, o número de mulheres eleitas ainda é minoria no parlamento brasileiro.

Outra mudança foi conquistada na Constituição Federal de 1988, que assegura o direito à propriedade para as mulheres, com titulação conjunta. No cadastro junto ao INCRA, quando da escolha dos beneficiários para a reforma agrária, as famílias que detenham mulheres como provedoras, recebem 05 pontos na classificação, possibilidades que só foram possíveis após as mulheres terem conquistado o direito a serem titulares nos lotes de reforma agrária, direito anteriormente relegado unicamente aos homens. São conquistas que hoje nos permitem em muitas situações estarmos num patamar de igualdade, saindo do anonimato, propiciando a participação na esfera pública.

No meio rural a invisibilidade da mulher é mais evidente, pois as conquistas urbanas nem sempre se estenderam às mulheres da área rural, tendo ainda as distâncias para percorrer quando buscam atendimentos nos serviços públicos, e/ou para poderem participar de atividades coletivas ou religiosas. Muitas permanecem no isolamento tendo em sua maioria o espaço de participação e vivência, restrito as pessoas de sua família.

[...] não existiram para o espaço público [...]. As mulheres agricultoras ou de artesãos, cujo papel econômico era considerável, não são recenseadas, e seu trabalho, confundido com as tarefas domésticas e auxiliares, torna-se assim invisível. Em suma, as mulheres “não contam”. E existe aí muito mais do que uma simples advertência. (PERROT, 2005, p. 11).

Se antes as mulheres não existiam para o Censo do IBGE, também não existiam para o atendimento nas políticas públicas, permanecendo no anonimato, restrita a dependência masculina, do pai, irmão, marido e reclusas nos afazeres da casa, nos cuidados com as pessoas da família, quer sejam as crianças, os doentes, os idosos. Nesta situação de imposição do silenciamento das mulheres e sua exclusão da história oficial, a pesquisa, com o uso da metodologia História Oral, viabiliza uma ferramenta a ser utilizada para que estas mulheres

possam ter sua história, e, suas vivências escritas com a possibilidade de mais pessoas conhecerem estas vozes silenciadas e invisibilizadas socialmente.

Nesse sentido, a categoria gênero é fundamental em nossa pesquisa, porque trata da construção social do feminino e do masculino. Tedeschi, define essa categoria na seguinte forma:

O uso da palavra “gênero” tem sua história oriunda dos movimentos sociais de contestação a partir de grupos organizados de mulheres, feministas, sindicalistas etc. Sua trajetória que acompanha a luta por direitos civis e direitos humanos, enfim, acompanha a luta por igualdade e respeito. Na história das sociedades humanas, as mulheres foram sendo percebidas e descritas não só como diferentes, mas, sobretudo, como inferiores, ocupando, paradoxalmente, um lugar inferior. Essa desigualdade se exprime nos sistemas simbólicos e de representação e se realimenta, reforçando uma fronteira aparentemente intransponível e que separa fazeres e saberes de homens e mulheres. (TEDESCHI, 2013, p. 317).

O movimento com pauta de gênero iniciado mais fortemente nos anos de 1960, quando várias categorias passaram a se organizar e reivindicar seus direitos, ou saíram para denunciar a sua inexistência enquanto cidadãs no Estado. Foram fundamentais para a conquista dos direitos civis e sociais das mulheres. A Constituição de 1988, traz em seu artigo 5º que homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações. No entanto, mesmo sendo assegurado na constituição, na prática em muitos lugares e situações ainda prevalece a mesma estrutura social na qual a mulher permanece invisível e subjugada. Os movimentos feministas continuam a busca pelo reconhecimento dos direitos conquistados, ampliando os estudos sobre as mulheres tendo a categoria gênero inserida nas análises.

O reconhecimento das atuações sociais das mulheres é recente e, em muitas situações, ainda inexistente, sendo que a mulher ainda é inferiorizada por sua condição de ser mulher, ou, mesmo quando chefe de família tem uma jornada e responsabilidade a mais com a tripla ou quádrupla jornada. Isso porque está mantido o modelo que destina às mulheres o papel social de cuidar da família e dos afazeres domésticos, situações que permanecem quase inalteradas, reforçando as relações sociais construídas historicamente.

Como define Scott (1995, p. 86), o gênero é empregado para designar as relações sociais entre os sexos, podendo ser considerado como uma maneira de indicar ‘construções sociais’ – a criação inteiramente social de ideias sobre papéis adequados aos homens e às mulheres. É uma maneira de se referir às origens exclusivamente sociais das identidades subjetivas dos homens e das mulheres. O gênero é, segundo essa definição, uma categoria social imposta sobre o corpo sexuado. (TEDESCHI, 2013, p. 319)

Entender estas construções sociais, contrapondo com as conquistas, mesmo que tímidas, com a liderança dos movimentos feministas, é perceber que houveram mudanças e que essas têm contribuindo de maneira significativa para diminuir as diferenças sociais e políticas impostas às mulheres. Mesmo quando as mulheres se posicionam contrárias às feministas, sejam por falta de conhecimento da sua importância, ou por concordar que na sociedade a mulher tem que ficar em segundo plano e o homem figurar como protagonista.

As lutas femininas que nos antecederam têm possibilitado mudanças, especialmente no acesso para frequentar escolas, universidades, tornarem-se também servidoras públicas, parlamentares, comerciantes, empresárias, comerciárias se não fossem as organizações feministas, provavelmente permaneceria a mesma estrutura social, mantendo as mulheres a mesma invisibilidade imposta estruturalmente.

Para Louro (1997), a segregação social e política a que as mulheres foram historicamente conduzidas teve como consequência a sua ampla invisibilidade como sujeita – inclusive como sujeita da Ciência. Entender estas conquistas é o que hoje possibilita termos nos espaços de assentamento da reforma agrária, mulheres alçando o serviço público através de concursos e permanecendo no seu espaço conquistado, na luta pela terra.

As muitas produções acadêmicas discutindo gênero, mulheres, divisão sexual do trabalho, também fazem parte das nossas análises, subsidiando a compreensão sobre a realidade vivida pelas mulheres nos assentamentos Itamarati I e II. Com esse sentido analisamos a atuação que as mulheres desempenham na sociedade, na família, no trabalho, sua participação na constituição e nos espaços de decisão nos Assentamentos Itamarati I e II, refletindo sobre a história nos aspectos social e cultural que atualmente ocupam. Chauí define cultura como sendo:

A criação coletiva da linguagem, religião, forma de habitação, vestimenta e culinária, manifestação de lazer, da música, da pintura, dos valores e das regras de conduta, do sistema e das relações sociais, particularmente o sistema de parentesco e as relações de poder. A cultura é o campo no qual uma sociedade institui as relações com seus membros e a natureza conferindo sentido ao elaborar símbolos e signos, práticas e valores, definir para si própria o possível e o impossível. A linha do tempo, passado, presente e futuro. Determinação de espaço, longe, perto, grande, pequeno, verdadeiro e falso, belo e feio, permitido e proibido, relação com o visível e o invisível, o sagrado e o profano a guerra e a paz, a vida e a morte. Como seres humanos somos todos seres culturais. (CHAUI, 2021, palestra no <https://www.youtube.com/watch?v=4dxdpyU0ppBw>).

A história demonstra que tanto na esfera social quanto no contexto histórico, a mulher ocupa espaços e lugares diferenciados do homem. A busca pela igualdade nas condições sociais

e culturais entre homens e mulheres é uma luta antiga e uma realidade constante que almeja o rompimento desta cultura patriarcal. Auad destaca que “o conceito de patriarcado permitiu que se percebesse que, de diferentes modos, as mulheres são dominadas e exploradas” (AUAD, 2003, p. 54).

No final do século XX, houve avanços significativos, sobretudo por ter sido o começo da absorção das questões das mulheres nas universidades, com a ampliação de pesquisas sobre gênero, mulheres e feminismo, formalizando-se cursos e linhas de pesquisas que deram status e rigor de conhecimento acadêmico. A ampliação estendeu-se as esferas governamentais, conquistando espaço nos partidos políticos e com isso legislações foram modificadas, bem como oportunidades surgiram para que as questões das mulheres se tornassem questões públicas, focadas na promoção dos direitos das mulheres (SILIPRANDI, 2009).

Os avanços com relação aos espaços sociais das mulheres foram mais significativos nos centros urbanos, sendo que às mulheres camponesas permaneceram na invisibilidade, mesmo participando em todos os espaços de trabalho, nos momentos de decisão sua voz não era ouvida, ou não era considerada, aspectos que ainda mantidos na realidade de muitas mulheres, mas não sem resistências femininas.

Nesse ensejo as ideias postuladas por Paludo vem ao encontro deste estudo, ao apontar que apesar das significativas conquistas ocorridas no século XX e início do século XXI em relação à emancipação das mulheres, ainda impera a suposta “superioridade” masculina, frente à suposta “inferioridade” feminina, historicamente construída, produzida e perpetuada às gerações como um modelo “natural” de vida na sociedade (PALUDO, 2009).

Visando a superação do legado de submissão atribuído as mulheres pelo conceito do patriarcado, a expressão “relação de gênero” foi cunhada pelo movimento feminista para assim entender e explicar a desigualdade entre homens e mulheres. Gênero ultrapassa as diferenças biológicas entre homens e mulheres, configurando num conjunto de expressões daquilo que se pensa sobre o masculino e o feminino, ou seja, a relação de gênero é toda a construção social desencadeada no decorrer dos séculos permeada por significados, características e simbologias que atribuem papéis esperados tanto dos homens quanto das mulheres. Dessa forma, as diferenças biológicas entre homens e mulheres são percebidas de acordo com as construções de gênero de cada sociedade (AUAD, 2003).

Entender a construção social, que ao longo da história brasileira oprimiu as mulheres é reconhecer as lutas e resistências empreendidas por elas na superação das diferenças de gênero, dentre elas a busca pela formação continuada das mulheres dos assentamentos Itamarati

I e II, e que por meio dessa formação estão conseguindo ocupar espaços de destaque, bem como criar meios para o empoderamento feminino.

Desde o período vivido na beira das rodovias no acampamento de sem terras, as mulheres têm sua participação e colaboração colocadas em segundo plano, evidenciando-se que o corpo feminino é abjeto em indistintas situações, como pontua Tomascheski:

As mulheres que passam seus dias na luta pela terra à beira das rodovias são invisíveis à história patriarcal de cunho androcêntrico. De maneira frequente são relegadas ao esquecimento, já que a história agrária brasileira sempre foi narrada através da ótica masculina, a qual coloca a mulher como coadjuvante nos trabalhos. Por esse motivo os acampamentos também eram vistos como “coisa de homem”. (TOMASCHESKI, 2018, p. 133).

Mesmo com conquistas femininas, ainda muitas manifestações e atuações em nossa sociedade são vistas como “coisa de homem”, predominantemente em acontecimentos do mundo público e político, especialmente no comando da política institucional.

Braz (2021), em estudo sobre assentamentos de Nioaque, apresenta que as mulheres assumem muitos serviços do entorno da casa, ou seja, mesmo as que trabalham fora de casa permanecem com o trabalho de cuidar da casa, do seu entorno, gado, horta, continuam na administração da casa e todas as tarefas que esses afazeres englobam. Em algumas casas os companheiros trabalham fora, geralmente fazendas ou usinas, voltando para casa apenas nos finais de semana, ou se for período de colheita e plantio, retornam após o término destas atividades, e mediante isso, elas assumem o todo do fazer na condução dos lotes.

O destaque que nos chamou a atenção nesse assentamento, é o da maioria de seus lotes se encontrar sob a administração das mulheres, que além de cuidarem de suas casas também são as provedoras do sustento de suas famílias, viabilizado por meio do cultivo que realizam nos lotes, de diferentes culturas, conforme destacam Elivelto da Silva Cavalcante; Laura Jane Gisloti; Judite Stronzake. A maioria dos lotes é gerida por mulheres (57%) que lidam com a labuta diária dos serviços domésticos e da lida com o lote produzindo diferentes culturas agrícolas em todas as épocas do ano. (BRAZ, 2021, p. 103).

A condição de provedora do lar, não tira das mulheres a responsabilidades com a organização dos espaços da moradia e da família, elas são sempre cobradas por serem responsáveis em atender as necessidades domésticas. Recorrentemente, sem que todos colaborem com os serviços e cuidados destes espaços. Situações que não diferem nos espaços de assentamento de Reforma Agrária. As reflexões de Menegat (2009) apontam para essas

diferenças, mas também imprimem destaque para a importância na resistência à dominação, presente no contexto do assentamento Taquaral, estudado pela autora.

[...] nas décadas de 1980 e 1990, construíram e fortaleceram o movimento de mulheres camponesas, intensificando as discussões ligadas às suas condições de vida, tentando não só o reconhecimento legal, mas especialmente o reconhecimento social de sua situação enquanto trabalhadoras. Com suas mobilizações, conseguiram potencializar direitos jurídicos e, assim, levaram para o campo direitos antes exclusivos dos/as trabalhadores/as urbanos/as, como, por exemplo, ter acesso ao crédito rural, ao salário maternidade, à aposentadoria e a outros benefícios que as colocaram em posições de visibilidade social e produtiva. Tudo isso, levou ao fortalecimento do empoderamento delas (MENEGAT, 2009, p. 224).

Na continuidade da reflexão, a autora apresenta a abertura de novas portas, para mulheres assentadas, “Homens e mulheres elaboram combinações e arranjos de acordo com as necessidades concretas de suas vidas”. (MENEGAT, 2009, p. 145). As conquistas realizadas pelas lutas sociais permitem atualmente que mulheres e homens assentados/as da Reforma Agrária possam ser também servidores públicos, quer seja por meio de contratos temporários de trabalho com a aprovação em processos seletivos, quer sejam concursados, em qualquer esfera pública, sejam municipal, estadual ou federal.

O entendimento dos assentados ao direito de assumirem cargos como servidores públicos ainda tem divergências quanto à compreensão das instituições que atendem aos assentamentos. Muitos/as assentados/as que são, ao mesmo tempo servidores públicos, sem poder acessar os créditos necessários para a produção da agricultura familiar, ou mesmo deterem a documentação, como a Declaração de Aptidão ao Pronaf-DAP, fundamental para a comercialização da produção. Essa contradição demonstra a compreensão do Estado para com a pessoa assentada, ou seja, ela não poderia ocupar outro segmento social, situação que vêm sendo questionada pelas famílias beneficiadas com lotes. No ano de 2023, os assentados servidores públicos tiveram sua DAP liberada. Uma vitória dos movimentos sociais que tiveram suas reivindicações atendidas pelo INCRA.

Farias (2009) também apresenta reflexões sobre as mulheres assentadas, destacando assentamentos como espaços de produção e vida coletiva,

Nos assentamentos as famílias afastam-se dos princípios orientadores de uma ação coletiva, que antes era um dos principais objetivos entre as pessoas acampadas. Estas viviam em um tempo, cuja única certeza era a existência de outras pessoas na mesma situação. Esse sentimento permitia a construção de sentidos coletivos de viver. Geravam sociabilidades de pertencimento, solidariedade e companheirismo. Ninguém era dono de nada. Traziam

necessidades e angústias, mas compartilhavam sonhos e projetos. (FARIAS, 2009, p. 191).

Com o passar do tempo, a vida idealizada no acampamento para a produção de forma coletiva, quando chegam na prática nos lotes as situações e conflitos vão surgindo, deixando assim o projeto inicial de ter sua continuidade. A produção agora, passa a ser a organizada de modo individual, ou seja, pelo núcleo familiar e não mais de forma coletiva. Os sabores e dissabores de viver em um espaço de assentamento tem significado de liberdade e autonomia para gerenciar suas vidas, com decisões do que e onde plantar, bem como usufruir do seu trabalho com o plantio e colheita dos seus frutos, resultado do seu trabalho.

Essa situação não seria possível se ainda permanecessem trabalhando em fazendas ou na cidade, sendo nas duas situações assalariados, nesse ensejo, de acordo com Farias:

Para as famílias, os sentidos da liberdade na terra são reais somente quando eles amenizam as perdas e as ausências vivenciadas no seu passado sem-terra. Ser assentado/a só tem sentido de “liberdade” quando o trabalho no sítio favorece o controle do tempo, quando oferece autonomia e o gerenciamento do trabalho, e representa sentidos de lazer e de festa. A terra proporciona sentidos positivos quando permite o regresso para casa, e ainda quando protege do frio e da chuva, quando a fruta é colhida. Ambiguidades na vida das famílias nos espaços de reforma agrária no pomar, ou seja, quando a vida é de fartura e de comida boa. A terra tem gosto de liberdade a partir do momento que ela afasta as famílias da obrigação de atender às ordens do patrão e ao relógio do capitalismo. (FARIAS, 2009, p. 202).

Sobre as mulheres que vivem nos espaços urbanos, temos uma vasta literatura e pesquisas que trazem suas lutas, conquistas, avanços, a tripla jornada, como chefe de família. Diferente das mulheres camponesas que permanecem na invisibilidade, quando temos espaços com registros destas narrativas estão voltadas aos homens, esquecendo que no cenário rural junto à lida camponesa estão às mulheres, que permanecem na luta, dentro de uma estrutura patriarcal¹, com muitos desafios e barreiras e serem rompidas, tanto quanto as mulheres que estão nos centros urbanos. Sobre este controle e dominação encontramos em Brand:

¹ A expressão refere-se a uma forma de organização familiar e social em que um homem, o patriarca, submete os outros membros da família ao seu poder. Sergio Buarque de Holanda, também destacou que, ao se deslocarem do campo para a cidade, onde as estruturas familiares se transformariam, as famílias da classe dominante mantiveram o patriarcado como “o grande modelo por onde hão de calcar, na vida política, as relações entre governantes e governados” (HOLANDA, 1971, p.50-53).

A função principal do Estado capitalista – patriarcal, racista, imperial e pós-colonial é a de consolidar as relações sociais dominantes e dar-lhes certa continuidade, mas também de contribuir, de maneira controlada, para que transitem em direção a novos arranjos convenientes. Dessa maneira, a reprodução socioeconômica, cultural e política funciona aproveitando os conflitos e a crise, transformando-os em oportunidades. (BRAND, 2016, p.127).

É sabido que escrever a história das mulheres é uma árdua tarefa tendo em vista os preconceitos, esquecimentos e silenciamentos que sempre nos acompanharam. No entanto, faz-se necessário, evidenciar que o universo feminino foi e continua sendo importante para os desdobramentos da sociedade contemporânea, onde se tem uma maior presença das mulheres ocupando espaços diferentes daqueles definidos pelo patriarcado, bem como as discussões das relações de gênero, mesmo quando equivocadas, como destaca Colling:

A história das mulheres e das relações de gênero revisita um conjunto de problemas – o poder, as representações, as imagens e o real, o social e o político, o pensamento simbólico, a fixação de identidades, enfim a marginalização, o esquecimento de sujeitos na história do ocidente. (COLLING, 2014, p. 08).

Assim sendo, nossa intenção permeou pela vontade de revisitar a história de mulheres assentadas que estão no serviço público, compreendendo suas dificuldades, os problemas, modos de superação e protagonismos, evidenciando com isso que um assentamento pode ter muitas histórias invisibilizadas e que dentro disso estão às vivências e as experiências femininas.

Com estas intencionalidades sabe-se que a pesquisa teve seu desenrolar em um mundo encoberto pelo esquecimento, uma vez que para as mulheres sempre couberam papéis determinados, construídos logicamente por homens que temiam perder seu domínio e poder, assim conduzindo uma história androcêntrica e patriarcal, focando sempre em “grandes feitos” masculinos, como pontuados por Perrot:

Em uma perspectiva política, a partir da qual a história é a memória da República e da Nação, o relato histórico se organiza em torno dos acontecimentos públicos. Já que a política interior e exterior dos Estados (a diplomacia, as guerras) torna-se o essencial, pesquisa-se principalmente os documentos administrativos (crônica do poder). As mulheres, que estão a maior parte do tempo ausentes desses lugares, desaparecem conseqüentemente do relato histórico. Há, nessa história, uma espécie de encobrimento do âmbito privado e do cotidiano. (PERROT, 1995, p. 14).

A luta das mulheres, recorrentemente, permanece fora dos documentos administrativos, visto que muito se fala sobre os Assentamentos, seus logros e fracassos, porém o cotidiano e suas várias esferas, principalmente do mundo das mulheres continuam no esquecimento. Descrever a luta das mulheres sem-terra é romper com padrões históricos de esquecimentos arquitetados, tratar do tema mulheres, atrelado a políticas públicas, se faz necessário e urgente principalmente no cenário a qual passamos no nosso país (intensificado nos anos de 2021/2022), com retiradas de direitos há muito conquistado, cortes nas políticas públicas e programas de inclusão social. Um dos programas que passou por cortes, culminando com sua extinção foi o Bolsa Família, o qual era uma garantia para as famílias de baixa renda, o acesso aos bens de consumo, sobretudo alimentares e medicamentos, com a obrigação dos filhos e filhas estarem matriculados na educação Básica e com o cartão de vacinação em dia.

Quanto à gestão do recurso repassado pelo programa, sabe-se que as mulheres (mães/avós) tem sido a principal responsável pela gestão dos seus recursos em nome da família, uma vez que são as mulheres suas representantes legais, ou seja, as principais destinatárias para receber o benefício em nome da família; o que não retira o papel do homem beneficiário também. (FERREIRA, 2012, p. 13).

O Bolsa Família é um dos programas sociais em que as mulheres são as responsáveis pelo gerenciamento dos seus recursos, com isto a responsabilidade de utilizar este recurso bem como manter os filhos na escola e o ciclo de vacinação completos, recai mais uma vez, sobre as atribuições das mulheres. Com a eleição do Presidente Luiz Inacio Lula da Silva – Lula no ano de 2022. No ano de 2023, o Programa Bolsa Família volta a pauta, com garantia de recursos financeiro para a sua continuidade. É feito também auditoria no cadastro dos beneficiários e retirada de quem estava recebendo indevidamente.

Outro direito que teve alterações foi o da previdência com a nova reforma que aumentou a idade de homens e mulheres. Antes da última reforma as mulheres poderiam requerer a aposentadoria aos 60 anos, hoje é necessário estar com 62 anos para usufruírem deste benefício, bem como a obrigatoriedade de contribuição por 20 anos, criando mais obstáculos para seu acesso. Conforme nota técnica do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos – DIEESE:

As mulheres serão, portanto, afetadas tanto pela elevação da idade mínima quanto pelo aumento do tempo mínimo de contribuição e, mais ainda, pela combinação desses requisitos. Para piorar o cenário, a reforma ainda as penalizará, sem distinção, com perdas significativas nos valores dos benefícios, em função de alterações nas regras de cálculo. Também as regras

de transição impõem às mulheres maiores dificuldades para acesso aos benefícios quando comparadas com as regras atuais e com as regras de transição da PEC 287 (DIEESE, 2019, p. 03).

Sabe-se que quando direitos são ameaçados, os das mulheres encabeçam as listas. Com as dificuldades aumentadas em cada reforma, as desigualdades sociais, tornam ainda mais visíveis, assim como as dificuldades em romper as barreiras de restrições a bens materiais de primeira necessidade a que as mulheres ainda são submetidas, restando à coragem de luta para mudar a realidade e a invisibilidade imposta pela sociedade patriarcal.

Permeadas entre os avanços, retrocessos e conquistas, a terra que fora do “Rei da Soja”, a antiga Fazenda Itamarati, atualmente é cenário de um número significativo de homens e mulheres que lá estão reescrevendo suas histórias a partir da Reforma Agrária. Se há pouco tempo estas terras tinham um único dono, passaram a ser de milhares de pessoas, de necessidades e de realidades diferentes, especialmente no fazer com que as mulheres produzam em suas vidas após a chegada ao assentamento, refazendo trajetórias e atuações.

As mulheres chegaram ao assentamento, acompanhadas de seus familiares para trabalharem a terra, retirar dela seus sustentos, suprimindo suas necessidades materiais e construir vidas dignas, mas foram além, lutaram por espaços outros, buscando formação acadêmica e profissionalização técnica, conquistaram certificações em diferentes frentes, que lhes propiciaram condições de concorrerem para ocuparem espaços outros, em instituições diversas que se instalaram nos assentamentos Itamarati I e II, para atenderem famílias assentadas com os mais diversos serviços públicos. São estas as mulheres da pesquisa, que lá chegaram como assentadas e que, atualmente, ocupam espaços de servidoras públicas sem deixar a condição de mulheres assentadas. Combinam jornadas e atuações sociais, construindo os rumos de suas vidas.

CAPITULO II

OS ASSENTAMENTOS ITAMARATI I E II E A CONSOLIDAÇÃO DE PERTENCIMENTOS SOCIAIS

No presente capítulo analisamos a formação dos assentamentos Itamarati I e II, que consolidaram a política pública de inserção de famílias excluídas do processo de produção agrícola e de protagonismo de mulheres assentadas. Para isso, na primeira parte do capítulo analisaremos os dilemas na luta pela terra.

Na segunda parte trazemos reflexões sobre a reforma agrária enquanto política pública, numa ênfase a constituição do Assentamento Itamarati, saindo do latifúndio para as milhares de famílias através da Reforma Agrária, acessando o direito a terra. Trataremos ainda dos serviços públicos instalados na nova comunidade, nos quais as mulheres entrevistadas passaram a atuar.

2.1 A luta pela terra no Brasil

A luta pelo acesso à terra no Brasil foi historicamente permeada por resistências e conflitos, que resultaram em muitas vidas perdidas, em nome de assegurar a existência de uma classe privilegiada com a posse de terras, negando seguridade de direitos aos demais grupos sociais que compuseram o campo brasileiro, e se observado aqueles do século XX, podemos citar os parceiros, agregados, assalariados, boias frias, arrendatários, volantes, dentre outras categorias².

A concentração histórica das terras brasileiras fez com que ao longo de nossa história muitos enfrentamentos entre os diferentes grupos sociais rurais, compusessem o cenário social brasileiro. No século XX foram diversos conflitos, os quais suscitaram a emergência de legislações, dentre elas o Estatuto da Terra, de 1964, que regula os direitos e obrigações concernentes aos bens imóveis rurais, dentre eles os que se destinam para fins de Reforma Agrária e promoção da política agrária e agrícola. O Estatuto da Terra foi criado para estabelecer o equilíbrio diante dos conflitos e revoltas no campo, parte deles pautados pelas Ligas Camponesas, manifestas na década de 1950, questionando a estrutura agrária

² Consideramos a história brasileira em relação à estrutura agrária, essa é repleta de acontecimentos e sujeitos, os quais demandariam importantes, mas extensas reflexões, as quais não cabem no bojo da presente pesquisa. Por isso, optamos em tecer breves considerações sobre a luta pela terra na segunda metade do século XX, marco que se aproxima da instalação dos assentamentos de reforma agrária, envoltos ao contexto social da presente pesquisa.

concentradora no Nordeste brasileiro, mas que se espalhou pelo Brasil, levantando uma questão premente, de exclusão e exploração no campo brasileiro.

Com o estatuto teve-se o amenizar dos conflitos, especialmente acenando para a criação da colonização com as agrovilas na Amazônia, a criação do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária-INCRA; a classificação das propriedades por área: minifúndios até 100 hectares; média propriedade de 100 a 1.000 hectares; grande propriedade acima de 1.000 hectares. Os minifúndios eram para a reforma agrária, o que não atendia a necessidade das famílias, quando então o Estado criou o módulo rural, sendo maior que o minifúndio e 600 vezes menor que o latifúndio.

A propriedade rural deveria, simultaneamente, favorecer o bem estar dos proprietários e de todos quantos nela trabalham e dela sobrevivam. Para tanto, a terra precisa manter níveis satisfatórios de produtividade, assegurando a conservação dos recursos naturais e garantindo cumprimento das disposições legais que regulam as relações de trabalho entre as partes, os que a possuem e os que a cultivem (Estatuto da Terra, Art. 2º, § 1º, 1964, *apud* FACHIN, 2015, p. 86).

No entanto, mesmo com garantias, a terra não favoreceu a todos a quem nela trabalhavam, restrita a uma camada da população, favorece a concentração fundiária, e levou a necessidade de organização ainda maior dos movimentos de luta pela terra. Da força social dessas organizações resultou o I Plano Nacional de Reforma Agrária, publicado em 1985. No Plano havia a previsão de durabilidade de 1985 a 1989, onde seriam abrangidos 1 milhão e 400 mil famílias a serem beneficiadas com lotes de terras. No entanto, isso não ocorreu sendo assentadas apenas 83.687 famílias. Nesse sentido Santos destaca que a legislação fez da luta pela terra uma triste combinação, porque associou a “morte morrida com a morte matada”. Vejamos em que consiste essa combinação nas palavras do autor:

Com a derrocada do primeiro Plano Nacional de Reforma Agrária – PNRA, do ponto de vista das metas, a luta pela reforma agrária se deslocou para a Assembleia Constituinte de 1988. No entanto a Reforma Agrária no contexto da Constituição morreu, respectivamente, de morte morrida e de morte matada. De morte morrida por que o artigo 186 que sugere a desapropriação de áreas que não cumprem sua função social, casada com a Lei Agrária de 1993, abriu um caminho para que o judiciário intervenha nos processos de desapropriação, na medida em que o proprietário pode contestar o mérito e diferentes etapas da ação, tendo o juiz o poder de arbitrar sobre despejos, valores de desapropriação, aprovação ou reprovação de relatório de produtividade e outros. E de morte matada, porque no artigo 185, que apontou as áreas produtivas como insuscetíveis de desapropriação, praticamente anulou o artigo 186 (SANTOS, 2020, p. 64).

O primeiro Plano Nacional de Reforma Agrária permitia a desapropriação de áreas improdutivas em favor de famílias excluídas, assim como na Lei de terras de 1850, já era prevista a distribuição das terras com a sua função social, o que também não foi respeitado. As duas bases legais, até então publicizadas e regulamentadas para se resolver a questão da concentração da terra no Brasil, não tiveram êxito, não atingiram seus objetivos previstos para atender as previsões de Reforma Agrária, restando aos movimentos sociais à organização e a luta para ter garantias destes direitos, assegurados na Constituição de 1988, em seu artigo 188, o qual reconhece a necessidade de se fazer a Reforma Agrária,

A destinação de terras públicas e devolutas será compatibilizada com a política agrícola e com o plano nacional de reforma agrária.

§ 1º A alienação ou a concessão, a qualquer título, de terras públicas com área superior a dois mil e quinhentos hectares a pessoa física ou jurídica, ainda que por interposta pessoa, dependerá de prévia aprovação do Congresso Nacional.

§ 2º Excetuam-se do disposto no parágrafo anterior as alienações ou as concessões de terras públicas para fins de reforma agrária. (Constituição Federal, 1988, p.127)

A Reforma Agrária com todo o amparo legal conquistado e assegurado pela Constituição, ainda assim não acontece de forma a atender todas as famílias que reivindicam terra. A responsabilidade por fazer o levantamento das terras a ser desapropriadas, realizar o cadastro e a seleção das famílias a serem beneficiadas em assentamentos, ficou com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, e mesmo assim, nos governos Fernando Collor de Melo, Itamar Franco e até meados do governo de Fernando Henrique Cardoso, a Reforma Agrária não havia avançado. Os conflitos pela terra no campo se intensificam, com a ocupação de latifúndios, resultando em muitas mortes, dentre as quais o massacre de Corumbiara – RO, em 1985, deixando 12 pessoas mortas, sendo 10 sem-terra, 02 policiais e muitos feridos. O outro foi o massacre de Eldorado dos Carajás – PA, em 1996, deixando 19 sem-terra mortos. Esses dois acontecimentos para Santos:

Fizeram com que viesse à tona a total violação de direitos de milhares de famílias sem-terra que se encontravam acampadas nas beiras de estradas e dentro dos latifúndios improdutivos. Nesse sentido, o governo tratou logo de desenvolver ações que desses dois massacres, ao mesmo tempo em que pudesse fazer a disputa política e ideológica da Reforma Agrária, e passou a se valer do seguinte discurso, “Reforma Agrária, Compromisso de todos”. E para isto, precisou tomar novas medidas administrativas para dar consistência a esta disputa. (SANTOS, 2020, p. 66)

Nos dias atuais, constantemente, manchetes nos jornais e em outras mídias anuncia mortes nesses conflitos. Em outubro de 2022 o jornal Brasil de Fato trouxe o balanço do segundo semestre de 2022, da Comissão Pastoral da Terra, sobre os conflitos no Brasil:

Até de outubro de 2022, a CPT registrou 33 mortes por conflitos no campo. 25 delas ocorreram no primeiro semestre. Em relação ao mesmo período de 2021, o aumento para este ano foi de 150% no número de assassinatos. 30,3 % das mortes neste ano estão relacionadas à pistolagem, a maior porcentagem desde 2018. Entre 2019 e 2022, foram sete crianças assassinadas no campo, quatro delas indígenas. [...] No primeiro semestre deste ano, um terço das vítimas de todos os tipos de violência em conflitos por terra foram indígenas e um quarto delas, quilombolas. Na sequência aparecem sem-terra, posseiros e assentados. (JORNAL BRASIL DE FATO, 26/10/2022).

O fato é que após estes confrontos, especialmente de Carajás, uma das medidas adotadas pelo governo foi à criação do Ministério Extraordinário de Política Fundiária, ao qual o INCRA passa a fazer parte. Mesmo com a criação deste ministério, novamente não se tem as respostas esperadas para resolver as questões agrárias de fato, nem mesmo assentou as 280 famílias nos 02 anos, conforme previsão do Plano Nacional de reforma Agrária. Os grandes latifúndios mesmos os improdutivos, não foram desapropriados para que a reforma agrária acontecesse, pondo um fim a espera da terra pelas famílias que ocupavam as laterais das rodovias nos longos acampamentos, ou nas cidades de lona, como eram chamados os acampamentos. Diante das demandas não atendidas só restou a persistências destas pessoas que buscavam o seu pedaço de terra, já que a cidade também não as acolheu. Nas considerações de Bicalho:

Uma questão não resolvida é a desigualdade e disparidade social no campo pela concentração e renda tanto no campo quanto na cidade, hoje em dia, agravada pela fusão de capitais de grupos econômicos nacionais e multinacionais que diversificam seu portfólio em atividades agrícolas e agroindustriais. Novos investidores rurais extremamente fortes econômica e politicamente tornam-se novos atores e concorrentes desiguais frente a produtores tradicionais da sociedade típica do campo, por serem aqueles detentores e concentradores de poder. (BICALHO, 2014, p. 31)

Com a eleição do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em 2002 a Reforma agrária voltou à cena como pauta política, culminando no II Plano Nacional de Reforma Agrária, aprovado em novembro de 2003. O Programa de Cadastro de Terras e Regularização Fundiária tinha as seguintes metas:

- 1) Cadastro georeferenciado de 2,2 milhões de imóveis rurais em 4 anos e de 4,8 milhões em 8 anos. 24 II PLANO NACIONAL DE REFORMA AGRÁRIA;
- 2) Elaboração do Mapa Fundiário e do Cadastro de Terras do Brasil, em 8 anos;
- 3) Regularização de 500 mil posses de boa fé de até 100 ha em 4 anos e 1 milhão em 8 anos;
- 4) Arrecadação de terras devolutas, em conjunto com os estados, e sua destinação para o assentamento de 45 mil famílias em 4 anos e 105 mil em 8 anos;
- 5) Constituição de uma base de dados qualificados para a cobrança do Imposto Territorial Rural – ITR. (http://www.dhnet.org.br/dados/pp/a_pdfdht/plano_nac_reforma_agraria_2.pdf, p. 23/24. Acesso em 06/07/2023).

Os movimentos sociais participaram intensamente das discussões, juntos com a equipe de governo traçaram as diretrizes para a execução do II Plano Nacional de Reforma Agrária e o que moveu homens e mulheres foi à certeza da justiça social, reconhecimento, cidadania, vida digna, longe da fome e miséria a qual estavam expostos. A busca pela terra é o que mantém vivo o sonho de homens e mulheres, diante da não presença do Estado responsável por políticas públicas para toda a população, como destaca Albuquerque.

A proposta parte da constatação que a estrutura fundiária brasileira é caracterizada pela elevada concentração da propriedade da terra. Essa característica é responsável por relações econômicas, sociais, políticas e culturais sedimentadas reforma em uma agrária que impede o desenvolvimento, entendido na Proposta como sinônimo de crescimento econômico, justiça social e extensão da cidadania democrática à população do campo. A proposta argumenta que é no campo que se encontram os maiores índices de mortalidade infantil, de incidência de endemias, de insalubridade e de analfabetismo. (ALBURQUERQUE, 2006, p. 98, *apud*, SANTOS, 2020, p. 70).

Para a aprovação do II Plano Nacional de Reforma Agrária, a Marcha Nacional dos Sem Terra, em 1999, foi destaque, reunindo diversos movimentos sociais, dentre eles: Movimento dos Pequenos Agricultores – MPA; Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura – CONTAG; Pastorais Sociais da Igreja Católica, ligada a Conferência dos Religiosos do Brasil – CRB. O MST realizou 04 marchas nacionais, com o objetivo de chamar a atenção da população e dos governantes para a situação precária dos sem terras. Nas marchas estavam presentes pessoas de todas as regiões do Brasil, bem como outros movimentos sociais e sindicais que apoiam a luta pela terra, como a CNBB - Confederação Nacional dos Bispos do Brasil. A última marcha foi realizada no ano de 2018, além do acesso às terras também reivindicam a garantia dos direitos sociais e da democracia. Nas contribuições de Santos:

Pressionado o governo respondeu. Embora o Plano aprovado não represente uma proposta intermediária, o que frustrou as expectativas dos movimentos sociais, que esperavam que fossem oficializadas as metas estabelecidas na Proposta preparada por Plínio. Dado as disputas em torno na proposta apresentada, e do comportamento da base “aliada”, o Plano aprovado ficou longe da proposta original. O Plano cresceu em intenções, mas diminuiu na qualidade. O mesmo foi batizado de “Paz”, Produção e Qualidade de Vida no Meio Rural” (SANTOS, 2020, p. 70).

A disputa e violência pela terra no Brasil não tem tréguas, atualmente as ações estão mais voltadas às comunidades indígenas e quilombolas, que sofrem constantes ataques dos latifundiários deixando seus espaços destruídos, seja por fogo nas suas casas, nos espaços de oração, ou ataque a tiros, deixando um rastro de sangue, mortes, pessoas feridas e desamparadas de seus espaços de moradia, produção e da preservação da sua tradição e cultura. Os autores dos ataques violentos sempre apostam na impunidade e criminalização dos que estão sendo expropriados dos seus direitos e territórios. Para Oliveira:

Entre as formas utilizadas na tentativa de criminalizar os movimentos sociais, está a grande campanha de descredibilidade das lutas sociais, encabeçada pelas mídias sociais. Além do uso da força do Estado com o aparato policial, que tem reprimido veementemente as manifestações; da pistolagem, que tem executado lideranças dos movimentos; do Poder Judiciário, que tem tomado decisões contra lideranças e movimentos; e da criação de Leis que visam, além de dificultar o processo de Reforma Agrária, colocar na marginalidade quem vai de encontro ao modelo capitalista imposto. (OLIVEIRA, 2017, p. 60 apud, SANTOS, 2020, p. 71).

Entre retrocessos e avanços a Reforma Agrária não se efetivou de fato no Brasil, o latifúndio, as oligarquias continuam impondo suas pautas em detrimento do seu povo a margem da sociedade à espera de ações do Estado para efetivar políticas públicas e sanar as suas dificuldades possibilitar o direito a uma vida digna. Os movimentos sociais seguem fazendo seu papel, cobrando o cumprimento da função social da terra para que esta seja de fato para todos.

Ao longo da história do Brasil foram se constituindo vários movimentos de luta pela terra, movimentos sociais que pautam as necessidades dos camponeses expropriados das terras entre eles: Ligas Camponesas de 1940, ULTAB- União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil – 1954, transformado em 1963 na CONTAG - Conferência Nacional dos Trabalhadores na Agricultura, CPT - Comissão Pastoral da Terra - 1975, o MST - Movimento dos Trabalhadores Sem Terra - 1984, o Conselho Indigenista Missionário – CIMI – 1972 ligado à Igreja Católica na defesa dos povos indígenas.

Todos estes movimentos, dos mais recentes aos mais antigos, trazem como objetivo principal a garantia da terra ao povo que dela depende para produzir alimentos e ter uma vida digna com os frutos do seu trabalho. Para Marx “O que move a história é a luta entre classes sociais” (MARX, *apud* RODRIGUES 2002, p.37). É neste mover da história que caminham os povos do campo, em busca de justiça e de fazer cumprir a função social da terra, como previsto no Estatuto da Terra, atendendo a todos que dela dependem. Nardoque defende:

O acesso a terra sempre foi colocado como empecilho aos trabalhadores e, por outro lado, facilitado aos mais abastados economicamente. Portanto, ao longo da história de formação territorial brasileira houve tendência à concentração fundiária, decorrendo o monopólio de classe sobre a posse da terra. (NARDOQUE, 2010, p. 34).

Assim como a terra, a busca pelo acesso à educação escolar no Brasil também foi pauta de lutas, e esta passou a ser garantida como direito de todos e obrigação do Estado somente após a promulgação da constituição de 1988, sendo assegurado em seus artigos 205 a 214 como se daria o ensino “visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. CF, p. 137”. Para ter estas garantias na nova Constituição os movimentos sociais do campo e da cidade, juntamente com sindicatos da educação fizeram grandes mobilizações na sociedade, bem como marcaram presença nas comissões criadas no Congresso Nacional para esta finalidade.

No Brasil persiste a triste realidade apontada nos índices de 5,6 % de pessoas analfabetas, sendo estas: pretas, pardas pobres, indígenas, quilombolas, ou seja, as mesmas pessoas expropriadas do direito à terra e aos meios de produção. Anteriormente as escolas eram restritas aos centros urbanos, para a população do campo estudar precisava mudar para a cidade, o que nem sempre era possível, por não ter como manter-se na cidade. Diante disto, o campo sempre foi representado pelo atraso, tido como não produtivo. Para Siqueira:

O homem do campo ainda é visto como “o caipira, tabaréu, brejeiro, peão, sertanejo”. Relegados a pré-modernidade, ao velho, aos sem educação”. Numa sociedade onde prevalece o uso indiscriminado da tecnologia metropolitana, a cultura rural é, senão desprezada, subjugada e fadada a preconceitos, alimentando as desigualdades e a discrepância social e cultural (SIQUEIRA, 2002, p.16. Apud GODOY, 2005, p. 41).

O governo que estava no poder manteve os investimentos públicos e a industrialização restritos aos centros urbanos, contribuindo assim com o êxodo rural, pois famílias deixaram o campo em busca de escola para os seus filhos. As famílias em geral, eram compostas por

trabalhadores arrendatários, meeiros, ou ainda pequenos proprietários de terra. Uma vez na cidade o trabalho se voltava para as indústrias, com baixos salários pela falta de escolaridade e profissionalização, se submetiam a longas jornadas de trabalho, morando nas periferias sem a infraestrutura necessária para estes locais, realidade enfrentada pela população forçada a abandonar o campo. De acordo com Graziano:

A rápida industrialização e a acelerada urbanização causaram um forte preconceito contra o setor rural. Os valores do mundo urbano ficaram tão dominantes, que a simples referência ao campo parece trazer a imagem do passado, ligada ao atraso colonial. O bom está na cidade. O campo é caipira (GRAZIANO, 2000, p. 48, *apud* GODOY, 2005, p. 41).

Na atualidade, a presença de políticas públicas antes restritas aos centros urbanos, aos poucos a modernidade começa a se fazer presente no campo, de modo que os moradores do campo passam a ter uma vida mais confortável, com acesso aos bens materiais de consumo e tecnológico. Um dos exemplos foi a energia elétrica, com ela permite-se o uso de equipamentos e ferramentas, não mais apenas manual como era antes de ter energia elétrica no meio rural. O investimento em tecnologia da produção e equipamentos agrícolas mudaram totalmente a forma de trabalhar a terra. O uso de equipamentos e implementos reduziu a mão de obra empregada e cada vez mais garantem safras com recordes de grãos.

O Estado está presente nos financiamentos a estes produtores, seja para a safra como também para a aquisição dos equipamentos e implementos agrícolas.

Para a safra do ano de 2023/2024, de acordo com o BNDES, “será de 38,3 bilhões, já para a agricultura familiar será de R\$ 11,6 bilhões”. (www.bndes.gov.br, acesso em 11/11/2023). A disputa pelo orçamento do Estado é sempre desleal com quem mais precisa das políticas públicas e presença do estado, mesmo em governos progressistas.

Com a diminuição da mão de obra na produção agrícola, o desemprego no campo aumentou, principalmente para os trabalhadores que tiravam seu sustento da terra, mas não eram proprietários da mesma, como os meeiros e parceleiros. A esta população rural restou às periferias das cidades e ser mão de obra de reserva nas indústrias das cidades.

A partir da década de 1950, consolida-se a gestação de um discurso urbanizador que enfatizava a fusão entre os dois espaços, urbano e rural, por acreditar que o desenvolvimento industrial, em curso no Brasil, faria desaparecer dentro de algumas décadas a sociedade rural, e por tabela não haveria necessidade de se preocupar em criar políticas públicas específicas de educação e ensino para os homens e mulheres do campo. É bem verdade que o processo de industrialização acelerado exerceu uma pressão gigantesca no

sentido de desestruturar a produção camponesa a fim de formar um exército de reserva de mão de obra para as indústrias, bem como modernizar a produção agrícola. O emprego de máquinas, de tecnologias e insumos, próprios desta modalidade de produção, será responsável pela expulsão dos camponeses e, conseqüentemente, pela concentração fundiária. (ALMEIDA, 2013, p. 01).

Nesta nova ordem social, muitos não conseguem ter seu espaço na cidade, os quais passaram a ocupar a periferia das cidades, com suas famílias morando em péssimas condições humanas e habitacionais. A vida farta de outrora, de quando estavam no campo, mesmo com todas as dificuldades impostas nele, na cidade não existe mais. O espaço para plantar e colher se resumiu ao quintal, quando este existia. O sonho de voltar a terra passou a fazer parte da vida de muitas camponesas e camponeses que não se sentem incluídas na nova realidade, de trabalhadores nas fábricas e outras atividades urbanas. À volta a terra é o que passou a mover os sonhos e a possibilidade de organização em movimentos sociais de luta pela terra, a alternativa encontrada para algumas destas famílias.

Os camponeses nunca se renderam e sempre buscaram formas de resistência ao processo violento de expropriação a que estavam sendo submetidos. A ocupação em 1984 da fazenda Santa Idalina, em Ivinhema/MS, é um marco histórico desta resistência e o início da implantação dos assentamentos da reforma agrária no estado de Mato Grosso do Sul (ALMEIDA, 2013, p. 01).

A luta pela terra nunca terá um fim, sempre com situações adversas, como a que vivenciamos no início do ano de 2023, quando da visita do atual presidente do Brasil Luiz Inácio Lula da Silva a comunidade indígena no estado de Roraima, a Yanomami, expondo a situação de vulnerabilidade daquele território invadido por garimpeiros, deixando os indígenas impedidos de fazerem uso da pesca, caça, coleta de alimentos e vivência no seu espaço territorial. Situação que tem gerado graves problemas de saúde, por contaminação das águas e escassez de alimentos, além de outras violências, como a violência sexual contra as mulheres daquelas comunidades. Informações do site do planalto trazem algumas das medidas que foram tomadas pelo governo federal na comunidade:

[...] Atualmente, mais de 30,4 mil habitantes vivem no território indígena Yanomami e a situação na maior reserva indígena do país é dramática. Desde a última segunda-feira (16), equipes do Ministério da Saúde que estão na região se depararam com crianças e idosos em estado grave de saúde, com desnutrição acentuada, além de muitos casos de malária, infecção respiratória aguda (IRA) e outros agravos. O ministro da Flávio Dino determinará abertura de inquérito policial para apurar o crime de genocídio e crimes ambientais no território indígena Yanomami. A partir de segunda-feira (23), a Polícia

Federal ficará responsável por apurar as responsabilidades e punir os culpados. “Há fortes indícios de crime de genocídio, que será apurado pela PF”, destacou o ministro da Justiça e Segurança Pública. Dados de 2022, divulgados pelo Ministério dos Povos Indígenas, revelam que 99 crianças Yanomami morreram em função do avanço do garimpo ilegal na região — e as vítimas foram crianças entre um a 4 anos, acometidas de desnutrição, pneumonia e diarreia. (www.gov.br/planalto. Acesso em 24/01/2023).

A situação de violência e invasão do território Yanomami causou comoção em todo o país, em ver as atrocidades cometidas contra uma comunidade que não tem como se defender. Realidade que tristemente faz parte da história da apropriação da terra no Brasil. Os conflitos no campo mudam de alvo, mas permanecem presentes na realidade brasileira.

Para concluir nossas reflexões sobre a emergência da reforma agrária, cabe destacar que a redemocratização do Brasil, após 21 anos de chumbo vividos pela ditadura militar, foi um marco com a promulgação da nova Constituição Federal do Brasil, no ano de 1988. Nela foram assegurados no seu Título VII – da ordem econômica e financeira, o Capítulo III – Da política agrícola e fundiária e da reforma agrária, em seus artigos de 184 a 191. A partir desta garantia, conquistada pelos movimentos sociais, vimos ocorrer, mesmos que de forma tímida, à reforma agrária, como consta no seu artigo 184.

Compete à União desapropriar por interesse social, para fins de reforma agrária, o imóvel rural que não esteja cumprindo sua função social, mediante prévia e justa indenização em títulos da dívida agrária, com cláusula de preservação do valor real, resgatáveis no prazo de até vinte e cinco anos de sua emissão, e cuja utilização será definida em lei. (Constituição Federal, 1988, p. 125).

A Constituição Federal de 1988 atendeu em parte as demandas sociais feitas pelos movimentos sociais de luta pela terra que se faziam presente em todos os Estados do Brasil. No Estado de Mato Grosso do Sul, assim como nos demais Estados brasileiros, a busca por Reforma Agrária permeava os discursos e se formaram imensos acampamentos nas beiras das rodovias, formando as cidades de lona, como eram chamados, com milhares de pessoas organizadas por diferentes Movimentos Sociais de luta pela terra.

Os despejos dos locais de acampamentos, ou das fazendas ocupadas, fizeram parte da realidade dos Sem Terra, nem sempre eram pacíficos, com mobilizações truculentas por parte do estado através da segurança pública. Nestes conflitos, o diálogo, justiça social e as políticas públicas não se faziam presente, muitas vidas se perderam. A persistência dos acampados foi o que permitiu a efetivação de vários espaços decorrentes da reforma agrária, em Mato Grosso

do Sul, somam 204 assentamentos de reforma agrária, dentre eles os assentamentos Itamarati I e II.

2.2 Serviços públicos e as novas demandas sociais nos Assentamentos Itamarati I e II

Os assentamentos Itamarati I e II foram constituídos após a compra de uma área de 50 mil hectares, pertencente a Olacir de Mores um dos pioneiros no cultivo da soja. A área era ocupada pelo latifundiário desde o ano 1973, após aquisição da área pertencente à Matte Laranjeira. Algumas décadas após a formação da fazenda Itamarati, o então latifundiário Olacir de Moraes, acumulando dívidas junto aos bancos credores, negociou suas terras com o Estado, com a finalidade de saldar suas dívidas. Dessa forma, as terras adquiridas pelo estado brasileiro foram destinadas a reforma agrária, contando com a parceria do governador da época, Zeca do PT, junto ao governo federal daquele momento, Fernando Henrique Cardoso, para que a fazenda fosse adquirida para a formação de assentamento rural.

Havia, naquele período grande número de acampamentos em Mato Grosso do sul e a necessidade de atendimento às famílias era latente. Em visita recente ao Assentamento Itamarati para se reunir com os cooperados da COOPERLEITE – Cooperativa do Leite, o ex-governador Zeca disse:

Me sinto orgulhoso em estar na caminhada em meio às pessoas com quais tive oportunidade de ajudar a realizar parte dos sonhos, em ter atendido ao pedido dos acampados para que intercedesse junto ao então presidente Fernando Henrique Cardoso, para que as terras da Fazenda Itamarati ficassem para a Reforma Agrária, ao qual foi sensível, resultando na primeira parte do Assentamento. (ZECA³ do PT, 29/11/2021).

Assim, no ano de 2001 a fazenda Itamarati teve sua metade comprada pelo governo federal por 27 milhões de reais para a Reforma Agrária, sendo assentadas 1.145 famílias. No ano de 2004, foi adquirido o restante das terras, uma área de 25 mil hectares, comprada de “porteira fechada”, o que significou o pagamento das edificações existentes na área, formando o Itamarati II. Foram pagos 165,3 milhões, na nova área, foram assentadas mais 1.680 famílias, totalizando entre os dois assentamentos, 2.825 famílias, oriundas de Movimentos Sociais de luta pela terra, de várias regiões de Mato Grosso do Sul, de outros Estados do Brasil, bem como de pessoas retornadas do Paraguai. Atendeu, ainda, a ex-funcionários da Fazenda Itamarati. A

3 José Orcírio Miranda dos Santos – Zeca do PT, fala realizada em visita no Assentamento Itamarati, com os produtores de leite, em novembro de 2021.

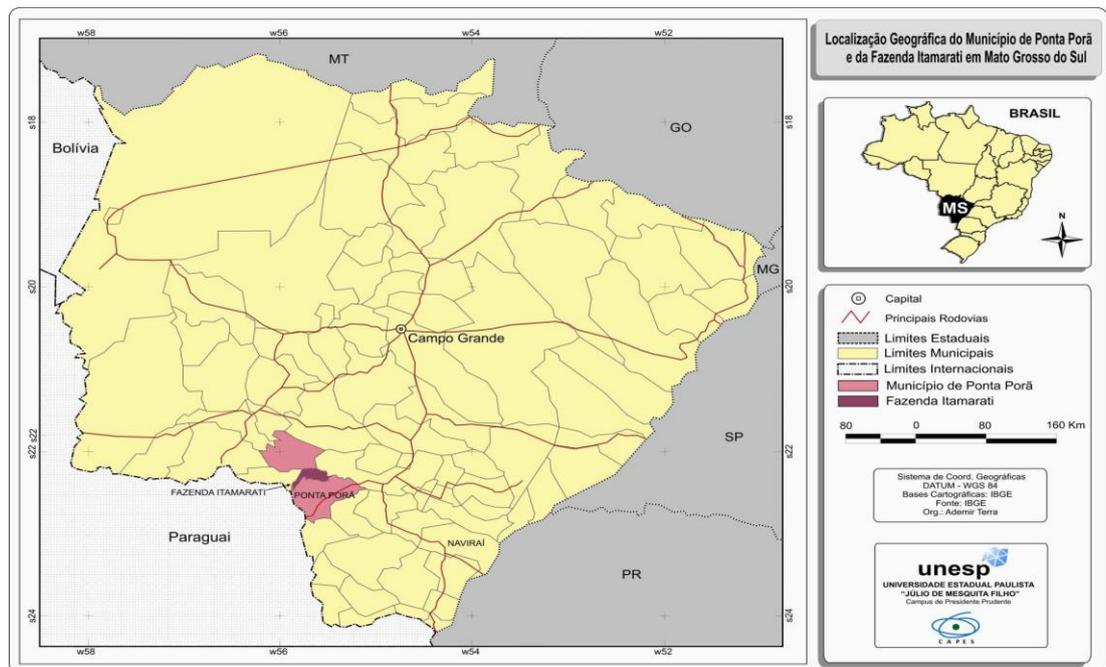
antiga Fazenda Itamarati, do “Rei da Soja” passou a representar um dos maiores Assentamentos rurais, da América Latina:

O assentamento é um lugar onde diferentes biografias se encontram e se iniciam novos processos de interação e identidade sociais, um lugar identitário privilegiado. Ou seja, o acesso a terra – lugar geograficamente localizado, que possibilita o trabalho e a residência – transforma os “sem terra” em pessoas “com terra”. (TERRA, 2009, p. 49)

Para a formação da nova comunidade vieram pessoas dos mais diversos lugares do país e muitos retornados do Paraguai. Trazendo as diferenças regionais do Brasil, a diversidade de sotaques, saberes e sabores a sua nova terra, ou seja, a nova morada. A organização para a distribuição das terras no Assentamento Itamarati, foi feita por sorteio do local considerando cada Movimento Social, ficando assim distribuídos:

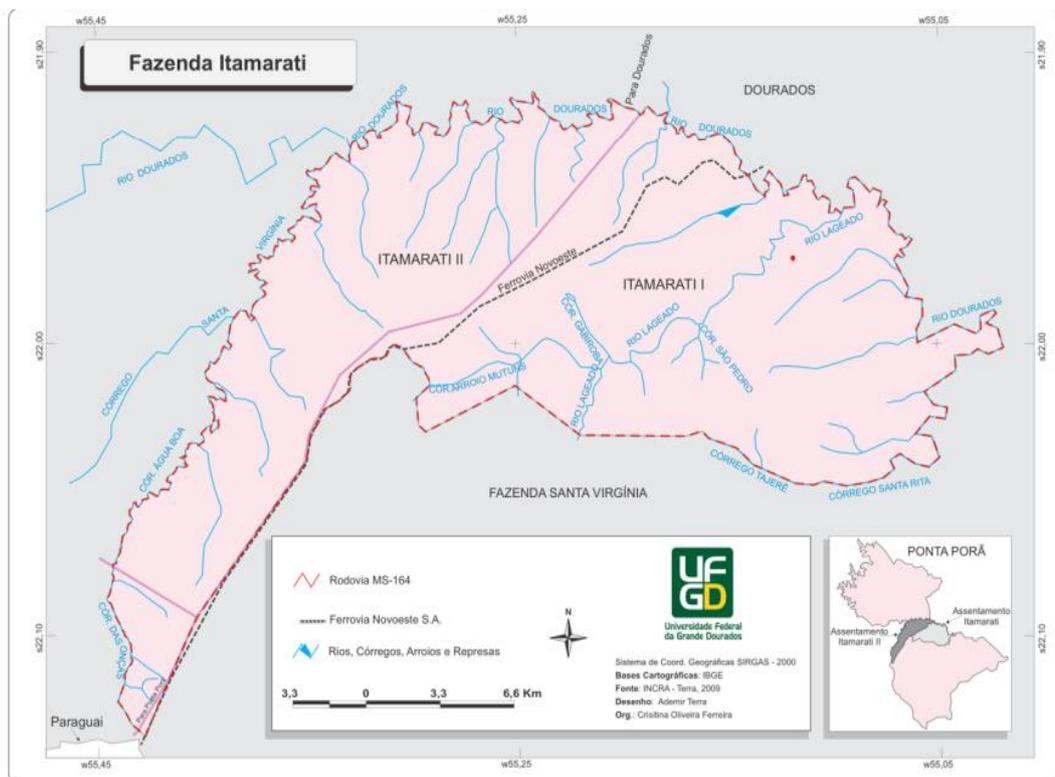
De acordo com o Plano de Desenvolvimento de Assentamento – PDA, 2003 as 1.145 (mil cento quarenta e cinco) famílias da parte I, foram divididas em quatro subáreas pertencentes aos seguintes Movimentos Sociais: o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST com 320 (trezentos e vinte) famílias; a Central Única dos Trabalhadores - CUT com 280 (duzentos e oitenta) famílias; a Federação dos Trabalhadores na Agricultura-FETAGRI com 393 (trezentos, noventa e três) famílias; e a Associação dos Moradores e Funcionários da Fazenda Itamarati - AMFFI com 150 (cento e cinquenta) famílias. O Assentamento Itamarati II foi constituído em 2004, sendo assentadas 1.680 (mil, seiscentos oitenta) famílias conduzidas e organizadas pelos movimentos sociais sendo: 588 (quinhentos, oitenta e oito) famílias da Federação dos Trabalhadores na Agricultura -FETAGRI, 568 (quinhentos, sessenta e oito) famílias do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra - MST, 270 (duzentos e setenta) famílias da Central Única dos Trabalhadores -CUT, 150 (cento e cinquenta) famílias da Federação da Agricultura Familiar -FAF e 116 (cento e dezesseis) famílias da associação denominada Funcionários Associados da Fazenda Itamarati – FAFI, (PDA, 2005)., No mapa II podemos visualizar como ficou o Assentamento Itamarati após sua divisão por Movimentos Sociais de luta pela terra e 02 (dois) grupos de ex-funcionários da Fazenda Itamarati que foram beneficiados na Reforma Agrária. (FERREIRA, 2021, p. 47).

Mapa 1 - Localização geográfica do Estado do Mato Grosso do Sul, do município de Ponta Porã e do Assentamento Itamarati.



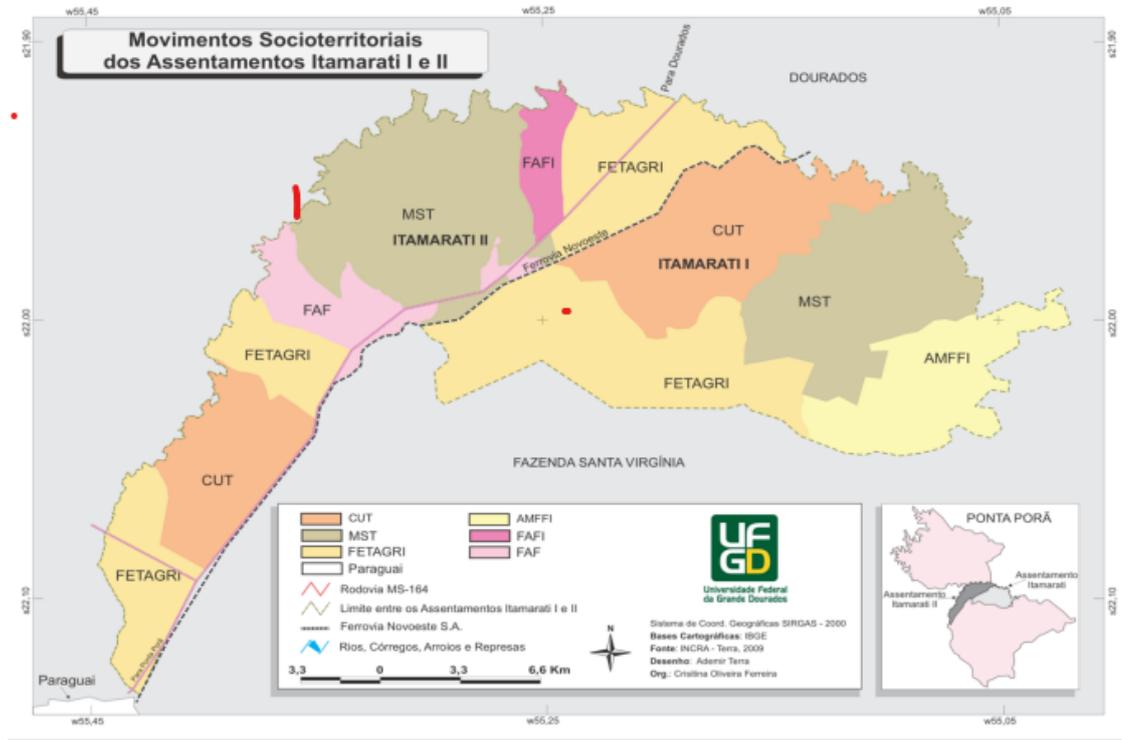
Fonte: TERRA (2009, p. 46).

Mapa - 1 Dimensão dos Assentamentos Itamarati I e II - áreas dos lotes e núcleo urbano.



Fonte: Terra (2009, p. 68)

Mapa - 2 Divisão da área por movimento social da parte I e II.



Fonte: Terra (2009, p. 113)

A Reforma Agrária consiste muito mais do que cortar e distribuir terras, em pequenas parcelas. Permite a reorganização das terras do campo, os grandes latifúndios que estão nas mãos de um único dono, passando então a serem distribuídas entre várias famílias, transformando o latifúndio com espaço para milhares de famílias de agricultores familiares. Além disso, transforma as relações e bases de produção, sendo diversificada com a produção de alimentos e não mais a monocultura voltada para a exportação e implementada nos latifúndios. Assim, o campo tem os dois lados de vivência e conflito permanente, conforme consta nas contribuições de Camacho:

[...] temos de um lado o trabalhador camponês, que produz sua vida e sua cultura na terra de trabalho e, do outro lado, temos o agronegócio latifundiário que, com a posse da terra de negócio, expropria o camponês e destrói a sua cultura. Gerando a desigualdade social e colocando em risco a soberania alimentar. Este é, pois, o retrato do capital que procura se desenvolver em sua plenitude no campo (CAMACHO, 2008, p. 46, *apud* FERREIRA, 2021, p. 27).

A luta pela Reforma Agrária requer, destas pessoas, disposição e coragem para resistirem nos acampamentos à beira das rodovias, desprotegidos pelo Estado, largadas a

própria sorte, e do outro lado, o latifundiário com toda a segurança do Estado para permanecerem ou mesmo aumentarem sua área de atuação e produção. Para esse segmento, não são exigidas, por parte do Estado, as mesmas burocracias para o acesso aos créditos e subsídios à sua safra, diferentemente aos assentados da reforma agrária ou aos pequenos produtores, esses precisam superar entraves de difícil superação, considerando, ainda, a precarização da assistência técnica.

O latifundiário está sempre ladeado por seus seguranças particulares armados, conta com a presença mais efetiva do estado. Seguranças que fazem os confrontos ou emboscadas contra os Sem Terras, indígenas, quilombolas, pequenos agricultores e demais pessoas que possam apresentar algum empecilho aos seus negócios. Situações de conflito que poderiam ser evitadas se o estado reconhecesse os latifúndios improdutivos, as terras devolutas e realizasse a Reforma Agrária, bem como a demarcação das terras indígenas e quilombolas, tornando assim uma Política Pública permanente.

O sucesso do latifundiário, das indústrias e dos grandes conglomerados se deve por terem uma grande bancada no Congresso Nacional que defende os seus interesses, garantindo assim o acesso aos recursos públicos em detrimento das demais categorias sociais. Para Brand:

O Estado é um terreno de luta estruturado de uma maneira determinada, em que competem as diferentes forças sociais e políticas que tentam promover seus próprios interesses, identidades e valores. O objetivo de cada grupo é conseguir que seus interesses particulares se convertam em “interesse geral”, que sejam promovidos pelo próprio Estado. (BRAND, 2016, p. 128).

Conseguir que os interesses de um grupo sejam pautados pelo Estado é uma disputa que se dá através dos movimentos sociais organizados, com muita disposição para fazer o congresso aceitar, por em discussão em comissões específicas a necessidade apresentada. A reforma agrária, com a terra conquistada, demarcada e distribuída às famílias, abre portas para outras necessidades e outros serviços, o que requer constante disputa, vigília, busca de afirmação e reconhecimento, bem como incessantes reivindicações junto às instituições públicas para que as políticas públicas essenciais aconteçam, tais como: moradia, água potável, crédito para a agricultura familiar, escola, transporte escolar, estradas, segurança, assistência técnica. Diante de inúmeras demandas os assentamentos rurais, quando acontecem, mudam a realidade das cidades, algumas destas que haviam sido esvaziadas pelo latifúndio, voltam a serem revigoradas pelas famílias assentadas. Segundo Almeida:

Por conseguinte, algumas cidades outrora totalmente abandonadas, com a implantação dos assentamentos experimentam o aquecimento/fortalecimento da economia local, do mercado interno, da movimentação de crédito, ou seja, o “ressurgimento” de algumas cidades que estavam num processo de decadência econômica e redução populacional. (ALMEIDA, 2013, p. 01).

A chegada das famílias na terra conquistada pela reforma agrária traz junto outras necessidades como a de ter escola para atender aos assentados e as assentadas e a seus filhos e filhas. A escola é uma reivindicação que vem desde o acampamento, sendo pauta presente em todos os movimentos sociais de luta pela terra.

Caldart discorre que nos acampamentos do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST, a escola se fazia presente, na lona como muitos se referiam, sendo as aulas ministradas pelos acampados que tivessem um pouco de escolaridade. Nestas escolas além do currículo comum obrigatório, eram inseridos também: a valorização dos sujeitos, sua história, a luta pela terra. Com isto foi sendo pautada uma nova estrutura de educação e de conteúdos, onde o que era ensinado nos grandes centros urbanos não cabia na periferia, menos ainda nos acampamentos e assentamentos rurais. Caldart, nos diz:

No começo os sem-terra acreditavam que se organizar para lutar por escola era apenas mais uma de suas lutas por direitos sociais; direitos de que estavam sendo excluídos pela sua própria condição de trabalhador *sem (a) terra*. Logo foram percebendo que se tratava de algo mais complexo. Primeiro porque havia (como há até hoje) muitas outras famílias trabalhadoras do campo e da cidade que também não tinham acesso a este direito. Segundo, e igualmente grave, se deram conta de que somente teriam lugar na escola se buscassem transformá-la. Foram descobrindo, aos poucos, que as escolas tradicionais não têm lugar para sujeitos como os sem-terra, assim como não costumam ter lugar para outros sujeitos do campo, ou porque sua estrutura formal não permite o seu ingresso. (CALDART, 2003, p. 63).

A publicação do decreto nº 7.352, de 04 de novembro de 2010, instituindo o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA, fruto da luta que teve seu início em 1998, no primeiro congresso de Educação Básica sediada no Estado de Goiás. Este decreto assegurou a Educação Básica bem como a educação superior acontecendo por projetos junto as Universidades públicas. Na Universidade Federal da Grande Dourados – UFGD, como o que tive a oportunidade de ser aluna no curso de Licenciatura em Ciências Sociais, como vários outros cursos em diversas universidades e lugares puderam acontecer, para atender a população do campo, oriundos da reforma agrária.

Isto só foi possível pela luta realizada pelos movimentos sociais, que são fundamentais para que o Estado mude as suas pautas e atenda, mesmo que parcialmente, incluindo no

orçamento público as suas reivindicações e novas demandas. São os Movimentos Sociais que conseguem romper as barreiras junto ao Estado, bem como mover de esperança aos que estão juntos.

Na Constituição Brasileira de 1988, a constituição cidadã, traz no seu Título I cinco itens aos quais regem os princípios fundamentais do estado democrático de direito, e no artigo terceiro, os objetivos fundamentais. Nestes dois artigos da nossa constituição federal temos em seus incisos, princípios aos quais o Brasil pode atuar para promover o bem estar social de sua população:

Art. 1º, A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos: I- a soberania; II- a cidadania; III- a dignidade da pessoa humana; IV- os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa; V- o pluralismo político.

No Art. 3º Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil: I- construir uma sociedade livre, justa e solidária; II- garantir o desenvolvimento nacional; III- erradicar a pobreza e marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais; IV- promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação (Constituição Federal, 1988. p. 03).

Nestes dois artigos iniciais da Constituição Federal já apresenta que o Estado deve agir para promover a dignidade da pessoa humana, erradicando a pobreza e a marginalização, reduzindo as desigualdades sociais e regionais. Uma das formas de consolidar estes princípios seria através de políticas públicas, para que passem a atuar de fato e de forma permanente junto a sua população. Um Estado presente que esteja junto a sua população, fazendo o levantamento de suas demandas e necessidades, para então, ser incluído no seu planejamento e orçamento nos próximos anos, de preferência não muito distante.

Por não ter por parte do Estado este acompanhamento, o qual é feito pela representação do parlamento, as políticas públicas não acontecem em sua totalidade. Restringem-se a ações de forma pontual e que não atendem a todas as necessidades, assim se dá: na reforma agrária, na habitação, nos créditos para pequenos projetos, crédito para agricultura familiar. Para Brand:

O Estado e seus aparelhos são, então, um conjunto heterogêneo e uma condensação material de relações de força específicas. Por exemplo, no Brasil coexistem um projeto político de reforma agrária e outro de agronegócio, que não apenas se contradizem em muitos aspectos, como também se encontram em uma relação assimétrica. Isso significa que diferentes aparelhos estatais concentram diferentes relações de força, em que entram em cena a burguesia agrária, a população urbana, os camponeses, os sem-terra e outros. As políticas públicas são parte de um processo próprio, que têm o objetivo de

formular e implementar “projetos de Estado” (como o neoliberalismo, que, apesar de “diminuir” o Estado, foi e é um projeto de Estado) que permeiam os diferentes aparelhos com suas próprias lógicas e tarefas (BRAND, 2016, p. 134).

Estas contradições do Estado, em não ter um projeto de país que atenda a todos, permite as situações existentes de conflitos, seja no campo ou nos centros urbanos. Entre os diversos atores, sejam da luta pela terra, ou de uma greve por melhores condições de trabalho e salário, ou por infraestrutura nos bairros periféricos. Em todas as situações evidencia-se que a divisão de poder e as correlações de força são desproporcionais com os Sem Terra, assalariados, desempregados, já que a burguesia, que é detentora dos meios de produção ocupa os espaços de poder e influência, a seu favor, nas decisões do Estado.

Uma das orientações enquanto política de Estado está à visão neoliberal, a qual vê a redução do Estado como solução em sua administração, privatizando o patrimônio público, a preços nem sempre condizentes com o de mercado, passando assim para a iniciativa privada o capital que era de todos. Com isso ocorre a eliminação de postos de trabalho estatal, deixando os trabalhadores largados a própria sorte e tirando do Estado a obrigação de atendimento dos serviços que foi vendido passando a particulares.

O Estado conta com vários serviços que deveriam ser administrados e prestados por servidores e instituições públicas, mas, estão terceirizados através de Organizações Não Governamentais – ONG, os chamados terceiro setor, onde recursos públicos são repassados a estas ONG, para atendimento a projetos nos quais o Estado deveria atuar. Desta forma terceiriza a outro seu dever de atuação e execução. A privatização e a terceirização são os mecanismos que tornam o atendimento as demandas dos movimentos sociais muito mais difíceis de serem atendidas. Para Coutinho:

Em detrimento das lutas sociais mais amplas, o “terceiro setor” projetou ações individualizadas e “focalizadas”, cumprindo um papel ideológico importante para a implementação das políticas neoliberais. Defendido como um espaço de “participação da sociedade” contribui decisivamente para desorganizar movimentos sociais. Legalmente respaldado pela Reforma do estado, a concepção de “terceiro setor” rompeu o conceito universalizante de público e estatal e, através da ação das ONGs, ascendeu a um patamar de “corresponsabilização” pelas questões públicas. Com o eufemismo “publicização”, reforçou justamente a “desresponsabilização” do Estado para com as políticas sociais. (COUTINHO, 2011, p.13).

O Estado tem o dever de atuar como garantidor e executor das políticas públicas para todos os seguimentos da sociedade, organizando mecanismos e instituições públicas para

garantir a participação e atendimento de todos os setores sociais. É de sua gestão encontrar medidas democráticas, em se fazer presente através das intuições públicas em todos os espaços sociais, visando evitar os conflitos existentes entre burguesia e proletariado, seja no campo ou na cidade.

Na área conquistada dos assentamentos Itamarati I e II, foi criada pelas famílias assentadas uma diversidade de demandas sociais e de serviços públicos, com isso instituições públicas começam a se instalar no novo espaço de conquista social. No assentamento Itamarati a primeira instituição pública a ser instalada foi o Instituto de Desenvolvimento Agrário e Extensão Rural de MS – IDATERRA (com a recusa do presidente da república a época de assumir a organização do assentamento através do INCRA, foi o responsável dividir a área, fazer o sorteio e entrega dos lotes as famílias da parte I). Este instituto passou por reorganizações e atualmente é denominado de Agência de Desenvolvimento Agrário e Extensão Rural – AGRAER. Para a realização de seus serviços, alguns servidores daquela instituição mudaram para o local, dos quais muitos permanecem trabalhando e morando no assentamento.

Entre os anos de 2002 a 2004, até a desapropriação da segunda parte da área para a criação do Itamarati II, os conflitos entre assentados e administradores da fazenda eram contestantes, visto que havia a proibição dos acampados e assentados em adentrarem na parte II, a qual ainda pertencia a Fazenda Itamarati. Ocorre que na época era naquela parte que se encontrava a escola pública existente e também o mercado. Os trabalhadores da fazenda também eram proibidos pela administração de ter contato com os sem-terra, como podemos ver no relato de uma das ex-moradora⁴:

Os moradores da Fazenda Itamarati foram proibidos de se misturar ou mesmo passar pelo acampamento dos sem terras. A ordem foi passada a todos/as pelo seu chefe imediato. O meu marido foi advertido por ter ido com o carro da fazenda no acampamento num domingo à tarde. Na segunda feira cedo foi recebido por seu chefe com uma advertência para assinar. Um dos assentados veio até a escola para fazer a matrícula dos filhos, a qual foi negada, pois a escola era somente para os filhos dos funcionários da fazenda. Isso deve ter sido em outubro de 2002. Os professores eram os únicos que podiam ir ao acampamento sem proibição da fazenda. (Prof. Eliziane, abril 2014).

As ordens eram dadas e executas por funcionários que permaneceram na fazenda, ocupando seus postos de trabalho como se nenhuma mudança estivesse acontecendo, como se a negociação para a venda da área não existisse. Diante desta situação os acampados contaram

⁴ Entrevista concedida para a especialização em Educação do Campo da Universidade Federal Campo Grande a qual participei em 2014.

com o apoio da Prefeitura Municipal de Ponta Porã, a época administrada pelo prefeito Wagner Piantoni, do Partido dos trabalhadores - PT. Este encontrou como alternativas para o atendimento escolar o transporte de alunos e alunas para as escolas situadas na cidade de Ponta Porã, distante a 50 km. Com isso, crianças assentadas seguiam diariamente para estudar nas escolas da cidade.

Diante da necessidade de atender aos alunos mais próximos de sua casa, a alternativa encontrada pelo Estado, foi à reforma de um dos prédios da antiga fazenda, onde anteriormente acontecia à criação de coelhos, a qual passou por rápida reforma e em meados de 2002, foi criada a Escola Estadual Prof. José Edson Domingos dos Santos, juntamente com 03 extensões, com salas de aula adaptadas para acomodar a todos os alunos e alunas, que deixaram de ser transportados até a cidade para estudar. Um destes espaços de extensão, em 2008, se transformou na Escola Estadual Prof. Carlos Pereira da Silva.

O nome foi escolhido junto com as lideranças dos movimentos sociais, da parte I. O professor José Edson, o Edinho como era carinhosamente chamado pelos amigos, atuava junto a Educação do Campo no Estado, tendo ele sido vítima de acidente na cidade de Dourados/MS, falecendo ainda jovem.

Tulipa, uma das entrevistadas, fala sobre este momento em que as crianças iam estudar em Ponta Porã:

No começo antes de ter a escola José Edson, os ônibus levavam os alunos para Ponta Porã, distribuía nas escolas. Aqui na Itamarati os alunos não eram aceitos, eles alegavam que a escola não tinha estrutura para receber os alunos. Nem um pouco deles, nem os menores, para que só os maiores fossem para Ponta Porã. A gente não tinha esta liberdade de deixar nossos alunos ali. Era o dia inteiro esses alunos na estrada. Quem já morou ou conhece aqui sabe das distâncias que são. A escola pública da Itamarati não recebia os nossos alunos nem nós para trabalhar lá. Isto durou bastante tempo. Demorou para sermos aceitos como iguais. A gente sabe que até hoje tem uns professores que não aceitam as pessoas do Assentamento, mesmo sendo formado igual, sinto que ainda tem os que olham diferente, por termos vindo do acampamento. Nos olham de olho torto como se fossemos inferiores. Até hoje eu não aceito isto, o que aconteceu com a gente quando chegamos aqui, essa separação. Até hoje ainda fere, volta toda a angústia daquela época. (TULIPA, entrevista concedida em 20 de maio de 2023).

As formas de violência sofridas pelos acampados, não somente as tantas outras já passadas por agressões por armas de fogo, pelos capangas das fazendas, levando muitos a perderem suas vidas, os constantes despejos dos locais de acampamento, agora se fazem

presente de uma forma mais sutil, nas negativas de atendimento a esta comunidade de garantir o seu acesso à educação escolar na única escola pública existente.

A ocupação dos espaços públicos é percebida de diferentes formas neste período, para a Jasmim que atuava como professora na escola do acampamento do MST, “A escola no acampamento, era até o 5º ano, depois disto iam estudar em Ponta Porã. A prefeitura levava os alunos de ônibus. Na escola da fazenda falaram que não tinha espaço para os alunos”. (JASMIM, entrevista concedida em 21/04/2023). Permanecendo a separação entre os que eram funcionários da fazenda Itamarati com os sem terras que estavam chegando ao espaço conquistado.

Para Flor de Lotus, que sempre morou na fazenda, sendo naquele período estudante da escola, narra com vaga lembrança.

Acho que foram bem recebidos na medida do possível, não falo por todos, lembro que muitos tinham preconceito com os que aqui estavam chegando, as pessoas moravam nos barracos, o pessoal tinha um pouco de preconceito. Eu sempre estava no meio, jogava futebol com todo mundo, não estava nem aí se morava aqui na sede ou no acampamento, o negócio era dar um time. (FLOR DE LOTUS, entrevista concedida em 21/04/2023).

Para garantir o seu time e que ia ter jogo, Flor de Lotus se enturmava facilmente com as pessoas que aqui chegavam, não sendo levada pela discriminação que era muito forte naquele período. Com a vinda de mais famílias para os acampamentos na região da Itamarati e com o início da demarcação das terras, que levou a liberação dos recursos dos fomentos iniciais aos assentados, bem como a formação uma pequena vila com comércio local que passou a atender as famílias, começaram as mudanças de comportamento em relação aos assentados.

Carmélia veio para o acampamento já tinha o Ensino Médio, para ela:

No acampamento, foi até tranquilo para morar, como já existia há um tempo estava organizado quando mudamos para cá. Já tinha a cesta básica, o transporte escolar para levar os alunos de ônibus para as escolas de Ponta Porã. Eu já tinha o Ensino Médio, não cheguei a estudar neste período de acampamento. (CARMELIA, entrevista concedida em 07/08/2023).

Os acampados não fizeram enfrentamento com a não permissão do uso da escola pública, para com isso evitar os conflitos entre os diferentes grupos, especialmente porque a entrega dos lotes estava prestes a sair. Assim aceitaram o longo percurso para serem atendidos nas escolas públicas na cidade de Ponta Porã.

Hortência quando veio para o acampamento estudou o início do Ensino Médio na escola, que estava abrindo as portas para os assentados e acampados, e ela fala daquele período dos conflitos existentes entre os movimentos sociais e o estranhamento entre os ex-funcionários que permaneceram:

Quando estudei aqui na escola do assentamento, tinha uma divisão muito grande entre os movimentos sociais e ainda maior entre as pessoas que eram da fazenda. Os filhos dos ex-funcionários da fazenda meio que não se misturavam. Como nós éramos em número bem maior na sala de aula, eles ficavam 08 a 10 pessoas, filhos dos ex-funcionários, numa fila num canto da sala, e a gente ocupava o restante. Era muito dividido, os professores nesse período sofreram muito. As salas pequenas, tinha turmas com mais de 60 alunos, mas conseguiram atender a gente muito bem. Em relação aos professores, a gente não sentia essa diferença de tratamento, de quem era acampado e quem não era. Mas entre os alunos a diferença era muito grande. Não culpo o pessoal da fazenda, estes tinham uma rotina e a gente também, e existia um certo preconceito de ambas as partes. Pois falávamos: - o pessoal da fazenda não quer saber da gente. Mas, não sabíamos. (Hortência, entrevista concedida em 12/09/2023).

As diferenças existentes haviam sido motivadas, muito antes da chegada dos Sem Terra acamparem nas proximidades, sendo essas manifestas quando os chefes começam a convidar alguns empregados da fazenda, para se transferirem e continuarem trabalhando na fazenda em Itanorte, no Mato Grosso, de propriedade de Olacir de Moraes. Aqueles empregados que não foram convidados a continuarem foram dispensados, mediante acerto de contas feito pela fazenda, recebendo um prazo para irem à busca de outro trabalho, ou se juntarem aos Movimentos Sociais para serem contemplados com lotes na área do assentamento. E assim foi formado o grupo da Associação Moradores e Funcionários da Fazenda Itamarati – AMFFI, com 150 famílias assentadas na parte I e a Associação dos Funcionários da Antiga Fazenda Itamarati -FAFI, na parte II com mais 116 famílias assentadas.

Naquele período as atividades da fazenda Itamarati estavam sendo finalizadas, tendo em vista a venda da parte II da Fazenda Itamarati ao governo federal para fins de Reforma Agrária. Os funcionários que aqui estavam permaneciam cumprindo ordens, como se nada tivesse acontecido com a fazenda em que trabalhavam, eram indiferentes aos direitos dos que estavam chegando, desconheciam o processo sobre a luta pela terra que estas pessoas haviam empreendido.

Para que alunos, alunas e seus trabalhadores em educação chegassem até a escola, se fez necessário organizar o transporte escolar, com estrutura e logística viabilizada pelo Estado, este que atendia a Educação do Campo em todos os assentamentos de MS.

Um das nossas entrevistadas nos fala do início da Escola Estadual Prof. José Edson Domingos dos Santos, e de como foi importante voltar a estudar e contar com o transporte escolar para ir à escola e retornar a sua casa. “Terminei meu Ensino Médio aqui no assentamento, ia de ônibus escolar, todo mundo voltou a estudar, não tinha nada nem energia elétrica, que demorou uns 04 anos para chegar. Ai a gente ia para a escola à noite”. (AZALEIA, entrevista concedida em 25/05/2023). Com a volta aos estudos, proporcionada por terem conquistado a escola próxima e também o transporte escolar, Azaleia hoje é servidora pública, trabalha num dos postos de saúde do assentamento. Serviços que foram redimensionados com o início do Assentamento Itamarati, passando de 01 unidade para 04 unidades.

Para as Unidades Básicas de saúde – UBS foram reorganizadas antigas edificações da fazenda, dentre elas uma que servia de alojamento para os empregados, prédio localizado próximo a Escola Estadual José Edson Domingos dos Santos. Este passou por adaptação servindo como edificação para abrigar o Posto de Saúde – Geraldo Garcia; e outro na Associação dos Moradores e Funcionários da Fazenda Itamarati-AMFFI - Emerson José Hartinguer.

Para a segurança pública, foi implantado um posto da Polícia Militar, na Vila Secador - núcleo urbano, permanecendo atuante até os dias atuais.

A escola da antiga fazenda, na qual era proibida a entrada de assentados antes da desapropriação da área para fins de instalação do assentamento rural, havia iniciado suas atividades no ano de 1975, configurada numa escola conveniada pela Fazenda Itamarati, a qual oferecia o espaço físico e o Estado custeava os servidores e as demais obrigações necessárias ao processo educacional. Enquanto escola num contexto de fazenda atendia exclusivamente aos filhos e filhas dos empregados da fazenda. Este passou a compor um dos espaços incluídos na venda para o INCRA, havendo uma redução significativa no número de estudantes, chegando até ao risco de fechamento da escola.

Em 2004, no governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva – Lula foi feita a aquisição da segunda parte da Fazenda Itamarati, para fins de reforma agrária. Esta área teve a sua organização e distribuição às famílias pertencentes aos movimentos sociais pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, atendendo a mais 1.860, famílias. Após a distribuição das famílias nos lotes, no final do ano de 2005 e início de 2006, começaram a mudar para os lotes. Em 2005 os alunos começam a serem atendidos na Escola Estadual Fazenda Itamarati, inicialmente contavam com menos de 200 alunos, no ano seguinte 2005 passando a mais de 1000 alunos. As 10 salas de aula existentes não acomodavam a todos os

alunos e alunas, sendo necessário buscar junto ao escritório local do INCRA, espaços para salas alternativas.

No mesmo ano de 2005 a Escola Estadual Fazenda Itamarati, passou a ser denominada Escola Estadual Nova Itamarati, sendo o nome foi escolhido numa reunião de pais convocada para esta finalidade. Na mesma reunião foram escolhidas as pessoas para compor a Associação de Pais e Mestres - APM e Colegiado da escola, duas instâncias consultiva e deliberativa existentes nas escolas públicas.

No ano de 2010, a Escola foi transferida em definitivo para outro prédio, o qual no período da fazenda abrigava o almoxarifado e a oficina das máquinas e equipamentos agrícolas da fazenda Itamarati. Para abrigar a escola foram feitas reformas, adequando o espaço de oficinas em salas de aulas, e com isso a escola passou a contar com 24 salas de aula, mais o espaço administrativo, um ginásio de esportes com amplo pátio coberto, além de pátio aberto que atualmente atende as atividades escolares dos estudantes filhos de assentados.

Quando estavam no acampamento foi solicitada para a prefeitura a criação da Escola Municipal Rural Nova Conquista, que passou a atender aos alunos e alunas do grupo Nova Conquista do MST, atendendo crianças nos anos iniciais do Ensino Fundamental. Era a escola de lona, posteriormente ganhou um espaço das estruturas da antiga fazenda, localizada nas margens da rodovia MS 164. Em 2018 foi desativada daquele lugar, sendo os estudantes transferidos para a Escola Estadual Nova Itamarati. A Escola Municipal Rural Nova Conquista, ainda permanece com a oferta da Educação Infantil, instalada no prédio da antiga pré-escola, da então fazenda Itamarati. O nome foi escolhido pelos acampados, permanecendo o mesmo nome do grupo ao qual estavam.

Dois novos postos de saúde foram edificadas para atender aos moradores, e com isso o antigo posto foi desativado. O novo posto de saúde foi construído ao lado do escritório da antiga fazenda Itamarati, sendo denominado PSF Anastásio Basílio Pires, nome escolhido pela representação dos assentados, em uma reunião da Comissão de Regularização Fundiária, a qual participavam representantes de todos os Movimentos Sociais, servidores públicos, vereadores e secretário municipal. O nome foi escolhido como uma forma de homenagear o Sr. Basilio como era conhecido, um grande lutador da reforma agrária e da agroecologia. Foi assentado na Fetagri I, falecendo vítima de câncer.

O segundo posto foi construído no grupo da CUT Canãa, denominado PSF Dr. Carlos Augusto Pissini, nome que foi escolhido pela administração municipal sem a participação da comunidade, em homenagem ao médico de Ponta Porã que cometeu suicídio.

Na sede da antiga fazenda, funcionava um mercado e uma padaria, espaços nos quais os assentados e assentadas que chegavam à parte I, também eram proibidos de adentrarem, tendo que se deslocarem até Ponta Porã para comprarem seus alimentos. Com isto, começaram a ser criados vários mercados improvisados pelas lonas, na área destinada ao núcleo urbano, na Vila do Secador, onde havia algumas poucas casas.

Foram às primeiras casas comerciais, criadas de forma improvisada no início dos assentamentos e estas, com o aumento da população acampada e depois assentada, ganharam novos contornos e atualmente na Vila do Secador é possível encontrar uma diversidade de serviços comerciais, formando o que se configura como núcleo urbano, o qual compreende: supermercados, lojas de roupas, lanchonetes, restaurantes, lojas de materiais de construção, loja de móveis, loja veterinária, feira de produtos do local, assistência técnica de eletrônicos, oficina mecânica, funilaria, tornearia, agência bancária, farmácias, conveniências, etc. O conjunto de estabelecimentos comerciais supre a necessidade das famílias que residem nos assentamentos.

O fato é que o crescimento da população nas Vilas de ambos os assentamentos projetou mudanças em suas estruturas, com novas edificações sendo construídas e também reaproveitando as antigas, atribuindo sobre as mesmas novos sentidos e significados para seu uso. Exemplo disso é a reconstrução da edificação onde era o mercado da fazenda, a qual foi passada para os assentados, atualmente naquele prédio está funcionando a Cooperativa dos Produtores do Assentamento Itamarati II-COOPERAI. A mesma situação ocorre nos silos/secadores de grãos, hoje estão instalados a Cooperativa dos Agricultores Familiares da Itamarati- COOPERAFI; Cooperativa Agroindustrial Ceres-COOPACERES e Cooperativa Agrícola dos Produtores de Leite de Ponta Porã/MS- COORPEPORÃ, as quais fazem o recebimento, comercialização de grãos e insumos agrícolas. O nome das cooperativas foi escolhido pelos assentados seus fundadores.

Vale descrever sucintamente como foi a constituições das cooperativas no Assentamento Itamarati, as quais se deram para que os assentados pudessem ter seus espaços de armazenamento, seleção, industrialização dos seus produtos, de modo que aumentasse os seus lucros, bem como a compra dos insumos, sementes e demais bens necessários para o cultivo. Ao se discutir a organização da parte II, a produção coletiva e constituição de cooperativas estavam na pauta. Deste modo a primeira a ser criada foi a COOPERAFI, de início, somente para os assentados da parte II, mas atualmente atende aos assentados das duas partes, bem como produtores da região. Em seguida foi criada a COOPACERES, com o objetivo de

ser uma produtora de sementes convencional e crioula, para atendimento aos agricultores familiares, chegando até mesmo a exportar sementes de feijão para a Venezuela.

A COOPERAI está voltada a comercialização dos produtos pelos programas Programa Nacional de Aquisição de alimentos-PAA e Programa Nacional de Alimentação Escolar-PNAE.

A seção dos espaços dos secadores aos assentados, para que tivessem garantido os ambientes para as cooperativas, foi uma longa trajetória gerando descontamentos por parte dos políticos da cidade de Ponta Porã. De um lado, o poder público defendia a venda dessa infraestrutura, alegando que os recursos seriam aplicados no assentamento, além garantir emprego aos filhos dos assentados. Do outro lado, os assentados e apoiadores que defendiam que os espaços não fossem vendidos, mas sim, repassados aos assentados, pois os recursos e benefícios ficariam com as famílias. Nesta queda de braços, as famílias assentadas venceram e ocupam os espaços de armazéns com as cooperativas.

No início do assentamento para garantir acesso aos serviços públicos junto às comunidades do Itamarati I e II foi necessário um grande esforço por parte do governo do Estado de Mato Grosso do Sul/MS, na época o governador era o José Orcírio Miranda dos Santos – Zeca do PT, juntamente com a administração municipal de Ponta Porã, esta última que não teria condições materiais e humanas de atender o aumento de demandas. Foram necessários os três poderes se juntarem para encontrar alternativas e fazer chegar às políticas públicas aos que foram beneficiados pela Reforma Agrária. Zeca do PT, em visita recente ao Assentamento Itamarati, rememorou a etapa de formação dos assentamentos:

A segunda parte já era no governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva – Lula, foi mais tranquilo, foi um período em que nós tivemos acesso a recursos públicos permitindo dar um pouco de dignidade, cidadania, sonho e esperança, nos quais tivemos investimento público, junto com outros companheiros para que vocês pudessem ir para o lote que cada um ocupa hoje. Realidade diferente que enfrentamos hoje frente a este governo que aí está (ZECA do PT, Reunião na COORPEPORÃ, em 29/11/2021).

O ex-governador Zeca, nas suas palavras nos fala do comprometimento com a Reforma Agrária efetivada nas ações dos governos populares para atender a população que estava sendo assentada. O comprometimento do Estado tendo como governador o Zeca do PT foi o que permitiu assentar as famílias na parte I, diante da recusa do presidente Fernando Henrique Cardoso em fazer o seu papel através do INCRA. Deste modo, escrever sobre o

Assentamento Itamarati diante do atual cenário político é também um ato de resistência, tendo em vista que o abandono das políticas públicas pelo governo Bolsonaro é visível.

Somos conhecedoras do quanto o serviço público é responsável para reduzir as desigualdades sociais, especialmente por fazer parte como professora e filha de assentada neste assentamento, e assim compartilhar/demandar encaminhamentos cotidianos e observar que se torna ainda mais relevante quando este serviço é executado, ou administrado por mulheres que hoje são assentadas e também usuárias dos serviços públicos. Dessa forma, espaços que até a alguns anos vinham sendo ocupados por homens e mulheres de outras esferas sociais, até mesmos contrários à Reforma Agrária, passaram a ter a participação de pessoas assentadas. O serviço público é essencial e se faz necessário à população mais pobre, especialmente em áreas de assentamentos onde as necessidades são mais visíveis, sendo o Estado responsável por dar respostas a esta nova realidade social.

A ausência dos serviços públicos leva os assentados a buscarem alternativas. No espaço que o Estado deveria atuar, no vazio deixado, os assentados passam a contar com a presença e os trabalhos organizado pela Irmã Olga Manosso, juntos, puderam ter formação e iniciaram e organização do seu espaço de produção.

A busca de parcerias com outras instituições públicas para atender as famílias foi possível pela presença e perseverança da Irmã Olga através da CPT, MMC, Escolas Família Agrícola- EFA, entidades nas quais a Irmã Olga sempre atuou, buscou junto a EMBRAPA, MDA, APOMS, entre outras que organizasse formação para as famílias. Desta organização para as formações foi criado o Núcleo de Agroecologia do Assentamento Itamarati, com 150 famílias dos Assentamentos Itamarati I e II. Foi o primeiro grupo que atendia as famílias sem distinção de lugar onde estava assentado. Junto a todas as dificuldades existentes do início de um assentamento, aqui ainda tinha a divisão da parte I com a parte II por parte das instituições que deveriam atender a todos diante da mesma necessidade.

O início do assentamento após a conquista da terra, saber trabalhar e cultivar a terra, o que plantar, situações que a organização e movimentação feita pela Irmã Olga trouxe a estes assentados que começaram a participar das reuniões, conversas, cursos, seminários. Foram estas ações as primeiras que juntaram assentados da parte I e II, pois as atividades que tinham por parte dos representantes do Estado no Assentamento, dividiam as pessoas em parte I e II, tinha uma muralha invisível que dividia as pessoas desses assentamentos. Foram estas as primeiras ações que juntaram as pessoas por afinidades e necessidades, os cursos, reuniões eram abertas

para todos participarem. Para envolver-se nos eventos fora do assentamento a organização coletiva foi e continua essencial, garantindo assim a participação de todos que se dispõe a ir.

Nas muitas reuniões que participamos nos primeiros anos de instalação dos assentamentos, quando íamos em busca de alguma assistência junto às instituições públicas, era comum ouvirmos, por parte dos servidores que nos atendiam, expressões do tipo: *“A Itamarati era para ser duas fazendas, assim não ia ter ninguém incomodando, pedindo melhorias, pedindo infraestruturas, pois eles mesmos fariam e ainda iam gerar emprego”*.

Os anos iniciais foram de recusa pela formação dos assentamentos, por parte até mesmo do poder público local, porque rompeu com o modelo empresarial instituído no imaginário institucional e da população urbana como o ideal. Atualmente apesar das mudanças no tratamento aos assentados, a reforma agrária ainda não é bem aceita, bem como as políticas públicas de inclusão social para pessoas sem terra. A defesa e atuações ainda permanecem e são voltadas para a manutenção de grandes latifúndios.

A seguir passamos a discorrer sobre os serviços públicos que se fazem presentes no assentamento. Em virtude de nossa pesquisa atentar para os espaços que no atendimento de serviços públicos passou a ter a presença de pessoas dos assentamentos, especialmente as mulheres, fizemos a opção em apresentar os espaços onde elas mais se encontram e ocupam postos de trabalho, sendo o segmento do atendimento a saúde e da educação. Lugares dos quais passaremos a discorrer. Cabe destacar que além da educação e saúde, apresentaremos considerações sobre outros espaços de atendimento de serviços públicos, constituídos pela AGRAER e pela Sub Prefeitura, onde temos a presença de servidoras mulheres, não contempladas pela pesquisa, mas sendo possível encontrar mulheres assentadas como servidoras. Iniciaremos pelo conjunto de atendimento de saúde, dando sequência posteriormente com o sistema educacional e demais espaços.

Foto - 1 Programa Saúde da Família Emerson José Hartmann



Fonte: Mateus Melquisedeque: acervo pessoal, foto registrada em junho de 2023

O Posto de Saúde da Família Emerson José Hartmann/PSF teve suas atividades iniciadas em 2002, localizado no assentamento Itamarati – I, no grupo Associação dos Antigos Funcionários da Fazenda Itamarati - AMFFI. O nome do posto de saúde foi escolhido pela administração municipal em homenagem a um servidor da saúde, o mesmo era assentado no grupo Amambai, CUT I, falecendo vítima de covid-19.

Para seu funcionamento conta com 05 funcionários e 02 agentes comunitário de saúde, destes 06 são assentados, dentre eles 04 mulheres. Quanto ao atendimento médico, este acontece todas as quintas-feiras, resultando em 200 a 300 atendimentos por mês. É oferecida 01 vez por mês o serviço de vacinas e conta com serviço odontológico diariamente. Nos dias que não tem atendimento médico, a técnica de enfermagem faz o atendimento inicial. Há também enfermeira 01 dia na semana, sendo essa profissional responsável pelo atendimento com preventivos. Na odontologia são atendidas 06 pessoas agendadas por dia, de segunda a sexta-feira, bem como acontece atendimentos de emergência e/ou necessidades de retornos dos pacientes anteriormente atendidos.

No dia em que estive no posto de saúde para o levantamento de dados da pesquisa de campo, estavam sendo oferecidos cursos de corte e costura, corte de cabelo e manicure. Estes cursos são abertos às comunidades dos assentamentos, oferecidos pela Prefeitura Municipal de Ponta Porã através da Secretaria Municipal de Assistência Social com recursos do FAC- Fundo de Apoio a Comunidade. Os cursos tem duração de 01 mês.

Outro local para atendimento no serviço de saúde, localizado também no assentamento Itamarati I, na CUT I, grupo Deodápolis é a Unidade de Saúde da Família Geraldo Garcia, criado em 2002. Vejamos imagens da edificação:

Foto - 2 Unidade de Saúde da Família Geraldo Garcia



Fonte: Mateus Melquisedeque: acervo pessoal, foto registrada em junho de 2023.

A Unidade de saúde da Família Geraldo Garcia, iniciou os atendimentos em 2002, o nome foi escolhido pelas lideranças da CUT I, em homenagem a um defensor da Reforma Agrária e dirigente do PT que morreu vítima de acidente de trânsito no RR.

Na Unidade de saúde são realizados em média 1.000 atendimentos mês. Nela existe o atendimento médico e odontológico, oferecido diariamente, sendo previamente agendado 13 pacientes em cada dia, atendendo ainda os casos de emergência que chegam. Para os serviços de atendimento conta com um quadro de 20 agentes comunitário de saúde, mais 12 servidores assim distribuídos: 01 enfermeira, 01 auxiliar de enfermagem, 01 vacinadora, 01 dentista, 01 auxiliar de dentista, 01 limpeza, 02 vigilantes, 02 motoristas da ambulância, 01 cozinheira e 01 atendente de saúde. Destes servidores 27 são assentados, sendo 20 mulheres e 07 homens.

Outro espaço de atendimento de saúde é o Posto de saúde ESF Anastácio Basilio Pires, apresentado a seguir:

Foto - 3 ESF Espaço Saúde Familiar Anastácio Basilio Pires.



Fonte: Mateus Melquesedeque: acervo pessoal, foto registrada em junho de 2023.

O Posto de Saúde Anastácio Basilio Pires/ESF, inaugurado em 2016, localizado na antiga sede da fazenda, no Itamarati I oferece atendimento 24 horas. O nome foi escolhido numa reunião da Comissão de Regularização Fundiária, com representantes dos Movimentos Sociais, associações, comerciantes, servidores públicos, vereadores e secretário municipal de Ponta Porã. O nome é em homenagem ao Sr. Basilio, como era conhecido, um lutador e defensor da Reforma Agrária e da agroecologia. Era assentado na Fetagri I, morreu precocemente vítima de câncer.

Em fevereiro de 2023, fomos surpreendidos pela mudança de nome, sendo que o nome escolhido pela comunidade ao qual feito à inauguração e homenagem a família, foi trocado pela administração municipal sem qualquer justificativa a comunidade, ou qualquer consideração às decisões da administração anterior, De todas as tentativas feitas até o momento para a manutenção do nome escolhido pela comunidade, permanece como está na placa de inauguração localizada na entrada do posto, não foram consideradas pela administração municipal. Os receituários seguem com o nome de Rosangela Pereira da Silva.

A administração municipal atual justifica que a administração anterior não fez os registros no sistema como deveria, que não sabiam que o posto já tinha nome, mesmo o posto estando localizado ao lado do antigo escritório da fazenda, onde atualmente está instalada a subprefeitura e com placa de inauguração na sua entrada. Vale ressaltar que dos espaços

públicos existentes no assentamento era o único com nome escolhido pela comunidade em homenagem a morador.

Nesta Unidade de Saúde os atendimentos são de 2.000 a 2.400 mês. Durante o dia a média é de 60 a 80 atendimentos e uns 20 a noite. O atendimento odontológico é agendado, assegurado para 10 pessoas diariamente, mais as emergências que chegam. Para o atendimento tem 02 médicos durante o dia, 01 à noite - plantão, 01 dentista, 01 auxiliar, 02 enfermeiras, 02 auxiliares de enfermagem, 02 vacinadoras, 02 recepcionistas, 01 farmacêutica, 01 na regulação de vagas, 01 limpeza e 12 agentes comunitário de saúde. Deste grupo de servidores 10 são mulheres, sendo 05 assentadas.

Foto - 4 Unidade Básica de saúde – Dr. Carlos Augusto Pissini Sobreiro.



Fonte: Mateus Melquesedeque: acervo pessoal, foto registrada em junho de 2023.

Unidade Básica de saúde – Dr. Carlos Augusto Pissini Sobreiro, iniciou suas atividades em 13 de novembro de 2018, localizada no grupo CUT- Canaã, no Itamarati II. O nome foi escolhido pela administração municipal sem a participação da comunidade, em homenagem a um médico de Ponta Porã que cometeu suicídio.

Nos meses de maio e junho foram realizaram 1.367 procedimentos. As consultas são agendadas 12 diariamente e em torno de 04 emergências a cada dia. Para isso conta com 17 servidores, 01 médico, 01 enfermeira, 01 auxiliar de enfermagem, 01 dentista, 01 auxilia de dentista, atendendo diariamente. 01 vacinadora, sendo que todos os dias são oferecidas vacinas, 01 agente de limpeza, 01 cozinheira, 01 vigilante e 08 agentes comunitários de saúde, que são

divididas por área de atuação aos moradores que são desta Unidade de Saúde. Deste quadro de servidores 14 são mulheres, 13 destes servidores são assentados sendo que são 10 mulheres.

No que se refere aos serviços públicos para atender o segmento educacional oferecido nos assentamentos Itamarati I e II lá foram criadas três escolas estaduais, sendo mantida a de Educação Infantil que é municipal, na sede Itamarati II. As escolas estaduais estão localizadas em pontos estratégicos para atendimento das demandas e nas quais oferecem Ensino Fundamental I, II e Ensino Médio. Na escola municipal oferecem a educação infantil. Escolas que passamos a apresentar.

Foto - 5 Escola Estadual Professor José Edson Domingos dos Santos



Fonte: Mateus Melquesedeque: acervo pessoal, foto registrada em junho de 2023.

A Escola Estadual Professor José Edson Domingos dos Santos foi criada em 2002 e está localizada na CUT I, grupo Deodápolis, no assentamento Itamarati I. Essa foi a primeira escola a ser criada após o início do assentamento e atualmente atende 505 alunos e alunas, nas modalidades Ensino Fundamental I e II e Ensino Médio. No ano de 2023 passou a atender a extensão da escola, localizada no grupo Cabeceira do APA,⁵ onde contam com 175 alunos e alunas, nas modalidades Ensino Fundamental I e II e Ensino Médio, oferecidas de forma integral. Têm em seu quadro 45 professores e professoras, destes 06 são efetivos. Dos

⁵ Cabeceira do Apa é um distrito do município de Ponta Porã/MS, faz fronteira com o município de Antônio João.

servidores administrativos são ao todo em 16 sendo 13 efetivos e 01 vigilante do município, 01 agente de merenda pelo sistema de terceirização, 01 agente de limpeza do município.

Os servidores do município são cedidos para o Estado, havendo, ainda 01 professor coordenador pedagógico de Práticas Inovadoras, este, na condição de convocado, além de 01 diretor e 01 diretor adjunto, ambos efetivos. Destes, 39 são assentados, sendo 29 mulheres. Na escola localizada na Cabeceira do APA o atendimento é de forma integral e para isso conta com 17 professores e professoras, todos contratados, 03 coordenadores, destes servidores 15 são mulheres e 01 é assentada. Azaleia concluiu seus estudos nesta escola, conforme nos relata na entrevista concedida:

Terminei meus estudos aqui no assentamento depois que ganhei minha terra... Antes na escola José Edson, funcionava à noite, tinha a Educação de Jovens e Adultos- EJA. Fiz o Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos - ENCCEJA também, mesmo tendo eliminado matéria, continuei indo para a escola. Tenho meus 02 certificados de Ensino Médio, o da escola e do ENCCEJA. Os filhos estudaram aqui também, mas se enrolaram e não terminaram o Ensino Médio. (AZALEIA, entrevista concedida em 25/05/2023).

Outra escola que compõe o conjunto educacional dos assentamentos Itamarati I e II é a Escola Estadual Professor Carlos Pereira da Silva:

Foto - 6 Escola Estadual Professor Carlos Pereira da Silva



Fonte: Mateus Melquisedeque: acervo pessoal, foto registrada em junho de 2023.

A Escola Estadual Professor Carlos Pereira da Silva está localizada no grupo 09 do MST I, no Itamarati I, tendo sido criada em 2008, atendendo atualmente a 338 alunos e alunas, nas modalidades Ensino Fundamental I e II e Ensino Médio. O nome foi escolhido pela comunidade escolar e representantes da Secretaria Estadual de Educação, em reunião com esta finalidade, bem como para escolher o seu dirigente escolar. Foram apresentados vários nomes, ficando o nome que teve a maioria dos votos, o do Prof. Carlos Pereira da Silva, ele morreu ainda jovem vítima de acidente de trânsito, na cidade de Eldorado na qual morava e trabalha. A sua família é assentada em grupos próximo a escola, sendo membros da comunidade escolar. No início do assentamento duas irmãs do Carlos Pereira eram servidoras do Estado uma professora e outra administrativa da educação, hoje são aposentadas continuam morando no Assentamento.

A Escola conta com 32 professores e professoras, sendo destes 04 efetivos. Na secretária da escola há 01 funcionário efetivo, 01 professor coordenador pedagógico de Práticas Inovadoras e 01 professor coordenador pedagógico. Na cozinha conta com 03 servidores, sendo 01 do Município, 01 do estado e uma terceirizada pela empresa Guató. Na limpeza conta com 08 funcionários, sendo 04 do Estado, 03 cedidas pelo Município e uma terceirizada pela empresa Guató. Há, ainda, 01 diretor. Do total de servidores 31 são mulheres. Do quadro de servidores 13 são assentados, destas 05 são mulheres.

A escola está passando por reformas em seu prédio e por isso as aulas estão sendo realizadas na quadra de esportes, sendo nela feita divisões para acomodar as turmas e os serviços administrativos, como é possível ver no registro que segue, com salas de aulas e arquivos adaptados.

Foto - 7 espaço improvisado na quadra de esportes



Fonte: Mateus Melquesedeque: acervo pessoal, foto registrada em junho de 2023

Foto - 8 espaço improvisado na quadra de esportes



Fonte: Mateus Melquesedeque: acervo pessoal, foto registrada em junho de 2023

Outra escola que compõe o conjunto educacional é a Escola Municipal Rural Nova Conquista apresentada a seguir:

Foto - 9 Escola Municipal Rural Nova Conquista.



Fonte: Mateus Melquesedeque: acervo pessoal, foto registrada em junho de 2023.

A Escola Municipal Rural Nova Conquista, iniciou suas atividades quando ainda era a fazenda Itamarati, à época pertencia a Escola Municipal Rural Itamarati, estando ela localizada na antiga sede da fazenda, onde anteriormente funcionava a Pré-escola. Na etapa em que as famílias ficaram acampadas, a espera da divisão dos lotes, havia uma escola municipal do Movimento dos Trabalhadores sem Terra – MST, denominada inicialmente de Escola Municipal Rural José Eduardo Prates, posteriormente em julho de 2007, passou a denominação de Escola Municipal Rural Nova Conquista, por escolha dos assentados, nome que permaneceu após o fechamento da escola no espaço do acampamento, permanecendo o nome para a escola de Educação Infantil.

Atende atualmente 286 alunos e alunas, com idade de 04 e 05 anos, com a Educação Infantil I e II. Conta com 18 professores e professoras, 03 professores de apoio a alunos com necessidades especiais, além de servidores administrativos que trabalham na escola, sendo: 01 diretor, 02 cozinheiras, 02 vigilantes, 01 secretaria da escola, 04 agentes de limpeza, 02 professores coordenadores pedagógicos. Deste quadro de servidores, 14 são mulheres, 09 são assentadas e 01 filha de assentado.

Outra sede escolar que atende o conjunto educacional do assentamento é a Escola Estadual Nova Itamarati, apresentada na sequência:

Foto - 10 Escola Estadual Nova Itamarati



Fonte: Mateus Melquesedeque: acervo pessoal, foto registrada em março 2019.

A Escola Estadual Nova Itamarati está localizada na antiga sede da fazenda, no assentamento Itamarati – II, ocupando um espaço adaptado, onde anteriormente funcionava a oficina de conserto das máquinas agrícolas utilizadas nos trabalhos com a produção de grãos, além de na época abrigar também o almoxarifado, depósito de máquinas e equipamentos agrícolas. O atual nome da escola foi escolhido pela comunidade escolar em reunião para esta finalidade, e dos nomes apresentados a que obteve a maioria dos votos por aclamação foi à troca do nome da Escola estadual Fazenda Itamarati para Escola Estadual Nova Itamarati.

Em sua história a referida escola iniciou suas atividades escolares no ano de 1975, sob o nome de Escola Rural Itamarati, com prédio a época cedida pela Fazenda Itamarati Agropecuária. Ao longo das décadas de funcionamento na antiga fazenda, escola passou por várias denominações sendo elas:

- No ano de 1979 até 1982, a escola era denominada Escola Municipal de 1º Grau Itamarati, com as turmas de 1ª a 4ª séries.
- Nos anos de 1981 a 1984, foram autorizadas as turmas de 5ª a 8ª séries, sendo atendidas na escola, mas como extensão da Escola Estadual de 1º e 2º Graus Adê Marques, localizada no município de Ponta Porã, conforme Informativo N° 5722/81.
- A partir do ano de 1985, através do Decreto n° 2.909 de 14/02/85, D.O. N. 1.512 de 15/02/1985 foi criada a Escola Estadual de 1º Grau Fazenda Itamarati, localizada no prédio da antiga escola, pertencente à Fazenda Itamarati.

- Em 1987, conforme Deliberação nº 1.708 de 06/11/87, foi desativada a Escola Municipal de 1º Grau Itamarati.
- No ano de 1991, conforme Deliberação CEE nº 2.729 de 07/03/91, foi autorizado o curso de 2º grau Lei 7.044/82 da então Escola Estadual de 1º e 2º Graus, na Fazenda Itamarati.
- No ano de 1992, conforme Deliberação CEE nº 3.419 de 16/12/92 foi autorizada a Educação Pré-Escolar, passando a denominação de Escola Estadual de Pré-Escolar, 1º e 2º Graus Fazenda Itamarati.
- Logo em seguida, no ano de 1998, através do Decreto 9.104 de 12/05/98, D. O. 13/05/1998 p. 01, da Governadoria, todas as Escolas Estaduais tiveram suas denominações alteradas, e esta passou a se denominar Escola Estadual Fazenda Itamarati.
- A partir do ano de 2005, com a venda da outra parte da área que pertencia a Empresa Fazenda Itamarati, para fins da Reforma Agrária e a vinda de vários assentados, houve a necessidade de mudança no nome da escola e através do Decreto 3.152 de 23/12/05, a escola passa a se chamar Escola Estadual Nova Itamarati.
- Em 2006 a instituição passou a ter uma extensão, comportando parte dos alunos da escola polo, denominada Escola Estadual Nova Itamarati, funcionando com 08 salas de aulas, cujo objetivo foi reformar e adequar o prédio cedido para comportar todos os alunos/as da unidade escolar, uma vez que o prédio da escola polo era bastante antigo, pequeno e carecia de muitas reformas.
- A partir do ano de 2008, começou a ser oferecida nesta instituição a Educação para Jovens e Adultos – EJA.

Em novembro do ano de 2008 foi iniciada a reforma e ampliação do prédio da atual da escola, a qual foi acompanhada pela comunidade escolar, sendo sua inauguração realizada em 19/04/2010. O novo espaço conta com 24 salas de aulas, salas administrativas, quadras esportivas, áreas cobertas e espaço para instalação de horta que integra as atividades curriculares.

No ano de 2023 a escola contava com 1.537 alunos e alunas, distribuídos nas modalidades: EF- Ensino Fundamental I e II, EM- Ensino Médio e EJA- Educação de Jovens e Adultos – final II e Ensino Médio. Conta com um quadro de 94 professores e professoras, destes 19 são efetivos, entre os efetivos 12 são mulheres. Os demais professores são contratados. Possui também 28 servidores administrativos sendo todos efetivos, 04 na secretaria da escola, 09 agentes de alimentação escolar, 14 agentes de limpeza e 01 inspetor de alunos. Do quadro de servidores efetivos/as administrativos dos 28 efetivos, 16 são assentados e 04 são filhos/as

de assentados, dos administrativos 22 são mulheres. Do total de professores/as dos 94 destes 73 são mulheres, destas mulheres 19 são assentadas e 18 são filhas de assentados, dos professores/as efetivos, dos quais, 03 mulheres são assentadas e 06 filhas de assentados/as. Dos administrativos são 14 mulheres assentadas e 05 filhas de assentados. Conta, ainda, com servidores que compõe o quadro do município, sendo 03 cedidos, 01, na função de inspetor de alunos, estes quatro são acadêmicos em licenciatura e bolsistas, prestam 04 horas de serviço na escola, e mais 02 guardas patrimoniais.

A busca por espaços para o atendimento a educação no assentamento foi sendo estabelecida com a participação de representação dos movimentos sociais, direção, Associação de Pais e Mestres-APM e Colegiado Escolar juntos buscaram um espaço que acomodasse a todos os alunos. Iniciaram as conversas no escritório do INCRA local, posteriormente aos secretários estaduais, prefeito, vereadores e governador. A organização deu resultado, conseguiram o espaço da antiga oficina e depósito de peças para ser a escola. Após passar por reformas o local foi inaugurado em 2010 e passa a abrigar a todos os alunos.

A escola que no início do assentamento os alunos acampados e assentados não eram atendidos, sendo negada a sua matrícula, hoje tem a convivência harmoniosa com os que aqui chegaram, ou seja, os sem terras. Dos ex-funcionários da fazenda que permaneceram a sua maioria são assentados, vários buscaram qualificação e hoje são servidores públicos também. Crisântemo, uma das nossas entrevistadas, que voltou a estudar após a conquista da terra nesta escola, nos conta como foi a volta à escola:

Fiquei vários anos longe da escola. Quando voltei a estudar já foi no assentamento na Escola Estadual Nova Itamarati, o meu marido voltou a estudar também, estudávamos a noite, já tinha 01 filho, que ficava com minha sogra. Aí tive meu segundo filho, que hoje está com 15 anos, tive que parar novamente meus estudos quando ele nasceu. Quando ele completou 03 anos voltei e terminei o Ensino Médio. (CRISÂNTEMO, entrevista concedida em 06/06/2023).

Das escolas públicas que temos no Assentamento Itamarati, as questões voltadas à luta pela terra, a valorização dos movimentos sociais enquanto protagonista da reforma agrária, não aparecem no currículo ou no cotidiano das escolas. Mesmo as escolas estaduais sendo classificadas como Escola do Campo, ter resolução específica para as escolas do campo, o calendário permanece o mesmo das escolas da área urbana, o eixo integrador Terra Vida Trabalho – TVT, que deveria ser o eixo integrador, permanece na prática sendo mais uma disciplina na grade curricular dos estudantes. Nas demais disciplinas permanecem o mesmo

currículo das escolas localizadas no centro das cidades. Nas 03 escolas estaduais existentes no assentamento, todas tem a horta escolar onde os alunos são levados às aulas práticas na disciplina de TVT, bem como espaços de jardim e arborização cuidados pelos alunos.

Outro serviço público que vem sendo oferecido no assentamento Itamarati é aquele da segurança, podendo lá encontrar um posto da Polícia Militar de Mato Grosso do Sul.

Foto - 11 Grupamento da Polícia Militar – Assentamento Itamarati



Fonte: Mateus Melquesedeque: acervo pessoal, foto registrada em junho de 2023.

A Polícia Militar de Mato Grosso do Sul, conta com um Grupamento da Polícia Militar no Assentamento, tendo iniciado suas atividades no assentamento Itamarati I, no ano de 2002, contando com uma viatura para atender a toda a comunidade. Contam com 08 policiais prestando serviço no local, numa escala de serviço de 48 x 96 cada equipe é formada por 03 policiais. Na equipe há também uma servidora cedida pela Prefeitura, a qual realiza a limpeza do posto e prepara as refeições. Deste quadro de servidores não temos nenhum lotado no GPM que é assentado, temos 01 que é filho de assentado e 01 filha de assentados dos ex-funcionários que tomou posse recentemente e está lotada na cidade de Ponta Porã e continua morando no assentamento. A média de atendimentos efetuados pela equipe do posto é de 25 a 30 ocorrências registradas por mês, segundo o sargento que nos atendeu na pesquisa de campo, o maior número de ocorrências está ligado à violência doméstica e em segundo lugar o alcoolismo.

No assentamento Itamarati II no prédio que no período da fazenda abrigava os escritórios da administração da empresa, com a criação do assentamento passou por reformas

abrigando diversas instituições que prestam serviços públicos aos assentados/as, imprimindo assim novos sentidos sobre aquela edificação, a qual passaremos a apresentar.

Foto - 12 Subprefeitura Assentamento Itamarati



Fonte: Mateus Melquesedeque: acervo pessoal, foto registrada em junho de 2023.

A Subprefeitura foi criada pela Lei Complementar nº 07, de 26 de junho de 2009 e no interior de sua edificação abriga segmentos que atuam no atendimento à população do assentamento com os serviços de: Centro de Referência de Assistência Social – CRAS; Emissão do Cad Único; Assistência Social: visitas, distribuição de roupas, cesta básica, cobertores; Orientação e agendamento para documentos: RG, CPF, Título de Eleitor; Cursos e capacitações pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Rural -SENAR; Projeto de extensão com a Universidade Federal da Grande Dourados – UFGD, com piscicultura; Projeto de extensão com Instituto Federal de Mato Grosso do Sul – IFMS/Ponta Porã, com plantas medicinais; Atendimento com autorização para instalação de energia rural e urbana; Atendimento com atestado de residência; Apoio a feira itinerante/economia solidária; Correio: com a entrega/ retirada e encomendas, não faz postagens. A subprefeitura está instalada no prédio do escritório da antiga Fazenda Itamarati.

Dentre as pessoas que atendem na subprefeitura há 28 servidores/as, sendo apenas 02 efetivos do município, e 01 cedida do estado, os demais 25, são cargos em comissão e

estagiários. Dos servidores da subprefeitura temos 21 mulheres, destas mulheres 03 são assentadas e 04 homens assentados.

Outro órgão de atendimento aos assentados que está instalado no antigo escritório é a Agência de Desenvolvimento Agrário e Extensão Rural/AGRAER, responsável ao atendimento à produção de alimentos animais e vegetais nos assentamentos Itamarati I e II, destacamos a atuação da Agência de Desenvolvimento Agrário e Extensão Rural/AGRAER, a qual está situada junto ao prédio da Subprefeitura na parte II, atuando nas seguintes funções: cadastro para acesso ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF; Cadastro Nacional da Agricultura Familiar – CAF/PRONAF; acompanhamento de projetos de custeio – PRONAF: A/F e fomento mulher; elaboração de projetos junto aos bancos do Brasil e Caixa Econômica Federal, bem como aqueles voltados ao Programa Aquisição de Alimentos-PAA, junto ao município e ao Estado.

Além disso, orienta a produção de leite e hortifrúti e apoio técnico operacional para as cooperativas do Assentamento Itamarati. A vistoria de lotes para regularização, quando solicitados pela diretoria central, é também ação desenvolvida pela AGRAER, bem como orienta na sistematização da documentação para o acesso a previdência. Realiza, ainda, acompanhamento de 05 propriedades certificadas com a produção de alimentos de base orgânica e participa/articula rodas de conversa junto a outras organizações local, dentre elas o Serviço Nacional Rural – SENAR e Universidades públicas, que atuam na capacitação dos produtores, para acompanhar melhoramento genético através de inseminação artificial, e também orienta produtores que estão organizando a produção em estufas.

Nessas orientações a AGRAER desenvolve projetos direcionados à melhoria da qualidade da erva mate, das plantas medicinais, da produção de biodiesel, além de com experimentos com: girassol, palmeira, maracujá, pastagens, adubação verde, dentre outros. Para realizar os atendimentos e demandas contam com 07 servidores concursados, sendo 02 mulheres e 05 homens, destes 01 é filho de assentados, 03 estagiários e 01 servidor contratado, filho de assentado.

Podemos perceber a transformação do lugar após a implantação do Assentamento o que é visível no espaço urbano, a cada dia temos o crescimento deste espaço, com a construção de casas para moradia, comércios dos mais variados, já conta com uma agência bancária do Sistema e Crédito Cooperativo - SICREDI, inaugurada em março de 2023. Nos comércios temos correspondentes bancários dos bancos: Bradesco, Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal, auxiliando os moradores, tendo em vista que se encontram localizados distantes, a mais

de 50 quilômetros da cidade, distância que pode ser maior de acordo com a localização de cada lote. Abaixo apresentamos imagens de diferentes anos, mostrando as mudanças projetadas ao longo dos tempos sobre o núcleo urbano.

Foto - 13 Espaço destinado ao núcleo urbano.



Fonte: TERRA (2009 p. 212)

Foto - 14 Espaço destinado ao núcleo urbano.



Fonte: TERRA (2009 p. 212)

Foto - 15 Imagens do núcleo urbano



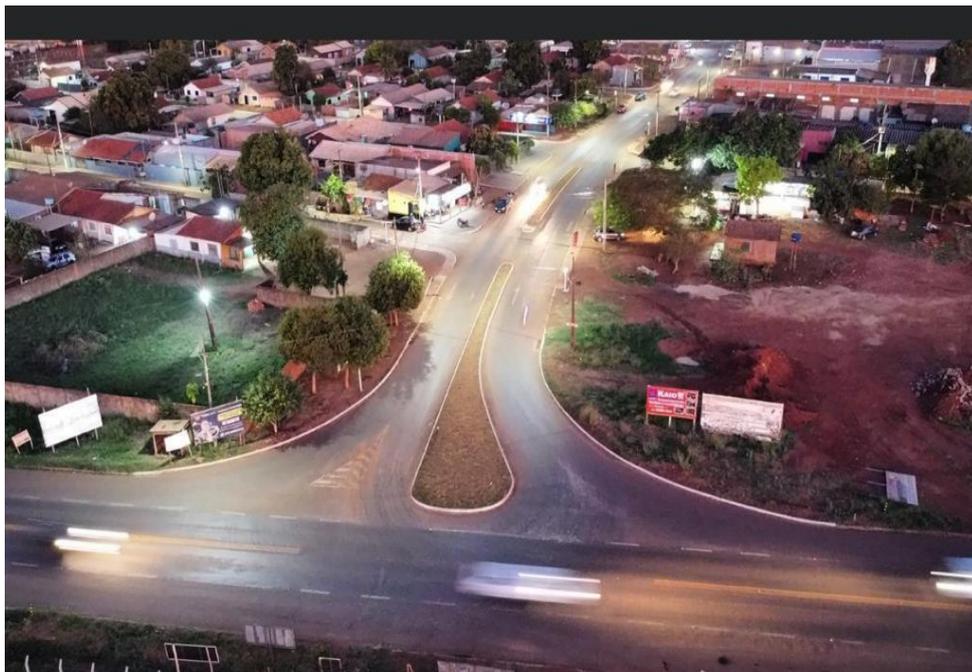
Fonte: Altair Lopes: acervo pessoal, foto registrada em agosto de 2019.

Foto - 16 Imagens do núcleo urbano



Fonte: Altair Lopes: acervo pessoal, foto registrada em agosto de 2019.

Foto - 17 Imagens noturna do núcleo urbano



Fonte: Altair Lopes: acervo pessoal, foto registrada em junho de 2023.

Como podemos perceber a transformação da paisagem local com a expansão do comércio e moradias e o espaço de produção agrícola após a implantação do assentamento é visível. Junto a este crescimento o assentamento recebe, a cada dia, mais moradores, estes

vindos de diversos lugares, com as mais diversas profissões, aumentam os espaços comerciais e de prestação de serviços ofertados a esta nova comunidade oriunda da conquista da terra por meio da Reforma Agrária.

CAPITULO III -

ATUAÇÕES FEMININAS NOS ESPAÇOS DE SERVIÇOS PÚBLICOS NAS TERRAS CONQUISTADAS

Nesse capítulo analisamos a trajetória das mulheres entrevistadas, compreendendo o percurso para se capacitarem acadêmica e tecnicamente, construindo referenciais que as habilitassem para concorrerem e serem aprovadas em concursos públicos, chegando aos cargos que atualmente assumiram em instituições que prestam serviços nos assentamentos Itamarati I e II, tema que trataremos na primeira parte do capítulo.

Na segunda parte, analisamos o significado da conquista desses trabalhos para elas, atualmente são servidoras públicas vindas de acampamento e assentamento da reforma agrária, vivenciando um misto de realizações e superações, de tantas jornadas, batalhas enfrentadas para conseguirem alcançar uma profissão e construir uma carreira.

3.1 A vida no acampamento e a formação escolar das nossas entrevistadas

Consideramos que para as mulheres assentadas terem reconhecimento e lugar de atuação na sociedade é muito mais difícil, especialmente porque vivenciaram tantos desafios sociais, superando inúmeros obstáculos no percurso que poderiam ter desistido dos projetos e enveredado para outros caminhos, como aqueles da produção agrícola, onde as exigências são negociadas no âmbito familiar, não exigindo as inúmeras “provações” que as qualificações acadêmicas e os concursos requerem. No entanto, assumiram o desafio e passaram a exercer atividades no serviço público. Por isso concordamos com Gonzales, ao dizer que nas últimas décadas as mulheres a se fazerem presentes e atuantes no cenário social:

A presença das mulheres no cenário social é um fato inquestionável nos últimos anos, buscando novas soluções diante dos problemas que lhes impõe uma ordem social, política e econômica que historicamente as marginalizou. Nessa presença, a crise econômica, política, social e cultural (...) tem sido um elemento desencadeante que acelerou processos que vinham sendo gerados. Com efeito, se por um lado a crise acentuou e evidenciou o esgotamento de um modelo de desenvolvimento do capitalismo dependente, por outro lado deixou explícito como seus efeitos são recebidos diferenciadamente em vastos setores sociais, de acordo com as contradições específicas nas quais se encontram imersos, alentando desse modo o surgimento de novos campos de conflito e novos atores sociais. Assim, no terreno das relações sociais, o efeito da crise foi o de devolver-nos uma visão muito mais complexa e heterogênea da dinâmica social, econômica e política. Nessa complexidade estão localizados o surgimento e o reconhecimento de novos movimentos sociais,

entre eles o de mulheres, que avançaram desde suas contradições específicas a um profundo questionamento da lógica estrutural da sociedade (Castells) e contêm, potencialmente, uma visão alternativa da sociedade. (GONZALES, 2020, p. 51).

As mulheres participantes da pesquisa só conseguiram estar onde estão pela luta de muitas outras mulheres que em época e momentos diferentes ousaram buscar na sociedade o seu espaço e reconhecimento, rompendo com barreiras impostas socialmente, como a

Responsabilidades “incontestável” por cuidados voltados à casa e pessoas dependentes como as crianças, os idosos e os doentes. Ocupar uma função no serviço público não as desobriga dessas funções, impostas a “condição feminina, “condição” que determinaria uma identidade comum para as mulheres, com base na biologia, ou melhor, no fato de terem nascido biologicamente mulheres⁶” (VEIGA, 2019, p.130). Muitas vezes as atribuições se acumulam e a mulher continua com as responsabilidades pelas funções dentro de casa.

As mulheres entrevistadas que hoje atuam no serviço público, precisaram superar os dilemas da vida no assentamento, combinando tempo para a formação acadêmica, com o tempo da atenção à família, com a superação dos desafios impostos pelo cotidiano de acampadas.

Essas mulheres que combinaram atuações, superaram o destino que sinalizava para a continuidade do modelo imposto ao longo da história, no modelo de uma sociedade patriarcal que lhes destinava papéis não públicos, ou seja, “voltadas aos afazeres domésticos e dos cuidados com os familiares ou das casas onde eram empregadas domésticas”, (Souza, 2016). Romper estas barreiras exigiu muito mais das mulheres, que em busca de realizar os novos sonhos precisaram se deslocar, superar as ausências familiares, duplas jornadas, criando meios para manter as atividades a elas destinadas socialmente e conciliar novas jornadas, especialmente àquela dedicada a vencer o tempo da provisoriedade que requeria a vida de acampadas.

As narrativas das mulheres entrevistadas expõem os percursos assumidos para dar continuidade aos estudos ou a eles retornar, tempo difícil especialmente para aquelas que estavam há muito tempo longe da escola. Algumas deixam de estudar ou de trabalhar para atender as necessidades familiares, como nos relata Manacá,

Na minha infância já trabalhava na roça. Saí dos trabalhos na roça quando fui estudar, mudamos para Aral Moreira e estudei até o 6º ano no regular, depois

⁶ Nascer mulher biologicamente tem outras significações ao considerar os estudos de gênero, portanto, poder-se ia dizer “mulher que nasceu com vagina”, pois a própria constituição biológica é fluída e depende da relação com o próprio corpo, com a subjetividade, as manifestações culturais, dentre outros arranjos individuais e coletivos.

trabalhava durante o dia e fui estudar na Educação de Jovens e Adultos- EJA. Quando minha mãe faleceu, era muito nova ainda, vítima de um derrame, tive que tomar conta da casa e continuar estudando a noite. Não demorou muito tive que parar com os estudos, não dava conta. Era muito serviço, com os irmãos pequenos para cuidar. Só voltei a estudar quando consegui um serviço por contrato numa escola estadual em Aral Moreira. Um dia fui chamada pela diretora que me falou para eu voltar a estudar, terminar o Ensino Médio, pois se saísse concurso eu poderia fazer. Assim voltei e consegui concluir o Ensino Médio. (MANACÁ, entrevista concedida em 06/06/2023).

Se antes Manacá, tinha deixado o trabalho na roça para estudar, na juventude teve que parar de estudar para se dedicar aos cuidados com sua família e aos afazeres domésticos em virtude da perda precoce de sua mãe. Ela deixou os seus estudos para um segundo plano, realidade que nem sempre permite que as mulheres voltem a estudar. Percebemos o quanto as relações de gênero e classe, permeiam nossa sociedade, deixam muitas das mulheres sem opções de escolher um futuro, ou realizar os seus sonhos. Junto às necessidades da vida familiar as mulheres são as que sempre saem prejudicadas em relação as suas escolhas pessoais ou profissionais. Permanecem as situações de desigualdade social e racial, sempre as mulheres negras e pobres as que mais são afetadas nestas situações, como destaca Gonzales:

Tratar, por exemplo, da divisão sexual do trabalho sem articulá-la com seu correspondente em nível racial é recair numa espécie de racionalismo universal abstrato, típico de um discurso masculinizado e branco. Falar da opressão da mulher latino-americana é falar de uma generalidade que oculta, enfatiza, que tira de cena a dura realidade vivida por milhões de mulheres que pagam um preço muito caro pelo fato de não serem brancas. (GONZALES, 2019, p. 47).

No caso de Tulipa, a conquista da terra resultou, também, em condições para retorno aos estudos. Não via possibilidades de voltar a estudar, não acreditava ser possível diante da realidade a qual estava, assim já não fazia mais parte do seu projeto de vida ou sonhos. Ao chegar ao acampamento ela já havia concluído o Ensino Médio, na modalidade. Magistério, fato que a habilitou para assumir um contrato como professora na Escola Estadual Professor José Edson Domingos dos Santos, a primeira escola inaugurada no assentamento para atender a população que chegava à terra conquistada.

No início do assentamento o Estado ainda contratava professores sem formação no ensino superior. Tulipa é uma destas professoras que iniciou sua carreira com o curso do Magistério. A partir desse passo, Tulipa se sentiu desafiada para seguir com sua formação, assumindo estudos a nível superior. Na entrevista nos fala como foi voltar a estudar morando distante da faculdade, condição necessária para garantir a sua profissão:

Um dia a diretora Lourdes nos chamou e disse: - Gente não tem mais condições de vocês trabalharem sem ter curso superior. Que o assentamento já era conhecido no Brasil todo, muitas pessoas estavam vindo em busca de trabalho na escola. E que a gente não podia perder vocês. Mas, precisam de ter uma graduação. Ai, fomos nós estudar, para garantir nossas turmas de aulas. Estudava em Ponta Porã à noite. Teve o projeto do Estado de Cursinho Pré-vestibular. Conforme sua pontuação recebia desconto na faculdade. Entrei neste projeto. Daí era durante a semana - manhã e tarde na escola, à noite na faculdade e sábado no cursinho. O marido também foi fazer o cursinho. Os filhos um de 04 anos o outro com 08 e um cuidava do outro. Consegui 75% por cento de desconto na faculdade, já melhorou bastante. Assim, em 2008 foi minha colação de grau, lembro com muita emoção deste dia. (TULIPA, entrevista concedida em 20/05/2023).

Após iniciarem o curso as dificuldades para chegar até a faculdade eram imensas, devido às distâncias que separam o assentamento da cidade de Ponta Porã e também por não possuírem veículo próprio e não haver transporte coletivo que atendesse a estas pessoas. Para continuar os estudos organizaram-se e reivindicaram junto à prefeitura o apoio necessário, conseguindo um ônibus pago pela prefeitura, que fazia os percursos entre o assentamento e a cidade. Com a desistência de muitos acadêmicos o transporte foi suspenso, conforme nos relata TULIPA,

No início o prefeito deu um ônibus para nos levar. Não pagávamos nada. O ônibus ia cheio. Como não era nada fácil, tinha que ter muito propósito para não desistir. Com as dificuldades os estudantes da faculdade foram diminuindo. Muitos não conseguiram pagar faculdade, tudo era muito difícil. Com as desistências, o ônibus foi ficando vazio e o prefeito cortou nosso transporte. Com isto juntamos em 04 pessoas, compramos um carro, eu, Helton, Rosemary e Andreia. O Helton era nosso motorista, o único que tinha carteira de habilitação. Íamos para a aula com nosso Del Rey, que conseguimos comprar. A despesa era alta. Até que fomos conversar com o prefeito novamente. Conseguimos a gasolina. O Helton, na volta da faculdade, entregava a gente na porta de casa, depois que ia para a sua casa. Fomos deste jeito, até que os funcionários da antiga fazenda aceitassem a gente no ônibus deles. O pessoal da antiga fazenda, que ia para a faculdade, não aceitava a gente. Com o tempo e nosso acerto com a prefeitura de nos dar a gasolina, eles foram chamados para que nos aceitassem no ônibus também, pois quem pagava o ônibus era a prefeitura. Aí tudo foi se ajustando, deixamos o carro de lado. O ônibus saía da frente da escola Prof. José Edson Domingos dos Santos, quem não trabalhava à tarde, dava um jeito de chegar à escola. Na volta a mesma coisa, a gente era deixada na escola. Com isto muitos começaram a estudar. Uma das professoras que morava mais longe passou a dormir na escola, na sala de aula. A diretora pediu para instalar um chuveiro, deu uma melhorada, pois tomávamos um banho agora antes de irmos para a faculdade. (TULIPA, entrevista concedida em 20/05/2023).

O relato de Tulipa demonstra as dificuldades enfrentadas para chegarem até a faculdade e para isso o esforço era conjunto, envolvendo segmentos institucionais, como a

prefeitura, a direção da escola, a vizinhança, e fundamentalmente, a força de vontade do grupo em ir adiante com o projeto que haviam se proposto, a qualificação. A diretora foi parceira, autorizou a professora que morava mais distante a dormir na escola. A prefeitura cumpriu com a responsabilidade esperado de uma instituição pública, fornecendo o ônibus, e depois, quando o transporte foi suspenso custeou o combustível, até serem aceitos no ônibus também pago pela prefeitura, que levava o pessoal da antiga fazenda para a faculdade.

Cabe destacar a tensão que havia entre os que chegavam nos acampamentos e os empregados da fazenda, ambos vivendo em situação de instabilidade social, formando grupos posicionados em lados opostos: de um lado um grupo demandando terra; de outro lado, um grupo querendo manter seus empregos. Os empregados da fazenda viam nos sem terra as pessoas que lhes tirariam o emprego, diante da desapropriação da área em curso. Nessa situação, o diálogo era impossível, havendo a necessidade de representantes da prefeitura para mediar a situação. Faltava nas pessoas que trabalhavam na fazenda, conhecimento sobre as questões relativas à Reforma Agrária.

No caso dos acampados, não entenderam que sua chegada representava profundas mudanças no modo de vida dos empregados, estes nem sempre dispostos a perderem o que detinham. No caso dos Sem Terra, vindos de longa luta, de acampamento em acampamento em busca de terra, faltava-lhes a compreensão do grau de dominação imposta aos empregados da antiga fazenda, e por isso não compreendiam porque os empregados não desejavam alterações no modelo agrário, que poderia trazer benefícios a eles próprios se assumissem lotes, passando para a condição de detentores de terras e não mais de empregados.

Como esperar que os empregados compreendessem o projeto dos sem terras se eles próprios viviam sob julgo do patrão e da pressão de perderem seus empregos em virtude da desapropriação? Fomentando isso tudo, haviam as mensagens da grande imprensa, com divulgações de forma a criminalizar os movimentos sociais de luta pela terra, produzindo no imaginário popular, mesmo nas pessoas não detentoras de terras, como os empregados da fazenda, o ódio ao grupo de acampados e de suas organizações de movimentos sociais, em virtude das mudanças que provocariam em suas vidas e na região. Moreira tece reflexões sobre o poder dos discursos:

A prática de criminalizar os movimentos sociais dos trabalhadores não é efêmera, fortuita e eventual. A criminalização desses movimentos constitui-se em prática de repressão que pode ou deve ser historicizada, pelo menos, desde a invasão do continente pelos europeus e da massificação do trabalho escravo, como nos orienta a tradição marxista da História do Trabalho e dos

Movimentos Sociais. Karl Marx discute, em “A assim chamada acumulação primitiva”, a Legislação sanguinária contra os expropriados desde o final do século XV (MOREIRA, 2010, p. 117).

A criminalização por parte de imprensas e mídias hegemônicas contribui com a formação da opinião das pessoas, sendo, muitas vezes, as únicas fontes de informação. Assim, passam também a criticar e criminalizar os movimentos sociais e as pessoas que pertencem a estes movimentos, bem como seus apoiadores, pois a grande imprensa e as mídias não mostram os dois lados, pertencem ao lado do grande capital, contribuindo para que as estruturas sociais não tenham alteração. Isso resulta no distanciamento entre pessoas que deveriam estar juntas e lutando pela mesma causa, no entanto, se colocam-se em lados opostos.

As situações sociais familiares resultam em mudanças de rumo nos sonhos traçados pelas mulheres e, muitas vezes abrem mão de seus projetos pessoais priorizam os cuidados no âmbito familiar, que lhes são atribuídas as mulheres socialmente.

Crisântemo, ao se casar parou de estudar, pois na cultura patriarcal o marido quem decide o que é permitido à mulher fazer, ou não fazer, e seu marido não permitiu que ela continuasse a estudar. Antes eram as regras dos pais, agora são as do marido. Após se casar foi morar num acampamento em Ahandui, distante de sua família que permaneceu em Naviraí. Sua situação nos remete a Gonzales, a autora reflete sobre o fato de que mesmo quando não estão reivindicando seu papel enquanto sujeito de sua própria história, nos conceitos feministas, as mulheres são alcançadas pelo patriarcado.

Da mesma forma, nós mulheres e não brancas fomos “faladas”, definidas e classificadas por um sistema ideológico de dominação que nos infantiliza. Ao nos impor um lugar inferior no interior da sua hierarquia (apoiadas nas nossas condições biológicas de sexo e raça), suprime nossa humanidade justamente porque nos nega o direito de sermos sujeitos não só do nosso próprio discurso, como da nossa própria história. É desnecessário dizer que, com todas essas características, estamos nos referindo ao sistema patriarcal-racista (GONZALES, 2019 p. 46).

Crisântemo nos conta que foi difícil para iniciar aos seus estudos sobre, com o abandono da escola, com o seu primeiro filho e junto com o marido. O caminho para a escola era prioridade a noite, ela e o marido deixavam o filho com a sogra, que morava próximo ao seu lote e iam para a escola. Ao final da aula pegavam o filho e terminava de chegar em casa. Isto ocorreu quando já tinha conquistado a sua terra e estava morando no seu lote.

Morava num assentamento da Reforma Agrária em Itaquirai, o ônibus passava 03 horas da manhã, a gente estudava à tarde. Na hora que chegava à escola

tinha um lanche pra quem era do assentamento. Era muito aluno e o ônibus passava em várias fazendas. Nós chegávamos de volta em casa já eram 08 horas da noite. Fiquei nessa vida por 02 anos. Com 15 anos, conheci meu esposo, parei de estudar. Ele não me deixou continuar estudando. Depois disso fiquei mais 11 anos sem estudar. Quando terminei o Ensino Médio, nunca tinha ideia de fazer uma faculdade, eu pensava: já estou velha o que vou fazer mais. Nunca passou pela minha cabeça de ter uma profissão. Para mim era só ser agricultora e nada mais. Daí meu sobrinho me incentivou a fazer o Exame Nacional do Ensino Médio -ENEM, fiz junto com meu filho mais velho, isto no ano de 2019 e tirei uma nota boa. Mas fui fazer por fazer, não acreditava que teria alguma nota. Com a nota do ENEM fiz minha inscrição no curso de pedagogia na UFMS, mais pela insistência do sobrinho. Eu tinha certeza que não ia passar mesmo. Quando saiu a 3ª chamada, meu nome estava lá. Foi muita emoção ler meu nome na lista. Consegui bolsa universitária. Assim estou e este ano termino o meu curso. Hoje estou cursando o último semestre de Pedagogia na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – UFMS, campus de Ponta Porã. (CRISÂNTEMO, entrevista concedida em 06/06/2023).

Nem sempre conseguimos perceber as amarras culturais e sociais a que as mulheres são submetidas dentro da nossa sociedade, pois ao naturalizarmos as relações de poder na sociedade passamos a ter como corriqueiras às imposições e barreiras junto às mulheres, quer seja o pai e posteriormente ao marido, julgando a mulher como incapaz, sendo necessário um homem que a autorize ou elementares, como direito a, estudar, ter um trabalho remunerado. Muitas mulheres não percebem estas amarras sociais e julgam até gostarem delas. Nas contribuições de Rago encontramos algumas reflexões libertadoras:

[...] a questão das relações sexuais e da mulher especificamente nasce a partir das lutas pela emancipação deste sujeito antes definido como “sexo frágil”. E na luta pela visibilidade da “questão feminina”, pela conquista e ampliação dos seus direitos específicos, pelo fortalecimento da identidade da mulher, que nasce um contra discurso feminista e que constitui um campo feminista do conhecimento. É a partir de uma luta política que nasce uma linguagem feminista. E, no entanto o campo teórico que se constitui transforma-se a tal ponto que, assim como a História Cultural, deixa de lado a preocupação com a centralidade do sujeito (RAGO, 1998, p.7).

Para a autora, se não há participação na luta feminista e pautas políticas por igualdade, dificilmente vamos despertar estes sentimentos ou, faremos os enfrentamentos necessários para a equidade na divisão sexual do trabalho e nas outras vivências sociais em que as mulheres sempre foram inviabilizadas. Estas são as dificuldades encontradas nas relações de gênero, com uma alta “aceitação” e a fala perpetuada de que sempre foi assim.

A reprodução do patriarcado, dificultando ainda mais chegarmos à igualdade de gênero e em todos os espaços, sejam eles nas instituições públicas ou privadas. Ou seria muito utópico

pensar numa sociedade onde as diferenças de gênero não sejam a principal razão de nossa divisão social? Faz-se necessário homens e mulheres que tenham esta sensibilidade, para que o patriarcado não seja a maior força contra as mulheres em nossa sociedade. A superação do patriarcado será a superação de modelos de sociedades constituídos historicamente, como destaca Santos,

Uma das características mais destacadas nesse contexto foi a omissão do sujeito na produção do conhecimento, que “esqueceu” trabalhadores, mulheres, indígenas, afrodescendentes, a esses excluídos e excluídas estão, sobretudo, no conjunto de países e regiões submetidos ao colonialismo europeu (SANTOS, 2009, apud, FIGUEIREDO, 2020, p. 8).

Colonialismo que escravizam os afrodescendentes, indígenas, mulheres, tornando-os a todos, mão de obra barata para ampliar o capital do colonizador, depois das colônias os grandes latifúndios que passam a ser formados e mantidos pelo Estado.

Para Azaleia, a vida e o trabalho sempre foram voltados para o meio rural, após se casar passou a morar e trabalhar em fazendas com o marido, ele na roça e ela na casa da fazenda, como cozinheira e com os afazeres e o cuidado dos filhos que passaram a ter. Nos conta sua trajetória para estudar, depois de adulta, já no assentamento Itamarati:

Um das épocas eu também trabalhava na fazenda de cozinheira na sede da fazenda. O marido na roça e eu de cozinheira. Trabalhamos também para os meus cunhados, os irmãos do meu marido, sempre foram ricos, nós que eramos a parte pobre da família. Daí trabalhava para eles. Com as crianças indo para a escola, ali mesmos na fazenda, aquela escola que era tudo junto da 1ª a 4ª série. Trabalhava também limpando a sede da fazenda. Quando terminou a escola para as crianças na fazenda me mudei para a cidade. O meu marido foi trabalhar em outra fazenda, ia e vinha de bicicleta todos os dias, eram 12 km. Neste período eu fui trabalhar de empregada doméstica. As filhas já eram casadas estudaram por lá. Hoje estou cursando o 2º semestre de Gestão em Saúde Pública. Quero ter um diploma para elevar um pouco meu salário. O curso é online. Se eu tivesse continuado morando em Amambai, não tinha estudado, aqui que fui estudar. Lá era até mais fácil, mas, não pensava nisto (AZALEIA, entrevista concedida em 25/05/2023).

A falta de energia elétrica e outras estruturas básicas, poderia ter deixado a vida destas pessoas muito mais difícil, mas, produziu efeito contrário, as uniu para irem juntas estudar. Na escola havia energia elétrica, água gelada, o deslocamento era realizado por meio de ônibus, lá encontravam os vizinhos, vivências que contribuíram para o fortalecimento e pertencimento da comunidade que se iniciava, unindo moradores em busca do conhecimento escolar. Uns iniciando a sua escolaridade, outros dando continuidade. Nesse sentido, no início do

assentamento, como nos relata Azaleia, a escola era o centro de tudo: “tudo acontecia na escola, às reuniões nos finais de semana com o Idaterra, hoje Agraer, ou reunião do nosso movimento, sempre tinha alguma coisa para irmos aos sábados na escola”. (AZALEIA, entrevista concedida em 25/05/2023).

A entrevista com Jasmim, também enaltece a escola. Quando ela veio para o acampamento já detinha o Ensino Médio e isso a inseriu como professora no acampamento, sendo contratada pelo município de Ponta Porã, depois passou no vestibular e foi cursar Pedagogia da Terra, em Rondônia, curso oferecido em moldes de alternância, numa parceria com PRONERA e o MST, oferecido para assentados e acampados.

Minha trajetória é muito bonita, meus pais eram assentados em Nova Mutum/MT, era pequena ainda e meu pai vendeu as terras e veio para Deodápolis. Chegou até a ser prefeito da cidade por 02 mandatos. Nesse período se separou da minha mãe, onde fomos morar em Dourados, com a minha mãe. O pai permaneceu em Deodápolis. A mãe veio com os seus filhos, ainda pequenos. Ali fomos vivendo. Até que um dia uma irmã da igreja veio para o acampamento e na volta me falou que no acampamento tinha vaga para professor. Aí entrei em contato com os dirigentes do MST e vim. Quando vim, só tinha o magistério. Teve uma seletiva para o curso de Pedagogia da Terra, oferecido em Rondônia, pelo Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária/PRONERA. Todos os movimentos estavam neste curso e fiz o vestibular e passei. Daqui do estado passou eu e outra de Dourados. Assim estudávamos nas férias da escola. Eram 15 dias de aula em julho e 45 de aula em janeiro e parte de fevereiro. Isto foi por 04 anos. Depois que me formei fiz 02 pós graduação. Estou no 2º casamento, tenho 03 filhas, já adultas do meu 1º casamento. Duas das minhas filhas moram em Dourados, a outra mora em Cuiabá/MT, todas estão casadas. O meu marido fez o Magistério Superior pelo PRONERA também, mas não atua como professor é motorista do transporte escolar e cuida do lote. Se eu não tivesse vindo para cá minha vida seria muito diferente, continuaria trabalhando na biblioteca da Universidade da Grande Dourados/ UNIGRAN. (JASMIM, entrevista concedida em 21/04/2023).

A coragem de realizar os seus sonhos de atuar como professora, passando a ter sua terra foi o que proporcionou a Jasmim, sair de sua cidade e ir para o acampamento, se fortaleceu na vivência no acampamento, iniciou sua profissão e voltou a estudar, o que dificilmente teria acontecido se tivesse continuado na sua cidade, conforme nos relata.

Hortência não passou pelas mesmas dificuldades apresentadas pelas mulheres participantes da pesquisa para estudar, nem ficou fora da escola, mesmo quando morava na área rural no Paraguai. Entre as idas e vindas do Paraguai para o Brasil, seguia estudando. As dificuldades apresentadas eram outras, como a de ser alfabetizada por um professor paraguaio em uma turma multisseriada. Enfrentava a mudança do idioma e do sistema de ensino, em

turmas mais numerosas e não mais multisseriada. Quando retornava para o Paraguai, enfrentava a realidade de se readaptar novamente, como demonstrado no seu relato.

Eu estudei no Paraguai, numa área rural, tinha uma colônia de brasileiros, só o professor era paraguaio, o restante todos brasileiros, isto os alunos. Todos ali tinham um pedacinho de terra, onde produziam, não tinham luz elétrica, água encanada, não tinha nada disto. Fomos para o RS, mal comecei a estudar lá e voltamos para o Paraguai na mesma região, só que agora na cidade, chamada Troncal Quatro, Nova Esperança, pero de Salto Del Guaira, ali estudei do 6º ao 7º ano. Daí viemos para MS, para o acampamento. Meu pai ficava no acampamento, eu com minha mãe e a irmã Denise que é especial, ficávamos na cidade. Nesse período estudei na Escola Municipal João Carlos Pinheiro Marques. Teve uns desentendimentos no acampamento que meu pai desencantou, e eles decidiram voltar para o Paraguai. Então voltamos para a mesma cidade, eu acabei indo para a cidade Del Leste. Fui trabalhar com minha irmã. Fiquei lá 02 anos e meio. no início de 2005, voltei para o acampamento. Assim comecei a estudar aqui, início do ano de 2005, fiz o 1º ano do EM, comecei o 2º ano do EM. Nisso minha irmã veio passear aqui me convidou para voltar a trabalhar com ela de novo. Assim terminei o 2º ano do EM no Paraguai. No início de 2007, meu irmão chamou para morar com ele no RS, e eu fui. Terminei o meu EM lá. O RS é um Estado um pouco diferente do nosso, onde eu morava, tinha muitas indústrias, fábricas de calçado. As pessoas terminam o EM, param de estudar, começam a trabalhar nas fábricas e era essa a vida. Meu pai não queria que eu fizesse isso, ele queria que eu estudasse. Só que eu não tinha possibilidade de eu fazer isto. Porque trabalhava ganhava um pouco, a cidade que eu estava não tinha faculdade, precisava se deslocar até a outra cidade, pagar transporte, essas coisas. Eu meio que tinha decidido em fazer um curso técnico. Só que vim no final de 2007 passear, comentei com minha mãe que queria voltar. Aqui eu tinha bastante amigos, sentia muitas saudades dos meus pais. (HORTÊNCIA, entrevista concedida em 12/09/2023).

Das mulheres participantes da pesquisa Hortência é a que tem maior escolaridade, após a Licenciatura em Ciências Sociais/PRONERA/UFGD, fez outra graduação, mestrado e doutorado, estes dois últimos na mesma universidade na qual conquistou o seu primeiro diploma universitário. Foi a primeira de sua família a ter um diploma de ensino superior, assim como a ter o mestrado e o doutorado. Ela nos conta como foi para ingressar na Licenciatura em Ciências Sociais pelo PRONERA, fala das experiências vivenciadas durante o curso que foram ímpares como nos relata Hortência,

Um dos meus amigos falou do curso do PRONERA/UFGD, para o meu pai. Que seria um curso para filhos de assentados. Na hora meu pai não deu muita bola, pois eu estava empregada e não sabia que eu queria vir embora. Eu já tinha sido promovida na fábrica por 03 vezes. Ai o meu pai comentou com a minha mãe sobre um curso de faculdade, mas não liguei muito, pois ela não vai querer vir embora para cá, deixar a cidade e o emprego. A minha mãe responde: - Ela quer vir embora sim, vai atrás, pergunta direito como vai ser.

Vai meu pai atrás, falou com umas 05 pessoas para ter todas as informações. Meu pai me liga, nem entendi direito o que era, pedi as contas da fábrica, trabalhei 15 dias pagando aviso e vim embora. Cheguei ao assentamento já tinha o lote, a casa não estava pronta ainda, não tinha vidros nas janelas e nem luz elétrica, demorou uns 04 meses para termos luz elétrica. Ai fui me inteirar de como seria essa faculdade, o pessoal do MST me orientou, fiz minha inscrição para o vestibular, participei do cursinho em Sidrolândia, eu a Graci e o Marcos meus amigos daqui. A gente fez o vestibular, passei e fui para a faculdade. Na época não entendi que curso seria, que ia fazer. Só sabia de uma coisa: ia fazer faculdade. Era a alegria da família alguém ia ser formado. Não sabia nem para que era o curso que estava estudando, que ia ser professora, nem o que era Ciências Sociais, que serviria para dar aulas de sociologia. Só fui fazer faculdade, fui descobrir no 2º ano que ia ser professora. Se não fosse o curso do PRONERA, não fosse um governo que pensasse as políticas públicas para pobre eu não tinha estudado. Porque minha família não tinha condições nenhuma de me manter numa faculdade, mesmo pública, teria que pagar aluguel, comprar uma mobília, pagar transporte, alimentação, na época não tinha condições. Faculdade particular impensável, como iria pagar a mensalidade se não tinha dinheiro? O PRONERA foi o que transformou a minha vida. Daí fui para o curso estudei 04 anos, aprendi muita coisa, briguei com muita gente, chorei muito, era criança na época, fico pensando como os adultos aguentavam a gente? Tinha adolescente sem noção, acabado de sair do EM, um pessoal já formado, que tinha uma experiência de vida, sabia como funcionava, e outros mais velhos perdidos iguais aos adolescentes. Fico pensando hoje: - Senhor amado! Como o povo da universidade aguentava a gente? Por que era uma infantilidade gigante. Mas o curso foi me transformando, se não fosse o curso do PRONERA não sei onde estaria. Provavelmente seria uma bolsominia, conservadora no RS, trabalhando colando sapato. O curso me fez entender o feminismo e a sua importância, a importância das políticas públicas, a importância de você ter oportunidades, porque, enquanto vivermos numa sociedade que prega muito a meritocracia, o que não é. A gente pode ser muito esforçada, pode ter todo o esforço do mundo, se não tiver oportunidade certa não tem para onde fugir. (HORTÊNCIA, entrevista concedida em 12/09/2023).

A experiência de ser estudante numa universidade pública, em um curso voltado a atender aos sem terras, pôde assim contribuir com a formação de muitas pessoas destas comunidades de assentamento, com uma turma de 58 acadêmicos. O curso contribuiu de maneira ímpar com a transformação social destas pessoas e suas famílias, com o conhecimento e oportunidade de ter uma profissão. Para Farias e Menegat,

A criação do curso contribuiu sobremaneira para o fortalecimento dos movimentos sociais e dos indivíduos que buscam autonomia e a formação de uma postura crítica, mesmo não participando diretamente de uma organização social. Incentivou-se os sujeitos sociais a trilharem caminhos para além do acesso a terra, ao trabalho, á moradia, estendendo sua atenção e forças ao empoderamento de mulheres e homens, participes de diversas gerações (MENEGAT, FARIAS, 2009, p. 27).

Como podemos confirmar na fala de Hortência, “Então falo que sou filha de movimentos sociais e sou fruto de políticas públicas. A importância de você ter oportunidade, porque hoje fiz uma 2ª graduação em história, fiz mestrado em história, estou terminando doutorado em história na UFGD também”. (HORTÊNCIA, entrevista concedida em 12/09/2023). Este curso de modo particular contribuiu para a transformação da realidade social da Hortência, pois a partir dele, conquistou vaga no serviço público como professora, podendo assim contribuir com o seu trabalho na formação de tantos outros jovens da sua comunidade, os incentivando a buscarem a sua transformação social por meio de qualificação profissional, possível através da educação.

Ter assegurado o seu espaço e o reconhecimento profissional na comunidade que se inicia a partir da reforma agrária, é um desafio para estas mulheres que voltaram a estudar, na sua maioria depois de terem vindo para o acampamento, assim conquistando além da terra uma profissão através da educação que contribui para “a transformação das relações de poder” (FARIAS, 2009).

3.2 A vida após o concurso e início no serviço público

O acesso à educação acadêmica garantiu as mulheres participantes de nossa pesquisa condições para concorrerem para ocupar vagas no serviço público. A aprovação em concursos às tornou servidoras públicas atuando em diferentes instituições que prestam serviços de atendimento nos assentamentos Itamarati I e II, lugares em que elas são também assentadas e/ou filhas de pessoas assentadas. Vejamos a tabela a seguir, com as instituições públicas que reúnem maior número de mulheres assentadas ocupando cargos;

Tabela - 2 A totalização de mulheres no atendimento público

Área da Educação				Área da Saúde			
Local	Nº Servidores	Nº de Mulheres	Nº de Mulheres Assentadas/ Concursadas	Local	Nº Servidores	Nº de Mulheres	Nº de Mulheres Assentadas/ Concursadas
EE Prof. José E. D. S	61	42	29	PSF Emerson José Hatmann	07	05	04
EE Prof. Carlos P.S.	46	31	05	PSF Geraldo Garcia	32	22	20
EM Nova C.	33	14	10	PSF Anastácio Basilio Pires	28	10	05
EE Nova I.	122	95	56	PSF Dr Carlos Augusto Pissini Sobreiro	17	14	10
TOTAL	262	182	100	TOTAL	84	51	39

Fonte: Dados da pesquisa de campo.

Pela tabela pode-se observar que as mulheres nas escolas do Assentamento Itamarati I e II ocupam maior o número de cargos, inseridas no conjunto que envolve o processo de educação, somando 262, destas 100 são de mulheres assentadas e concursadas, que ocupam cargos de professoras e funções administrativas nas escolas. São mulheres que buscaram a qualificação e atualmente assumiram as salas de aulas, preparando crianças, adolescentes e adultos em suas formações. O que isso significa em termos delas e das comunidades? Pode-se afirmar que ao fazerem parte da comunidade, conhecem a dinâmica da vida, bem como os problemas que envolvem as pessoas em seus diferentes cotidianos, podendo ser incentivo a outros tantos jovens que estão em busca de uma profissão ou mesmo, para as pessoas que estão iniciando na luta pela terra nos acampamentos que voltam a ocupar as margens das rodovias em vários lugares no município de Ponta Porã e em outras localidades também.

O atendimento à saúde também se configura como um dos espaços com forte presença de mulheres assentadas. Vemos que do total de 84 de servidores da área da saúde, 51 são ocupadas por mulheres e destas 39 são de mulheres assentadas e concursadas. Algumas destas mulheres estudaram nas escolas públicas após a implantação dos assentamentos outras deram continuidade a sua escolaridade e hoje atuam profissionalmente no serviço público. Algumas

destas mulheres se sentem realizadas com a escolaridade que alcançaram, não almejam dar continuidade, ou buscar outras qualificações ou profissão.

Há, ainda, mulheres que continuam estudando e buscando outras atuações profissionais, como nos conta Flor de Lótus, que atualmente faz parte da segurança pública na polícia militar “Futuramente, quero ser delegada. Para isto estou me preparando, cursando direito” (FLOR DE LÓTUS, entrevista concedida em 21/04/2023). Ela é uma das nossas entrevistadas que não passou pela vida no acampamento, sendo filha de ex-funcionário da fazenda Itamarati, hoje assentado. No entanto, ela tem sua vida construída naquele lugar, visto que nasceu, cresceu, estudou trabalhou nas escolas públicas municipais e estaduais na antiga Fazenda Itamarati, atual Assentamento Itamarati. A formação escolar possibilitou ingressar na polícia militar mediante concurso. Mesmo não tendo passado por acampamento sentiu a mesma discriminação dispensadas aos sem terras, quando iniciou sua faculdade na cidade de Ponta Porã, conforme relatado na entrevista,

Tinha a questão de quem morava aqui na sede e quem vinha de ônibus, se vinha de ônibus muitas pessoas excluía. Foi uma das coisas que também depois, passamos na faculdade, chegava os escolares da Itamarati, as pessoas que moravam na cidade tinham aversão a quem morava no assentamento. Não sei o porquê! Se somos todos iguais. Hoje em dia acabou esse negócio, da Itamarati e Ponta Porã é a mesma coisa. Pelo menos é o que vejo, caiu o preconceito. Nunca parei para pensar o que pode ter gerado esse preconceito. Antigamente até minha mãe falava que sofria com isto. Ela trabalhava aqui como professora nas escolas do município e Estado e a noite estudava em Ponta Porã. Talvez as pessoas tenham entendido. O preconceito hoje é menor de quando fiz a minha primeira graduação, hoje estou cursando direito, as coisas são bem diferentes. Na primeira faculdade que cursei sentia o preconceito com quem ia daqui da Itamarati e agora é tudo normal, continuo indo de ônibus, é outro nível. Acabou esse negócio de que morar na Itamarati não serve. No meu serviço é tranquilo, não tem essa diferença de morar aqui ou outro lugar. É tudo normal. (FLOR DE LÓTUS, entrevista concedida em 21/04/2023).

Para Flor de Lótus a discriminação existiu praticada pelos estudantes da cidade, em relação às pessoas que iam do assentamento para estudar na cidade, mesmo quando estes também eram pobres. As pessoas não buscavam se informar para ampliar seus conhecimentos sobre as questões sociais. Em relação ao ambiente de trabalho, Flor de Lótus nos fala de como chegou a este serviço,

Trabalho 8 vezes no mês, na minha escala vou e volto o que não interfere em nada no meu serviço. Tem colegas que mora mais longe, Dourados, Campo Grande, eu aqui na Itamarati sou privilegiada por estar perto do meu serviço. A Itamarati fica no meio do caminho. No curso de formação fiz em

Dourados/MS, e era perto também, tanto que conseguia vir todos os finais de semana para casa. Vinha por Ithaum que são 120 KM. No serviço é tudo igual, o negócio é passar, ser aprovada no concurso e nas outras etapas. Era meu sonho ser policial desde criança, quando comecei a estudar, comecei a conhecer o que era concurso público e meu pai me influenciou a prestar concurso. Eu que decidi ser da Polícia. Eu estava estudando para o concurso da Polícia Rodoviária Federal – PRF, que o salário é bem maior, mas no meio do caminho passei para a militar. O que facilitou por ser estadual e a possibilidade de continuar morando na minha casa. No outro até a formação inicial pode ser em outro Estado. Eu continuo estudando porque almejo outros concursos públicos. Por isto optei por estudar o curso de direito, porque quero prestar concurso para delegada aqui no Estado, este é meu foco agora. Por ser filha de assentado, por estar no assentamento que não tem tanta estrutura, me sinto vitoriosa por ter corrido atrás de uma formação de ter sido aprovada num concurso público. (FLOR DE LÓTUS, entrevista concedida em 21/04/2023).

Flor de Lótus, não sente diferença no seu trabalho por ser do assentamento, como afirma, almeja outra profissão e para isto continua estudando. O seu irmão está aguardando ser chamado para o curso de formação da PM, será mais um do assentamento assumindo concurso público. Perguntada como é estar nas ruas sendo mulher no trabalho na PM, ela narra:

Tem toda a preparação para o que pode acontecer, uma mulher na equipe tem a função de fazer revista em outras mulheres. Acredito que este é o motivo de terem pedido uma mulher para cá. O crime não escolhe sexo, homem ou mulher. O policial homem não pode estar revistando uma mulher, tendo uma mulher na equipe está pode revistar. Assim como já aconteceu de encontrar armas, drogas, com mulheres, mesmo estando com crianças no colo, então a gente sai na rua andar e vemos que as mulheres falam: - olha uma mulher na viatura! Chega a ser um exemplo para as outras mulheres. (FLOR DE LÓTUS, entrevista concedida em 21/04/2023).

As mulheres ocupam espaços diversos em todos os serviços públicos, mesmo em funções que até recentemente eram ocupadas exclusivamente por homens, como no caso da segurança pública, sendo sua presença obrigatória nessa atividade, para a abordagem/revista das mulheres sob suspeita de ilicitudes. Isso demonstra mudanças nos próprios procedimentos da polícia, que há poucos anos não mantinha equipes com diferentes gêneros. A presença de mulheres policiais nas abordagens com mulheres, tráz a idéia do respeito para com as pessoas, evitando constrangimentos.

Outra participante da pesquisa é Jasmim, professora da rede municipal de Ponta Porã, atuando durante um período da jornada na Educação Infantil, na escola situada no assentamento, no outro período é aposentada pelo INSS, como professora convocada do estado de MS. Ela nos fala das conquistas que teve após ser assentada e como se tornou servidora pública:

Vim para o acampamento em 2002 com dois objetivos: ter minha terra e ser professora. Fiquei no acampamento e pré-assentamento. Aqui conquistei a minha terra, sou professora efetiva do município, conheci meu atual marido e só tive vitórias. Quando cheguei vi a necessidade dos brasiguaios – brasileiros que estavam voltando do Paraguai- para estudarem, pois os mesmos não tinham documentos de brasileiro para efetuarem sua matrícula na escola pública. Daí montamos 03 salas de aula a prefeitura nos contratou, na época o prefeito era o Wagner Piantoni -PT. A escola foi feita pelos acampados, era de madeira e lona, tinha o reconhecimento do município de Ponta Porã. No início o nome era Escola Municipal José Prates. Depois os acampados em reunião colocaram o nome de Escola Municipal Nova Conquista, o mesmo nome do acampamento. Quando mudou o nome quem estava de secretária de educação era a professora Leny a qual acatou a decisão dos acampados. Gosto muito do que faço e vejo ser necessário ter amor e carinho por tudo que se faz e não é diferente na profissão. Hoje eu tenho minha terra, uma casa boa, um carro bom e meu emprego. Não teria nada destas conquistas se não fosse à coragem de enfrentar a luta no acampamento. No início os recursos eram muito difíceis de acessar o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar/PRONAF. Precisa de muitos documentos, dos quais não tínhamos. Um deles era a questão do endereço. A alternativa encontrada foi abrir as associações para que estes dessem declaração de endereço e a igreja católica, o padre, assinava essa declaração de endereço para ajudar as pessoas. Com os créditos a vida no lote foi ficando mais fácil. Eu tinha meu salário que ajudou e ajuda muito até hoje. Mas, não era a realidade dos demais. No acampamento dei continuidade a minha formação no curso do PRONERA, com o curso me possibilitou fazer o concurso no qual fui aprovada. Hoje não consigo imaginar minha vida fora daqui como seria. Quando vou a Dourados é tudo tão estranho nem parece que já morei ali. (JASMIM, entrevista concedida em 21/04/2023).

Na fala de Jasmim podemos constatar a mistura de atuações que compuseram sua vida, especialmente duas delas, aquela da escola, lugar onde exerce à docência e gosta do que faz, associada a aquela do lote, onde atua com os plantios. Podemos perceber a importância que a luta pela terra teve em sua vida, ter estudado e conquistado o seu espaço enquanto professora na escola municipal do assentamento. A educação do campo esteve presente no início de sua profissão na escola do acampamento, na sua formação na Pedagogia da Terra/PRONERA em Rondônia, curso que lhe possibilitou passar no concurso do município na Educação Infantil, deixando de ser professora convocada. Condição alcançada porque estava em um assentamento de Reforma Agrária, pois sem ele nada teria acontecido.

Então, a reforma agrária produz condições para que ocorra mais do que produção de alimentos, produz autonomia, empoderamento, autoestima, pertencimentos sociais. A educação do campo, outra demanda construída na luta pela terra, é também um produto da reforma agrária, produzida pelas e para as pessoas da reforma agrária. Nas contribuições de Marshner sobre a educação do campo,

Se considerarmos três os principais ativos estruturantes do desenvolvimento do campo – terra, crédito e educação -, veremos que este último, sempre fora relegado a papel secundário pelas políticas públicas. No campo da educação, acumula-se há décadas uma dívida social que se expressa num complexo processo de exclusão social. (MARSHNER, 2009, p. 72).

A continuidade na escolaridade, após o engajamento junto ao seu movimento social foi o que proporcionou a nossa entrevistada poder trabalhar enquanto servidora pública. Jasmim nos fala sobre as suas atividades junto ao seu movimento social o MST durante o tempo de acampamento, onde conciliava o trabalho de professora com a militância:

O MST é um movimento muito bom, tem regras, normas, só quem conhece realmente valoriza. O MST não é o que sai na mídia, porque lá só passa que somos baderneiros. Porém aqui o MST é uma lição de vida. Tem coisa ruim, mas tem o bom que ele dá o ensinamento, através dos setores organizados, nenhum interfere no outro setor. No acampamento eu era da Educação e cuidava desse setor, tudo era decidido no grupo. Até a coordenar uma reunião a gente aprendeu. Fui em 03 marchas nacionais para Brasília. Foi muito emocionante, junto com um grupo de alunos também, sendo responsável por eles, junto com meu marido. É muito emocionante ver a multidão, as barracas com a diversidade de comidas de todos os Estados. Das crianças que fomos para marcha ainda encontro por aqui. Hoje já são adultos. É um exemplo de vida que ficou para mim. (JASMIM, entrevista concedida em 21/04/2023).

Jasmim ressalta a organização interna no acampamento, bem como a criminalização feita pela mídia ao MST, o que contribui com a discriminação e preconceito dirigido as pessoas pertencentes aos movimentos sociais de luta pela terra.

Outra participante da pesquisa, Carmélia, conta que quando veio para o acampamento já possuía o Ensino Médio e aqui deu continuidade aos seus estudos, sendo aprovada no concurso para Agente Comunitário de Saúde, conformes nos relata.

Quando ainda morava em Eldorado trabalhei como monitora em uma escola. Gostei muito de estar trabalhando na escola, o que me motivou a estudar Pedagogia e depois pós graduação em Educação Especial. Consegui passar no concurso para Agente Comunitário de Saúde. Na educação o concurso é muito mais difícil. Valeu muito a pena ter vindo para o acampamento, ele faz parte da minha história de vida. Acho muito tranquilo trabalhar e morar no assentamento. Os meus filhos gostam daqui, quero que fiquem por aqui comigo, que não vão embora. No sitio hoje tenho mais lavoura, acabei com o gado. Arrendo uma parte, na outra planto alimentos para o consumo, que é na parte mais próxima de casa. Espero que o pessoal que está no acampamento que se inicia insistam até conquistarem a sua terra, se é esse seu objetivo. Vale a pena insistir. (CARMELIA, entrevista concedida em 07/08/2023).

Nas palavras de Carmélia, a sua ida para o acampamento lhe proporcionou muita mais do que a conquista da terra, também uma profissão. Profissão que exerce na sua comunidade podendo contribuir com o bem estar e melhoria das famílias que estão sob a sua responsabilidade, pois pelas distâncias a serem percorridas até o posto de saúde, ter quem os avise das ações e campanhas a serem realizadas no posto de saúde, agendar uma consulta, exames é de grande ajuda para os moradores. Perguntado como é para ela a relação com os médicos e enfermeiras que vem da cidade para atender no posto de saúde em que trabalha, ela nos relatou um ambiente no qual as relações parecem acontecer de forma colaborativa e respeitosa, como expresso em suas palavras:

Os profissionais que vem de Ponta Porã vem de manhã e retornam à tarde. Tem uma van da prefeitura que faz o transporte destes profissionais. Os médicos a meu ver são muito esforçados, tanto quanto o nosso enfermeiro, são super dedicados e atenciosos com os pacientes. A equipe é ótima, o coordenador do posto é sempre bem prestativo e companheiro, um excelente profissional. (CARMELIA, entrevista concedida em 07/08/2023).

O convívio no ambiente de trabalho com os profissionais que vem de Ponta Porã e atuam nos postos de saúde no assentamento, não tem causado estranhamento com os demais profissionais que moram no assentamento. Crisântemo nos conta das mudanças que passaram a ter em sua vida desde que conquistou a sua terra e assumiu o concurso, atuando no setor de limpeza na escola.

Eu queria um emprego que eu pudesse ficar minha vida toda. Antes eu cuidava da minha casa e fazia faxina na casa de um e de outro. Em 2018, passei no concurso para agente de limpeza. No edital eram 02 vagas, eu passei em 8º lugar, depois de 04 anos ampliaram as vagas e eu fui chamada. Trabalho na mesma escola na qual eu e meu marido estudamos e os meus filhos estudam na mesma escola. Da minha família eu quem estou melhor financeiramente hoje. Hoje tenho o meu carro, para comprar a entrada foi com recurso da lavoura, o restante parcelei, consigo pagar com o que recebo da bolsa universidade. Hoje tenho até plano de saúde, não dependo de esperar um ano para fazer um exame pelo SUS. A minha mãe voltou para a casa dos meus avós, meus irmãos tem casa na cidade todas financiadas pelo Minha Casa Minha Vida, vão conseguir pagar com o tempo. O meu sítio foi à porta para uma vida melhor. Hoje estou no serviço público, estudando pedagogia numa universidade pública na UFMS de Ponta Porã/MS. Tenho o meu salário que ajuda bastante. Sou muito grata a Deus, pela experiência que tenho hoje, mesmo que tenha sido sofrido. Antes ouvia muito que sem terra é um bando de vagabundo, não tem o que fazer, mas graças a isto que tenho o que tenho hoje. Enquanto há vida há luta! (CRISÂNTEMO, entrevista concedida em 06/06/2023).

A reforma agrária não é só a distribuição de terra, vai muito além. É a transformação das pessoas que conquistaram a sua terra. Junto com a terra tem a realização dos sonhos, a busca da vida digna vai se tornando realidade, mudando o destino de toda uma geração. Se os pais voltaram a estudar, os filhos também irão estudar, ampliar seus conhecimentos seja para buscar trabalho fora, ou para cuidar melhor da terra usando as tecnologias, tendo assim uma melhor produção. No assentamento Crisântemo conseguiu seu sonho para além da terra, o “emprego que eu pudesse ficar minha vida toda” e por isso é muito agradecida. Perguntado como é a relação com as demais pessoas no seu local de trabalho e as maiores dificuldades em se viver no assentamento ela nos disse,

Temos uma relação muito boa no trabalho, somos tratados como se fossemos uma família não tem nada melhor do que ser acolhido com amor num lugar novo pra gente. Não sinto tratamento diferente entre os colegas ou quem trabalha nas outras funções, os professores, o pessoal da secretaria, direção outros setores, todos nos tratam muito bem, sempre respeitosos. A maior dificuldade que vejo hoje no assentamento são as distâncias que precisamos percorrer para ter acesso aos serviços que precisamos. Tudo temos que ir até a cidade de Ponta Porã. (CRISÂNTEMO, entrevista concedida em 06/06/2023).

A ausência de outros serviços públicos no assentamento é para Crisântemo o que mais dificulta os moradores do lugar, visto que a depender do que necessitam, precisam se deslocar até a cidade, como por exemplo ir a uma agência bancária, ou ao INSS, fazer um exame médico, ou outra situação.

Azaleia nos conta como foi conseguir ser concursada como recepcionista num dos postos de saúde do assentamento.

Em maio de 2006, assumi no posto de saúde. Antes disso trabalhei contratada de cozinheira na escola por 04 anos. Nesse período fiz o concurso do estado para agente de limpeza, passei, mas o concurso caducou e não fui chamada. Quando tomei posse em 2006, o concurso era na limpeza no posto de saúde. No ano de 2009 passei em outro concurso, agora para a recepção, no qual tomei posse no ano de 2011. Continuo trabalhando no mesmo posto em que eu era atendida nos procedimentos de saúde, fica mais próximo da minha casa. Nisso já se vão mais 12 anos. Se juntar todo o meu tempo de serviço já dá para aposentar. Mas primeiro vou terminar minha faculdade, quero ter minha promoção com aumento no meu salário antes. No município mexeram no nosso Plano de Cargos Carreira e Remuneração – PCCR, a cada 03 anos subíamos uma letra, nessa reforma que fizeram jogaram todos de novo na letra A. atrapalhou toda nossa carreira. Logo mais terei meu Ensino Superior, vai aumentar um pouquinho no meu salário. Já tive problemas com a minha DAP, por estar trabalhando no município. Acho errado, a gente é daqui, trabalha aqui, mora aqui, evoluiu aqui e querem breçar a gente de ser concursada. (AZALEIA, entrevista concedida em 25/05/2023).

Azaleia, após a conquista da terra chegou ao serviço público, agora concursada, assegurando uma carreira que teve suas alterações entre as reformas imposta pelos administradores. Reformas nas quais sempre os servidores públicos sofrem percas. Nunca se fazem reformas para ampliar direitos, sempre perdemos o pouco que havia sido conquistado. O bloqueio da DAP⁷ para quem passou a ser servidor público é outro problema que os assentados enfrentam. Sem a DAP, todos os créditos aos quais tem direito ficam bloqueados, dificultando ainda mais a produção de alimentos no assentamento.

Além disso, negar o acesso às políticas agrícolas negando a DAP, instrumento necessário e que as viabiliza, pelo fato de a pessoa assentada estar exercendo concomitantemente duas funções, de produtora de alimentos e de funcionária pública, é negar também a existência de um núcleo familiar atuante e que na ausência de um de seus membros (que está no serviço público), pode dar encaminhamento ao processo de produção. E mais, essa negativa não reconhece a capacidade de formação das mulheres e homens de assentamento, de assumirem a execução de suas demandas em órgãos governamentais, relegando todo o esforço que empreenderam em sua capacitação. É como se não fossem capacitadas para essas funções, mas apenas para plantar e colher.

A contradição nisso tudo é que a negativa da concessão da DAP é emitida pela INCRA, órgão que apoia assentamentos, tanto na organização da infraestrutura, como da política agrícola e também fomenta cursos de alfabetização, de ensino médio e de graduação para pessoas assentadas. Ou seja, o mesmo órgão que participa do processo de capacitação, nega o movimento de quem se capacitou. Isso tudo indica que na estrutura de serviços, se entende que estes devem estar a cargos de pessoas de fora dos assentamentos, mantendo os assentados na produção, o que não é verdadeiro, porque como dissemos anteriormente, se as pessoas que convivem com os dilemas e as possibilidades das comunidades, conhecem e encaminham demandas, ao ocuparem os cargos nos órgãos públicos existentes na comunidade, melhor compreenderão as necessidades das pessoas que procuram pelo atendimento. Diante disso se faz relevante ressaltar que essa é uma demanda que precisa ser ampliada no âmbito dos assentamentos.

Quando perguntamos a Azaleia como é trabalhar junto com pessoas que vem da cidade, como os médicos, as enfermeiras e de quais serviços poderiam ainda ser incorporados no atendimento do posto, ela nos disse:

⁷ No ano de 2023, a Declaração de Aptidão ao Pronaf- DAP, foi desbloqueada pelo INCRA para este grupo de assentados servidores públicos.

A relação com os médicos e enfermeiras que vem da cidade é muito boa, sempre são muito gentis com a gente. Uma das coisas que gera muitas reclamações é a espera nos agendamentos de consulta e especialidades. Na emergência chegam e são atendidos, quando agendam, a espera sempre gera descontentamento. No assentamento precisamos ter especialistas, como: ginecologista, pediatra, ortopedia, pois são especialidades que tem muita demanda e dependemos tudo de agendar para Ponta Porã. Tem uma pediatra uma vez por mês, mas não atende a necessidade de todos, o que gera muita reclamação. Precisamos também de psicólogos, fisioterapeutas, fica muito longe ter que ir para Ponta Porã pra ter estes atendimentos, pois tem os custos de ir e vir, a distância do terminal rodoviário até o Centro de Especialidades João Kaiyat e a agenda de espera para ser atendido nas especialidades. Isto gera descontentamentos das pessoas e muitas reclamações. (AZALEIA, entrevista concedida em 25/05/2023).

Outra entrevistada, Tulipa, trabalhadora da educação, professora de geografia, fala emocionada como foi tomar posse no concurso e estar trabalhando na mesma escola que iniciou sua profissão com o curso do magistério, voltando a estudar para assegurar seu trabalho.

Em 2013 saiu um concurso, passei fiquei em 5º lugar. A Andreia, minha colega de geografia, que é daqui também passou. O negócio era além de passar no concurso era continuar trabalhando na mesma escola, que é perto de casa. Para minha sorte, ou Deus sabe de todas as coisas. O marido da Andreia fez a inscrição dela para Ponta Porã. A classificação dela foi melhor que a minha, ela passou em 3º lugar. Ela foi chamada a assumir na cidade. Eu continuei orando e aguardando a minha chamada. Os outros 04 que passaram na minha frente não eram daqui do Assentamento. Tomaram posse, ficaram pouco tempo e pediram remoção para seus lugares de origem.

Quando saiu a primeira remoção daqui a Andreia também pediu a dela para cá. Mas, no momento só aparecia às vagas da Escola Prof. Carlos Pereira da Silva, ela foi removida para lá. E eu aguardando minha chamada. Um dia, quando cheguei à escola, os colegas me receberam com muita euforia me dando os parabéns, e eu perdida, pensei; - Ué não é meu aniversário. Nesta época a gente só tinha internet na escola, a gente ficava sem informação. O secretário me falou: - Não tá sabendo de nada? Eu respondo: - Não! Ele: - Você foi chamada no concurso mulher! Não aguentei, comecei a chorar de tanta alegria. No dia da posse, só tinha vaga para a E.E. Prof. Carlos Pereira da Silva, que fica mais distante da minha casa e não tem transporte escolar daqui para lá que eu pudesse usar. Assim comecei a ir todos os dias para a escola Carlos Pereira. E só pensava: -Deus eu tenho que voltar para a escola José Edson! Perto da minha casa. Fiquei indo na escola Carlos Pereira por 06 meses, de 15 de julho até dezembro. Num dia de muita chuva, em que quase cai no rio para atravessar a ponte, o meu filho quem estava me levando, ele estudava ciência da computação no IFMS/Ponta Porã. Nesse período teve muita greve, ele estava em casa e me levava na escola, eu não sei dirigir. Neste dia de muita chuarada saiu publicada minha remoção. Tinha feito meu pedido escrito de próprio punho, contando toda minha trajetória, as dificuldades para ir e voltar da escola, e que tinha vaga mais próxima na outra escola. Neste dia era formação continuada para os professores. De manhã fui na EE Prof. Carlos Pereira da Silva e a tarde na EE Prof. José Edson Domingos dos santos. Na hora que cheguei à escola José Edson, o secretário me chamou para escolher as aulas. Eu estranhei. Como assim? Aí ele me falou: - Saiu sua remoção. Já

comecei a chorar de novo, pois tinha ido à outra escola, quase cai no rio, à água tinha coberto a ponte, passado tanto medo. Assim pude escolher minhas aulas na escola que eu queria e lá estou até hoje perto da minha casa. No sítio já está bem organizado, os meus filhos já crescidos. O meu filho trocou de curso foi para a agronomia, já está casado e a minha filha está terminado medicina no Paraguai. Hoje estou na coordenação pedagógica por 20 horas. As coisas foram melhorando eu fui diminuindo a carga de trabalho fora de casa, só estou trabalhando no meu período de concurso. (TULIPA, entrevista concedida em 20/05/2023).

Ao analisar o seu passado com os olhos do presente Tulipa fala emocionada, de como foi saber da sua aprovação e nomeação no concurso público, novamente a escola como a grande colaboradora, agora com as comunicações oficiais, visto que os recursos e internet ainda eram escassos no assentamento. Nos últimos concursos públicos realizados pelo Estado de MS, houve elevada reprovação. No concurso de 2018 a reprovação foi de 99,5%, ou seja, apenas 75 pessoas foram aprovadas e isso do total de 14.133 inscritos. Então, o fato de Tulipa se encontrar entre os servidores públicos com aprovação nos últimos concursos é desafiador, especialmente pelo grau de exigência imposto aos participantes. A fé em Deus que conseguiria alcançar seus sonhos a movia a cada dia. Perguntado a Tulipa se valeu a pena ter vindo para o assentamento, ela nos disse:

De quando cheguei só falo: Valeu a pena! Ainda tem umas coisas que quero conquistar ou melhorar, mas meu sonho maior já está realizado. Sou a primeira da minha família a ter um curso superior. A primeira também a ter Ensino Básico. Sou a primeira da família que os filhos estudaram. Mas tudo partiu da conquista da terra. Se não fosse isto não estaria onde estou hoje. Eram apenas sonhos, mas sem ter nenhuma visão de como seria o futuro. Se não tivesse vindo pra cá, passado por toda esta trajetória, eu não teria o que tenho hoje, porque eu não sonhava. Passei a sonhar depois que vim pra cá. Antes, quando eu via um outdoor falando de faculdade, ou que alguém passou no vestibular, ou mostrando o desempenho dos alunos, eu não me via ali. Eu mesma me excluía. Porque pensava: - Isto não é para mim! Se não fosse a terra até hoje eu ia estar vendo os outdoors pela janela do ônibus e continuar afirmando que não era para mim. Hoje tenho meu carro. E quando vejo alguma coisa já penso se não é para mim pode ser para os meus filhos. Quando eu poderia ter dado o que meus filhos têm hoje? Nunca! Querendo ou não nós somos um espelho para os nossos filhos. Você desperta sonhos e desejos neles. Se você não tem esses sonhos, vai despertar o que neles? Nada! Tudo o que tenho e faço hoje tem ali o vínculo com a terra. (TULIPA, entrevista concedida em 20/05/2023).

O assentamento como espaço que oportuniza sonhos. Nele, Tulipa aprendeu a sonhar, deixando apenas de olhar o mundo, como se ela não estivesse nele. Ela passou a acreditar e a desejar uma vida melhor e a efetivou, indo para a universidade, lugar que acreditava não pertencer a ela. Estudou, se capacitou, abriu caminhos para ela e para seus filhos, para que

também construíssem pertencimento social. Oportunidades que surgem oriundas das políticas públicas, contribuindo para que homens e mulheres tivessem ascensão social, mobilidade na pirâmide social a qual estavam fadados a continuarem estagnados por várias gerações, numa sociedade que busca ter e acumular, sem se importar com os demais, que ficam sem o mínimo necessário para a sua sobrevivência. Hortência, também reflete sobre caminhos e pertencimentos sociais.

Então, falo que sou filha de movimentos sociais e sou fruto de políticas públicas. A importância de você ter oportunidade, porque hoje fiz uma 2ª graduação em história, fiz mestrado em história, estou terminando doutorado em história na UFGD universidade, que fiz a minha primeira graduação. Minha vida mudou com o 1º curso, quando terminei comecei a trabalhar, gerou recursos para começar a caminhar, a minha trajetória acadêmica, ou financeira. Porque por mais que falem mal do salário de professora, a gente acredita que pode ser melhor. Mas, foi com este dinheiro, trabalhando na escola como professora que transformou minha vida. Consegui crescer um pouco financeiramente para ter suporte para fazer uma pós-graduação. Fazer outra graduação, assim fui aprovada no concurso do Estado de MS, em 2014, em sociologia, e em 2023, assumi o concurso de história. Hoje minha vida é resultado do que começou no acampamento, depois no PRONERA. Vejo o valor social da terra sendo transformado, transformou várias outras esferas. Se não tivesse acontecido o assentamento e o PRONERA, não teria acontecido nada na minha vida, do que tenho e sou hoje. (HORTÊNCIA, entrevista concedida em 12/09/2023).

Na fala de Hortência percebemos a importância dos Movimentos Sociais, das reivindicações e lutas feitas para a conquista da terra, para a expansão do atendimento nas escolas de Educação Básica e, posteriormente, para as Universidades Públicas. São pautas que de início podem ser utópicas, mas se faz necessário sonhar para sairmos do lugar onde estamos e chegarmos a outros lugares na pirâmide social.

Quantas pessoas poderiam ter também sua mobilidade social assim como Hortência, e nossas outras entrevistadas, poderem ter uma vida digna, com menos privação dos bens materiais necessários. Quem pode resolver estas situações é o Estado, pois dele dependem as políticas públicas necessárias para a transformação social de sua população. Perguntado como é morar e trabalhar numa escola de assentamento Hortência nos disse:

Quando saio, na volta à sensação que tenho no coração não consigo explicar. Quando vejo de longe o assentamento, já falo: é minha casa. Sou apaixonada pelo assentamento. Pelas pessoas daqui. É uma realização. Nunca imaginei que seria professora. Imagina, morava no Paraguai, numa casa que não tinha nem banheiro. Agora falo que sou professora no assentamento. Me emociono. Para mim é muito importante, me sinto realizada. Gosto muito da escola, das pessoas daqui. As pessoas daqui são diferentes, onde encontramos nos

cumprimentam. Às vezes a gente sai, chega à cidade cumprimenta, ninguém responde. Trabalhar na escola é muito bom, às vezes saio com os colegas e falam mal dos adolescentes, e eu falo: - Meus adolescentes não são assim! Não tenho experiências de outras escolas, outros lugares, das cidades. Só trabalhei aqui, mas para mim aqui é muito melhor que qualquer outro lugar para trabalhar. Quando passo num acampamento, hoje me coloco no lugar destas pessoas, pois eu vivi aquilo ali. Fico torcendo para dar tudo certo, como deu para mim. (HORTÊNCIA, entrevista concedida em 12/09/2023).

Para Hortência, quando estavam no acampamento as reivindicações, não foram em vão, ou simplesmente como dizem: vender ilusão para segurar o povo embaixo da lona. A reforma agrária transforma, não só a paisagem local, mas junto vêm mudanças na vida das pessoas beneficiadas diretamente. É uma transformação social que vem junto com a terra conquistada, bem como das pessoas que vão ser beneficiadas, como os comerciantes vendendo para os assentados.

Nos assentamentos Itamarati I e II, os segmentos comerciais foram fundamentais, com a venda de matérias de construção via PRONAF, para a construção das casas, os demais créditos para a compra das ferramentas, furar poço d'água, materiais para cercar o pasto, os supermercados, farmácias, casas veterinárias, enfim, um conjunto de segmentos comerciais que são possíveis de serem vistos e atuantes na Vila do Secador e na Agrovila, favorecendo os assentados que conseguem comprar o que necessitam no próprio local, sem ter que se deslocarem até a cidade de Ponta Porã. Além disso, é também uma oportunidade para as pessoas produzirem alternativas de “ganharem a vida” com seus estabelecimentos comerciais.

Perguntado as nossas entrevistas sobre o que mudou após passar a receber os salários de servidora pública,

Tenho minha casa, minha formação, meu trabalho efetivo, terra, tenho autonomia para decidir o que fazer no lote. Com meu salário mantemos as coisas do mês e as safras, são os investimentos maiores. (TULIPA, entrevista concedida em 20/05/2023).

Tulipa consegue administrar as despesas mensais da família, incluindo a escolaridade dos filhos. A filha concluirá o curso de medicina nesse ano de 2024, estudando na faculdade de ensino particular no Paraguai, país próximo ao assentamento. O filho já está formado, cursou técnico agrícola, estudou em faculdade particular em Ponta Porã. Realidade que foi possível por estarem hoje no assentamento com sua terra e seu trabalho enquanto professora na Educação Básica. Por meio de seus rendimentos Tulipa transforma a vida da família, edificando sonhos que acalentam a formação dos filhos/as.

Sentimento que também se faz presente nas palavras de Carmélia, visto que ela busca com seu trabalho uma renda a mais no conjunto da unidade familiar, para ter uma vida digna junto com os filhos, na terra conquistada.

Com o meu salário consigo manter a casa e os filhos, é um complemento com a renda das atividades do sítio, uma vez que parte das minhas terras estão arrendadas. Recebo a renda maior uma vez por ano, a safrinha a renda é bem menor. Tudo ajuda para termos uma vida melhor aqui na nossa terra. (Carmélia entrevista concedida em 07/08/2023).

A terra foi e continua sendo o suporte e aporte inicial para que as mulheres participantes das entrevistas chegassem hoje ao serviço público, dificilmente estariam nesta função se não fosse a reforma agrária. Uma vez que antes de conquistarem a terra, 01 trabalhava no comércio de familiares, as demais quando trabalhavam era de faxineiras nas casas de outras pessoas.

Flor de Lótus que era professora convocada no município e posteriormente no Estado, fala das mudanças que teve após ser concursada na segurança pública.

Eu divido as despesas da casa com meu marido que também é da segurança pública. O que recebo hoje não mudou muito do que eu já recebia enquanto professora convocada. A grande diferença é que hoje eu tenho salário todos os meses, décimo terceiro, férias, o que não tinha antes. Hoje tenho segurança financeira e a certeza de receber o meu salário todos os meses. Além de não precisar mais fazer o processo seletivo a cada 02 anos. Comprei uma casa com meu marido. Só foi possível por sermos concursados o que possibilitou fazermos o financiamento para a casa própria. Troquei de carro, hoje tenho um melhor e mais novo do que eu tinha antes. (FLOR DE LÓTUS, entrevista concedida em 21/04/2023).

A mudança social se faz presente nas palavras de Flor de Lótus, que dividi igualmente os projetos que constroem com o companheiro. Ela não é ajudante, mas participante de todo o planejamento. Isso foi proporcionado após ser concursada, fazendo a diferença. A segurança proporcionada por ter uma profissão e uma carreira, de poder fazer compromisso financeiro, visto que tem segurança que no próximo mês terá o seu salário, sem se preocupar em ser aprovada em processo seletivo para continuar tendo emprego, contribui de maneira significativa para que possa alçar outros sonhos e buscar sua realização. Dividir de maneira equivalente com o companheiro.

Os depoimentos das mulheres em ter seus rendimentos são emancipadores, mesmo naqueles onde elas empregam os rendimentos para atender o conjunto das demandas da unidade

familiar, porque nesses casos é por onde constroem seus projetos, em benefício do conjunto de suas famílias.

3.3 A roda feminina: espaço para compartilhar dilemas e possibilidades

Um espaço criado a partir do início da organização das pessoas assentadas foi a Roda de Conversa, reunindo mulheres das comunidades dos assentamentos Itamarati I e II, consiste em uma organização coletiva das mulheres, da formação e da luta delas para o enfrentamento de dilemas diversos, especialmente à violência que as mulheres vivenciam.

A roda iniciou em fevereiro de 2015, por iniciativa de um grupo de mulheres assentadas que constituem o Movimento de Mulheres Camponesas – MMC. A partir desse grupo, criaram parceria com a Associação Assentamento Itamarati Gerando Vidas - AAIGV, com a Agência Desenvolvimento Agrário e Extensão Rural - AGRAER, com o Banco Comunitário ITA, e posteriormente com o Centro de Atendimento à Mulher - CAM do município de Ponta Porã, MS.

Com o CAM, ocorre a garantia nos atendimentos psicológicos e jurídicos às mulheres que necessitam. A parceria com o Movimento de Mulheres Camponesas – MMC, também é fundamental, visto que um dos slogans do movimento é o lema: “Basta de Violência Contra a Mulher”. O MMC desenvolve suas ações alicerçadas no processo de organização, de formação e de luta, objetivando que as mulheres reconheçam as formas de violências vivenciadas, para que possam romper o ciclo da violência presente em nossa sociedade, tendo as mulheres como as maiores vítimas.

Nos encontros das mulheres envolvidas com a roda, são debatidos assuntos que as mulheres assentadas vivenciam, especialmente situações de violência familiar, fazendo com que o grupo tenha sentido de acolhimento, aconselhamento e forças para tomada de decisão daquelas que se encontram nessa situação. A roda tem a pretensão do abraço e da acolhida, fundamental para quem vive em situações de opressão. Nos encontros são feitas confraternizações, brincadeiras, escutas de problemas e a troca de aconselhamentos. Vejamos algumas imagens dos encontros.

Foto - 18 Roda de Conversa em diferentes momentos



Fonte: Acervo pessoal de Mariza Dahmer, integrante da roda, registro em junho de 2022.

Foto - 19 Roda de Conversa em diferentes momentos



Fonte: Acervo pessoal de Mariza Dahmer, integrante da roda, registro em junho de 2022.

A presença nas atividades da Roda de Conversas das bandeiras dos movimentos sociais tais como: MMC, CPT, Via Campesina, bem como das sementes, e alimentos cultivados pelas

participantes se fazem presente no cenário que decora o espaço de todas as reuniões. A comida é também outro item que compõe os encontros, configurando as muitas partilhas que o grupo alimenta.

Em cada reunião é eleito um assunto a ser debatido e para isso as coordenações da roda convidam pessoas da comunidade e simpatizantes externos para contribuírem com as discussões. Nesse sentido, a roda é o espaço do encontro para os desencontros que a vida promove. São mulheres cuidando de mulheres, para que se fortaleçam e consigam se libertar de processos opressores. Vejamos mais alguns registros fotográficos dos encontros.

Foto - 20 Roda de Conversa em diferentes momentos



Fonte: Acervo pessoal de Mariza Dahmer, integrante da roda, com registro em junho de 2022.

Foto - 21 Roda de Conversa em diferentes momentos



Fonte: Acervo pessoal de Mariza Dahmer, integrante da roda, com registro em junho de 2022.

Nos assentamentos o número de mulheres que precisam ser acolhidas na rede de apoio que a roda propicia é elevado, devido à violência doméstica que lá existe, assim como na sociedade em geral. Flor de Lótus fala sobre essa triste realidade: “As ocorrências que mais

temos é de violência doméstica. A violência com o álcool é maior que a droga. A droga gera furtos, roubos para sustentar o vício”. (Entrevista concedida em: 21/04/2023).

O comandante Prado do GPM – Itamarati, em atendimento para a pesquisa nos falou também que no assentamento o maior número de ocorrências é de violência doméstica, associada ao consumo de bebidas alcoólicas. A Roda de Conversas tem contribuído para que as mulheres se apropriem de conhecimentos, dos direitos e possam romper o silêncio e ter o apoio necessário. Uma das coordenadoras da Roda de Conversa nos disse:

Os resultados demonstraram que as ações da Roda contribuíram no enfrentamento a violência, no conhecimento das leis e nas discussões de gênero junto à comunidade, evidenciando a importância da participação coletiva, da resistência e da luta por políticas públicas de combate à violência e que promovam a igualdade de gênero, especialmente no meio rural, onde há inúmeras dificuldades de acesso à rede de enfrentamento à violência. (Mariza, entrevista concedida em 05/09/2023).

A distância dos serviços públicos para a busca da rede de proteção e atendimento para as mulheres vítimas de violência é outro obstáculo a ser superado pelas mulheres do Itamarati I e II e por isso toda rede de atendimento e proteção que as próprias mulheres organizam é fundamental, visto que os atendimentos jurídicos e psicológicos estão no centro urbano. Assim a Roda de Conversas tem contribuído trazendo em seus encontros sempre um tema que é apresentado e debatido, ampliando o conhecimento das mulheres sobre seus direitos e questões de gênero.

Além disso, os encontros da roda visam encaminhar as mulheres vítimas de violência, quando manifestada à situação, para os espaços públicos responsáveis e competentes em prestar estes atendimentos. Nesse sentido, a roda é o espaço do encontro para os desencontros que a vida promove. São mulheres cuidando de mulheres, para que se fortaleçam e consigam se libertar de processos opressores.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A formação dos assentamentos Itamarati I e II propiciou ao município de Ponta Porã/MS, a moradia para inúmeras famílias que naqueles lugares passaram a produzir sobre uma lógica diferente da antiga fazenda, imprimindo o predomínio da agricultura familiar. Lá passou-se a demandar serviços públicos, multiplicaram a edificação das residências nos pequenos lotes, formaram vilas, aumentaram a produção de alimentos básicos, enfim, estão a movimentar, inclusive, o município de Ponta Porã.

O estranhamento inicial suscitou inúmeras discriminações contra os sem terra, com o passar dos tempos e com as atuações na produção pelos assentados, as relações foram sendo refeitas e em seu lugar cresce o reconhecimento da capacidade de produção e organização das famílias assentadas. Atualmente, com o aumento da população e conseqüentemente aumento de eleitores nos assentamentos, os quais praticamente decidem a eleição municipal, a relação entre assentados e a administração municipal está em equivalência, graças à persistência e insistência dos assentados e assentadas de lutarem por direitos.

Nos assentamentos Itamarati I e II construíram condições para produzir⁸ e viver com dignidade, sem desistirem de pautas e demandas para melhoria das condições de vida, dentre elas o acesso à educação, ao atendimento à saúde, ao transporte, a segurança, entre outras condições necessárias. Parte desses serviços é oferecida por instituições públicas na área do Itamarati I e II, o atendimento ao público conta com pessoas vindas da cidade de Ponta Porã, com deslocamentos diário e aos assentamentos para exercerem suas funções. No entanto, nos últimos anos, diversas pessoas dos assentamentos se capacitaram e se submeteram a concursos, assumindo cargos em diferentes órgãos. Dentre essas pessoas, temos a presença de mulheres assentadas como servidoras públicas, atendendo os serviços demandados pelas comunidades.

Os dados da pesquisa nos mostraram que a atuação de mulheres inseridas nos serviços públicos dos assentamentos Itamarati I e II foi um processo de inúmeras descobertas em relação a como as mulheres assentadas estão a construir os elos para suas atuações sociais e delas próprias. Mostraram, ainda, que as políticas públicas criadas nos assentamentos Itamarati I e II,

⁸ Uma das formas de organização da produção existente no Assentamento Itamarati é o arrendamento. As famílias por não terem acesso aos implementos agrícolas passaram a arrendar as suas terras, ficando responsável pelo cultivo na área ao entorno da casa. Neste espaço voltado para o cultivo de hortifrutí, pequenos animais bem como gado de leite. Neste espaço predomina uma diversidade de alimentos, cores e sabores para o dia a dia da família. O arrendamento foi a alternativa encontrada pelas famílias dentro da lógica de mercado da monocultura de exportação predominante da soja e milho.

iniciadas com a própria criação do assentamento, o qual se originou de uma política pública, vem transformando vidas das mulheres, visto que a partir de sua formação, passaram, como assentadas, a ter acesso à educação em seus diferentes graus, acumulando condições para se qualificarem profissionalmente e assim construir as possibilidades para se tornarem servidoras públicas,

Com a pesquisa compreendemos que as mulheres entrevistadas se destacam na prestação de serviços públicos para as pessoas assentadas, sendo elas as que ocupam a maioria dos cargos, especialmente na área da educação, acenando para mudanças na condição histórica delas, visto que buscaram a profissionalização para construir meios para a autonomia, não só a financeira, mas de condução de suas vidas e que reflete no conjunto das famílias dos próprios assentamentos.

A conquista desses trabalhos significa para elas, servidoras públicas, vindas de acampamento e assentamento de reforma agrária, um misto de realização e superação, de tantas jornadas, de batalhas enfrentadas para atualmente se encontrarem desempenhando uma profissão, construindo uma carreira. Ao assumirem postos como servidoras públicas estão potencializando as demandas também da comunidade, porque vivem e convivem com os problemas locais, compartilhando das mesmas dificuldades e dilemas. Isso faz com que seus atendimentos ultrapassem a dimensão de um simples atendimento em determinado ambiente do trabalho.

Seus relatos nos mostraram que a partir da oferta dos serviços públicos as pessoas pertencentes a comunidades que mais precisam, conseguem produzir mobilidade social, podendo se qualificar profissionalmente por meio do acesso à educação e a partir disso enveredar por diferentes caminhos, desde o domínio da leitura, da escrita, do acesso ao conhecimento social e científico acumulado ao longo da humanidade. Esses acessos ampliam possibilidades de trabalho, bem como o entendimento sobre práticas produtivas para o cultivo da terra.

É fato que a oferta dos atendimentos básicos, especialmente na área da saúde traz outras inúmeras dimensões, porque possibilita erradicar de nosso meio, várias doenças que vitimavam letalmente ou deixavam sequelas graves nas pessoas, como exemplo a paralisia infantil que foi erradicada no Brasil. Outro exemplo de avanço da ciência nas pesquisas é sobre as vacinas, e por meio delas e sua incorporação ao sistema oferecido pelo Sistema Único de Saúde – SUS a toda a população brasileira.

A implantação e mesmo ampliação do número de escolas, tanto na zona urbana e mais recentemente na zona rural, no Brasil, tem possibilitado rompimento do analfabetismo, e com ele muitas pessoas estão conquistando profissões diversas e mudando sua trajetória de vida e de suas famílias. A escola se constitui como um espaço democrático para que de alguma maneira ajuda a pensar as políticas de gênero, é um instrumento de empoderamento e de proporcionar o protagonismo das mulheres. Não tem como pensar política de gênero sem que esta não passe também pela escola, por todo o processo educativo a qual a escola é responsável socialmente. São necessárias a implementação de políticas públicas de forma permanente e não apenas de governo.

Cabe destacar que a prestação de serviços públicos nas comunidades carentes e distantes dos centros urbanos, como é o caso da maioria dos assentamentos, dentre os quais aqueles de nossa pesquisa, mesmo com ampliação, ainda apresentam uma demanda reprimida. Como exemplo o atendimento à saúde, no acesso as especialidades de clínica geral para pessoas dos assentamentos Itamarati I e II, serviço oferecido no Centro de Especialidades na cidade de Ponta Porã, tem uma fila de espera de vários meses para chegar ao atendimento.

Se houver a ampliação da oferta dos serviços de saúde incorporando as especialidades, oferecidas nos postos de saúde dos Assentamentos Itamarati I e II, haverá favorecimento das necessidades da população, evitando deslocamentos e também reduzindo o tempo da espera para consultas, exames e retornos, podendo ter o diagnóstico e início do tratamento bem mais rápido. Poderia, ainda, haver o Centro de especialidades no assentamento. Os postos de saúde existentes poderiam ter psicólogos e fisioterapeutas presente, por apresentar uma alta demanda por estes serviços. Para serem atendidos hoje precisam se deslocar até a cidade, dependendo do lugar onde se situa cada lote, pode chegar a 80 quilômetros de distância.

Dessa forma, como houve melhoria quando as escolas do assentamento passaram a oferecer educação básica, Ensino Fundamental e Ensino Médio, facilitando o ingresso e permanência das juventudes no contexto das escolas, se faz necessário ampliar o atendimento das especialidades em saúde. Esses aspectos foram destacados pelas mulheres durante as entrevistas, ao relatarem suas atuações, demonstrando que não são somente atendentes de demandas nos diferentes órgãos do serviço público nos assentamentos, sendo elas próprias demandantes de melhorias, visto que são assentadas e suas atuações e necessidades estão imbricadas com seus pertencimentos sociais como mulheres assentadas, sendo difícil separar a servidora, da assentada.

Outro serviço que se faz necessário ter sua estrutura atuando no Assentamento Itamarati é uma delegacia da mulher, pelo alto número de ocorrências de violência doméstica presente no cotidiano de várias mulheres, como demonstrada nas palavras da do comandante Prado: “*o que mais causa ocorrências/atendimento por parte da Polícia Militar são as de violência doméstica e alcoolismo*”, demonstradas também nas palavras de Flor de Lótus. Um dos espaços de organização por parte dos Movimentos Sociais que tem feito essa discussão, de violência contra as mulheres e acolhimento as mulheres quando manifestada sua vontade, é a Roda de Conversas, espaço que tem propiciado a escuta, acolhida e encaminhadas para junto a rede de proteção. A presença da Coordenadoria de Políticas Públicas para Mulheres de Ponta Porã, se deu após ser procurada pelas mulheres dos Movimentos Sociais que contribuem com a organização da Roda de Conversas.

A Roda de Conversas é um espaço não institucional que da sua maneira vem contribuindo com momentos de trocas, partilha e acolhimento e encaminhamento das mulheres vítima de violência. Poderia ser um dos instrumentos da administração municipal estar mais próxima da população do assentamento, um espaço de escuta para a proposição e implementação das políticas públicas voltada ao atendimento a mulher tanto na área da saúde como projetos voltados a geração de renda a serem desenvolvidos nos lotes, bem como da ampliação dos outros serviços necessários a população da comunidade.

As mulheres assentadas servidoras públicas da pesquisa assumem espaços diversos, estando elas na educação, na saúde, na segurança pública, dentre outras. Portanto, esse é o dado mais importante da pesquisa, evidenciando que quando as políticas públicas são assumidas por mulheres assentadas, sendo ao mesmo tempo trabalhadoras e usuárias dos serviços públicos que a comunidade demanda, as mudanças parecem se intensificar, visto que transformam as vidas delas e também das comunidades.

As mulheres entrevistadas convivem com os problemas locais, com carências e demandam das mesmas necessidades. Elas possuem a dimensão dos dilemas porque estes se manifestam no todo das comunidades, compondo suas próprias vidas. Então, suas atuações não se restringem a um simples atendimento público num ambiente do trabalho. As pessoas atendidas por essas mulheres, são por vezes, vizinhas nos lotes, suas comadres, parceiras de lutas em outras jornadas.

As relações e vivências nas instituições públicas, são permeadas por conflitos, pois são espaços que demandam poder de quem está na função de chefe com os que estão sobre o seu comando, bem como destas servidoras com os usuários que buscam por atendimento nestas

instituições. Na pesquisa realizada por não ser este o objetivo, não foi perguntada as nossas entrevistadas como se dão as relações de hierarquias ou como são as relações com os que vem de outros lugares trabalhar no Assentamento. Mesmo não sendo o foco da pesquisa não podemos negar que nenhuma relação é isenta de poder.

Dessa forma, o atendimento ocorre entre pessoas iguais, entre aquela que está do lado de lá do balcão e aquela do lado de cá. Isso faz com que a demanda e/ou a resolução da mesma possa ser mais compreendida e também encaminhada de forma coletiva. Nesse sentido reside a importância da atuação das mulheres nos serviços públicos nas comunidades dos assentamentos Itamarati I e II, sendo elas promotoras de mudanças em suas vidas e de suas comunidades. O acesso as políticas públicas, primeiramente da Reforma Agrária e a educação que tornou possível a estas mulheres de serem hoje agente público, nas esferas estadual e municipal.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Rosemeire A. (Org.). **Abrindo caminhos para uma educação que valoriza os saberes do homem e da mulher do campo**. Pos Ed. Campo – Mod. IV Campo Grande: UFMS, 2013.

AUAD, Daniela. **Feminismo: que história é essa?** Rio de Janeiro: Editora DP&A, 2003.
BOURDIEU, Pierre. **A ilusão biográfica**. Actes de la Fechetche em Sciences Sociales (62/63): 69-72, jun, 1986.

BERNARDI, José Clacir. **Contexto geral da ocupação de terra ao longo da história**, 2010.

BICALHO, Ana Maria de Souza Mello. **Espaço Rural Contemporâneo: Perspectivas Teórico – Metodológicas**. Campo Grande, MS, Ed. UFMS, 2014

BRASIL, Constituição (1988). **Constituição República Federativa do Brasil**. Senado Federal, Centro Gráfico, 1988.

BRAND, Ulrich. **Estado e políticas públicas, sobre os processos de transformação**. Descolonizar o imaginário: debates sobre pós-extrativismo e alternativas ao desenvolvimento Elefante editora, 2016.

BRANCO, Samantha Castelo. **História Oral: Reflexões sobre aplicações e implicações**. Revista Novos Rumos Sociologicos/ vol.8, nº 13/ jan/jul/2020.

BRAZ, Jaqueline Pardinho. **Transformações urbanas e rurais no município de Nioaque/MS com a criação dos assentamentos de reforma agrária**. 2021, UFGD, Dourados.

CALDART, Roseli Salete. **A escola do campo em movimento**. Currículo sem Fronteiras, v.3, n.1, pp.60-81, Jan/Jun 2003.

CHAUI, Marilena. **No Brasil de Bolsonaro tudo que remete à democracia parece desaparecer**. YouTube, 13 novembro de 2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=4dxyU0ppBw>

COLLING, Ana Maria. **As chinas gaúchas: a invisibilidades do feminino na Guerra do Paraguai**. XII Encontro Estadual de História ANPUH/RS. São Leopoldo/RS, 2014.

COUTINHO, Joana Aparecida. **Ongs e políticas neoliberais no Brasil**. 2004. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2004.

DIEESE-Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos **PEC 06/2019: as mulheres, outra vez, na mira da reforma da Previdência**. Nota técnica número 202, março 2019.

Estatuto da Associação Brasileira de História Oral, fundada e, 1994, Art. 1º, par. 1º; em Revista de História Oral, n. 1, 1998, p.14.

FACHIN, Viviane Scalon. **Os processos de ordenamento de terras no extremo Sul de Mato Grosso e de reordenamento no Sul de Mato Grosso do Sul: Da colonização à reforma agrária (1943, 2000)** Dourados, MS: UFGD. 2015.

FARIAS, Marisa de Fátima Lomba de. **Ambiguidades na vida das famílias nos espaços de reforma agrária.** Educação, relações de gênero e movimentos sociais: um diálogo necessário. (Orgs) MENEGAT, A. S.; TEDESCHI, L. A.; FARIAS. M. de F. L. Ed. UFGD, Dourados, MS, 2009.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Dicionário da Educação do Campo.** Organizado por Roseli Salete Caldart, Isabel Brasil Pereira, Paulo Alentejano e Gaudêncio Frigotto. 2. ed. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

FERREIRA, Valdeci da Silva. **O Impacto do Programa Bolsa Família na Vida das Mulheres de Santiago do Iguape – Comunidade Quilombola da Cidade de Cachoeira - BA.** Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – Graduação Serviço Social, Cachoeira – BA, 2012.

FERREIRA, Cristina Oliveira, **A questão agroambiental no Eixo Temático TVT: estudo de caso na Escola Estadual Nova Itamarati, Assentamento Itamarati II – Ponta Porã, MS.** 2021, UFGD, Dourados.

FIGUEIREDO, Angela. **Epistemologia insubmissa feminista negra decolonial.** Tempo e Argumento, Florianópolis, v. 12, n. 29, e 0102, jan./abr. 2020. <http://dx.doi.org/10.5965/2175180312292020e0102>

GHEDINI, Cecília Maria. **Educação do campo: História e processo na luta por direitos.** Educação, relação de gênero e movimentos sociais: Um diálogo necessário. /Alzira Salete Menegat, Losandro Antonio Tedeschi, Marisa de Fátima Lomba de Farias, Organizadores. - Dourados, MS: Editora UFGD, 2009.

GODOY, Eligiane Goréte Corrêa. **A comunicação rural e as novas tecnologias – um estudo no Assentamento Itamarati, região sul do estado do mato grosso do sul.** UNESP/ Bauru, 2005.

GONZALES, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano.** 2019. Pensamentos feministas hoje perspectivas decoloniais. Organização e apresentação Heloisa Buarque de Hollanda; autoras Adriana Varejão... [et al.]. -1 Ed. Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2020.

HÖFLING, Eloisa de Mattos. **Estado e Políticas (Públicas) Sociais.** Cadernos Cedes, ano XXI, Nº 55, novembro/2001.

<https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/noticias/2023/01/governo-adota-acoes-emergenciais-em-socorro-aos-yanomami-vamos-dar-a-eles-a-dignidade-que-eles-merecem-diz-lula-em-boa-vista>. Acesso em 24/01/2022 as 12;09 horas.

II Plano Nacional de Reforma Agrária, 2003, http://www.dhnet.org.br/dados/pp/a_pdfdht/plano_nac_reforma_agraria_2.pdf acesso em 07/09/2023.

<https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/imprensa/noticias/conteudo/plano-safra-2023-2024#:~:text=de%202023%20Social,Plano%20Safr%202023%2F2024%3A%20com%20adi%C3%A7%C3%A3o%20de%20recursos%20pr%C3%B3prios%2C,maior%20de%20Norte%20e%20Nordeste.Acesso> acesso em 11/11/2023.

JORNAL, Brasil de Fato, <https://www.brasildefato.com.br/2022/10/26/governo-bolsonaro-foi-o-principal-causador-de-conflitos-por-terra-no-primeiro-semester-diz-cpt>. Acesso 25/01/2024.

LIMA Telma Cristiane Sasso de. e MIOTO Regina Célia Tamaso. **Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica.** Rev. Katál. Florianópolis v. 10 n. esp. p. 37-45 2007.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero sexualidade e educação: Uma perspectiva pós-estruturalista.** Petropolis, RJ, Vozes, 1997.

MARSCHNER, Walter. **A licenciatura em Ciências Sociais PRONERA-UFGD na perspectiva da educação do campo.** UFGD, 2009.

MENEGAT, Alzira Salete. **No coração do Pantanal: assentados na lama e na areia: as contradições entre os projetos do Estado e dos assentados no assentamento Taquaral-MS.** UEMS/UFGD, 2009.

MENEGAT, Alzira Salete. **Mulheres assentadas abrem novas portas. Quais portas?** Educação, relações de gênero e movimentos sociais: um diálogo necessário. (Orgs) MENEGAT, A. S.; TEDESCHI, L. A.; FARIAS. M. de F. L. Ed. UFGD, Dourados, MS, 2009.

MENEGAT, Alzira Salete. **Saberes em construção: Experiências coletivas de sem terra e a Universidade Federal da Grande Dourados.** (Orgs) MENEGAT, A. S.; FARIAS. M. de F. L. Marschner, Walter. Ed. UFGD, Dourados, MS, 2009.

MOREIRA, José Vagner. **A criminalização dos movimentos sociais de luta pela terra: mundos dos trabalhadores, questão agrária e o “levante comunista” de 1949 em Fernandópolis-SP.** Revista NERA Presidente Prudente Ano 13, nº. 16 pp. 114-129 Jan-jun./2010, ANO 13, Nº. 16 – JANEIRO/JUNHO DE 2010 – ISSN: 1806-6755.

NARDOQUE, Sedeval. **Apropriação capitalista da terra e a ideologia da propriedade e do trabalho,** 2010.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de; **Barbárie e Modernidade: As transformações no campo e o agronegócio no Brasil.** 2004.

PALUDO, C. **Mulheres. Resistência e Luta em Defesa da Vida.** São Leopoldo: CEBI, 2009.

PAVÃO, Eduarda Escobar e NOBRE, Neide Teixeira de Macedo. **Fazenda Itamarati “Apogeu e decadência”**. Trabalho de conclusão de Curso - Faculdade de Ponta Porã

PERROT, Michele. **Escrever uma história das mulheres: relato de uma experiência**. In: Cadernos Pagu (4) 1995: pp. 9-28. – FAP, Ponta Porã-MS, 2005.

POLLAK, Michael. **Memória, esquecimento e silêncio**. In: *Revista Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p.3-15, 1989.

_____. **Memória e identidade social**. *Revista Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v. 5, n.10, p.200-215, 1992.

RAGO, Margareth. **Epistemologia Feminista, Gênero e História**. Florianópolis: Ed. Mulheres, 1998

RODRIGUES, Alberto Tosi. **Sociologia da Educação 3**. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2002. <https://www.brasildefato.com.br/2022/10/26/governo-bolsonaro-foi-o-principal-causador-de-conflitos-por-terra-no-primeiro-semester-diz-cpt>. Acesso em 24/01/2023 as 10:57 horas.

SANTOS, Boaventura de Souza. **Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa** – 2002. Civilização brasileira.

SANTOS, Claudinei Lucio. **Planos nacionais de reforma agrária: uma leitura a partir dos movimentos sociais**. UFGD – Revista Movimentação, Dourados, MS, V.7, nº 13, jul/dez. 2020.

SARAVIA, E. **Introdução à teoria da política pública**. In: _____; FERRAREZI, E (Orgs). Políticas Públicas. Brasília: ENAP, 2006, v. 1, p. 21-42. Disponível em: https://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/1254/1/cppv1_0101_saravia.pdf. Acesso em: 10 jan. 2023.

SILIPRANDI, Emma. **Mulheres e agroecologia: a construção de novos sujeitos na agricultura familiar**. Tese Doutorado em Desenvolvimento Sustentável – Universidade de Brasília, Brasília, 2009.

SILVA, Rosemeire da. **A perspectiva da educação do campo nas comunidades do assentamento Itamarati**. UFMS, Campo Grande, MS, 2014.

SOUZA, Celina. **Políticas Públicas: uma revisão da literatura**. Sociologias, Porto Alegre, ano 8, nº 16, jul/dez 2006, p. 20-45.

SOUSA, Luana Passos de. **A desigual divisão sexual do trabalho: um olhar sobre a última década** Mercado de trabalho • Estud. av. 30 (87) • May-Aug 2016 • <https://doi.org/10.1590/S0103-40142016.30870008> Revista NERA Presidente Prudente Ano 13, nº. 16 pp. 114-129 Jan-jun./2010

TEDESCHI, L. A. **O uso da categoria gênero na história das mulheres camponesas: uma ferramenta necessária**. Educação, relações de gênero e movimentos sociais: um diálogo necessário. (Orgs) MENEGAT, A. S.; TEDESCHI, L. A.; FARIAS. M. de F. L. Ed. UFGD, Dourados, MS, 2009.

TEDESCHI, Losandro Antonio. **Gênero e interculturalidade: aproximações** Leituras de gênero e interculturalidade. Dourados, MS: UFGD, 2013.

TEDESCHI, Losandro Antonio. **Alguns apontamentos sobre história oral, gênero e história das mulheres.** Dourados, MS: UFGD, 2014.

TERRA, Ademir. **Reforma agrária por conveniência e/ou por pressão? Assentamento Itamarati em Ponta Porã – MS: “o pivô da questão”.** Presidente Prudente 2009. Tese doutorado – Universidade Estadual Paulista – Faculdade de ciências e tecnologia.

TOMASCHESKI, Elisandra. **Dos lugares deixados aos lugares chegados: História de mulheres brasiguaias do Assentamento Itamarati – MS.** Universidade Federal da Grande Dourados – Programa de Pós-graduação em História, Dourados – MS, 2018.

VEIGA, Ana Maria. PEDRO, Maria Joana. Condição feminina. **Dicionário Crítico de Gênero.** (Orgs) TEDESCHI, Losandro Antonio; COLLING, Ana Maria. Ed. UFGD, Dourados, MS, 2019.

FONTE ORAL

José Orcírio Miranda dos Santos – Zeca do PT, em visita ao Assentamento Itamarati no dia 29 de novembro de 2021.